

CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIVATES
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

**IMIGRAÇÃO ITALIANA NA COLÔNIA CONDE D'EU E A
*SOCIETÀ ITALIANA DI MÚTUO SOCCORSO STELLA D'ITÁLIA***

Gabriela Fachin

Lajeado, novembro de 2016

Gabriela Fachin

**IMIGRAÇÃO ITALIANA NA COLÔNIA CONDE D'EU E A
*SOCIETÁ ITALIANA DI MÚTUO SOCCORSO STELLA D'ITÁLIA***

Monografia apresentada na disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso II, do Curso de Licenciatura em História, do Centro Universitário UNIVATES, como parte da exigência para a obtenção do título de Licenciada em História.

Orientador(a): Prof.^a Dr.^a Márcia Solange Volkmer

Lajeado, novembro de 2016

Gabriela Fachin

**IMIGRAÇÃO ITALIANA NA COLÔNIA CONDE D'EU E A
*SOCIETÀ ITALIANA DI MÚTUO SOCCORSO STELLA D'ITÁLIA***

A Banca examinadora abaixo aprova a Monografia apresentada na disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso II, do Curso de Licenciatura em História, do Centro Universitário UNIVATES, como parte da exigência para a obtenção do grau de Licenciada em História.

Prof.^a Dra. Márcia Solange Volkmer –
orientadora
Centro Universitário UNIVATES

Prof.^a Dra. Silvana Rossetti Faleiro
Centro Universitário UNIVATES

Lajeado, novembro de 2016

RESUMO

Este trabalho analisa a imigração italiana na antiga colônia Conde D'Eu, no atual município de Garibaldi, na serra gaúcha, e as atividades do associativismo italiano, com destaque para a Sociedade Italiana de Mútuo Socorro Stella D'Itália, constituída no ano de 1878. A emigração italiana consolidou-se com o intuito de manter o equilíbrio socioeconômico da Itália, após os interesses capitalistas de produção surgirem com a Reunificação e a formação do Reino Italiano. Um dos países que incluíram os italianos em seu processo imigratório foi o Brasil, que pretendia branquear a população brasileira, ocupar as terras devolutas, substituindo o trabalho escravo pelo trabalho livre, principalmente agrícola, também como forma de proteger e legitimar as suas fronteiras. O Rio Grande do Sul intensifica seu processo imigratório recepcionando italianos a partir de 1870, com o intuito de abastecer o mercado interno através da agricultura, povoando terras devolutas e criando núcleos coloniais. A partir de então, inicia-se a nova fase vivida pelos imigrantes italianos aqui estabelecidos, os quais são abordados neste trabalho, através da Colônia Conde D'Eu, que recebe imigrantes italianos em sua quase totalidade e em maior fluxo a partir de 1875. A Sociedade de Mútuo Socorro estabelecida nesta colônia era o refúgio dos imigrantes italianos, onde os mesmos podiam cultivar suas crenças, costumes e atividades como, por exemplo, momentos de solidariedade, amizades, lazer, atendimentos médicos, reuniões e assistência social. Além disso, a principal função do associativismo, implementado não somente nesta região sul do país, mas também em outras regiões, era a de auxílio financeiro. A pesquisa documental apoia-se nos documentos administrativos, sobretudo nos Estatutos, e registros fotográficos. Foi realizada também uma pesquisa nos registros paroquiais do final do século XIX. Pode-se observar que o perfil dos associados estava ligado aos interesses materiais que a Sociedade viria a oferecer-lhes, pois a maioria chegava na região destinada a seu estabelecimento com muito pouco, principalmente sem recursos ou sem o apoio que deveriam receber do governo provincial. Tais sociedades ficavam encarregadas de abrigar os imigrantes, ajudá-los com emprego e até mesmo empréstimos financeiros. Já as lideranças destas sociedades tinham atuação principal no contexto político, reivindicando os direitos dos imigrantes, intermediando as demandas entre os italianos e as lideranças políticas locais como um elo de contato com a pátria mãe, a Itália, que através da Sociedade enviava materiais e auxílio financeiro, e possibilitava um espaço de comunicação para manter viva a cultura italiana dos imigrantes. Em Garibaldi, a Sociedade teve como preceito a ajuda mútua entre os compatriotas italianos, sendo utilizada como albergue, escola, hospital, ponto de encontros, e de outras formas de ajuda para facilitar a vida dos imigrantes.

Palavras-chave: Conde D'Eu. Imigração Italiana. Associativismo. Poder local.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Travessões/linhas em Garibaldi.....	30
Mapa 2 – Áreas Distritais em 1992.....	39

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Registros de batismos do ano de 1879 a 1890.....	44
Gráfico 2 – Nascimentos na colônia Conde D’Eu de 1878 a 1884.....	45
Gráfico 3 – Registros de batismos realizados pelos padres na colônia Conde D’Eu.....	46
Gráfico 4 – Registros de batismos nas principais linhas da colônia Conde D’Eu entre os anos de 1879 a 1884.....	48
Gráfico 5 – Registros definidos por gênero de 1878 a 1884.....	50
Gráfico 6 – Naturalidade dos pais.....	51

LISTA DE ABREVIATURAS

AHMG – Arquivo Histórico Municipal de Garibaldi

APSPG – Arquivo da Paróquia São Pedro de Garibaldi

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
2 A IMIGRAÇÃO ITALIANA PARA A PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO DO RIO GRANDE DO SUL	15
2.1 Emigração italiana e a política de imigração brasileira.....	16
2.2 O surgimento das colônias oficiais	23
3 COLÔNIA CONDE D’EU E OS PROJETOS DE COLONIZAÇÃO	31
3.1 A Colônia Conde D’Eu e a política imigratória.....	31
3.2 Mapeando a população: os imigrantes e as suas famílias	41
4 SOCIETÁ ITALIANA DI MÚTUO SOCCORSO STELLA D’ITÁLIA: RELAÇÕES DE ASSOCIATIVISMO E PODER LOCAL.....	54
4.1 Associativismo e sua constituição: perspectivas étnicas e sociais.....	55
4.2 <i>Società Stella D’Itália</i> e as relações de poder local: as redes de parentesco e amizade, política e a atuação dos agentes consulares	61
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	74
REFERÊNCIAS	77
Bibliográficas	77
Fontes.....	82
Sites	83

1 INTRODUÇÃO

Na antiga colônia Conde D’Eu, atual município de Garibaldi, na serra gaúcha, desde a sua criação, em 1870, ocorre a vinda e o estabelecimento de muitos imigrantes italianos que constituíram diferentes laços e redes de apoio para a sua inserção nesse novo espaço social. A *Società Italiana di Mútuo Soccorso Stella D’Itália* foi uma instituição estabelecida para fins mutuais no contexto social da colônia Conde D’Eu, permitindo a organização dos imigrantes, bem como a sua articulação política, econômica e social na comunidade.

A partir da década de 1880 intensifica-se o fluxo imigratório dos italianos para a província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Com a expansão do capitalismo na Itália e a consequente crise agrária que foi se instaurando no meio rural italiano, a emigração constituiu-se como vetor importante para a estabilidade econômica interna e o desenvolvimento industrial após sua unificação¹. No entanto, “mesmo antes da emigração italiana se tornar um fenômeno de massa, as populações do território peninsular se movimentavam constantemente para outras regiões e países europeus, como forma de aumentar as rendas familiares” (VENDRAME, 2016, p.70). Sendo assim, as redes migratórias constituiriam importante fator de atração de novos imigrantes para os territórios nos quais os seus familiares e amigos já haviam emigrado.

Durante o período considerado como de “emigração em massa” da Itália para o Brasil, a partir de 1870, o governo italiano se posicionaria de diferentes maneiras em relação ao fluxo de saída dos mesmos. Segundo Iotti (2010), esse processo emigratório italiano se divide em

¹ A unificação italiana, através do chamado *Risorgimento* ou Resurgimento, ocorreu em 1870. “Nessa época teve início o processo de formação do mercado nacional, de transformação nas relações de produção, de separação entre a atividade agrícola e industrial e de diferenciação no desenvolvimento econômico entre o Norte e o Sul da Itália.” (IOTTI, 2001b, p. 28).

três períodos, sendo o primeiro de descaso com os emigrantes, tidos como pessoas que não contribuíam com a pátria mãe, tanto internamente quanto externamente. O segundo período foi de mudanças na visão desse processo, com a ascensão da esquerda ao poder, sendo visto como a solução para os problemas socioeconômicos internos do país. O terceiro e último período foi o de consolidação da ideia de que os emigrantes eram rentáveis à Itália, quando ocorre o fortalecimento industrial e econômico através de seu fluxo crescente e envios de poupanças ao país de origem.

O governo oscilava entre a prática de um liberalismo puro e a necessidade de regularizar uma situação considerada alarmante, entre uma política favorável à emigração livre como meio de equilíbrio social e econômico e uma política de prestígio nacional que eliminasse esse triste espetáculo de miséria. (MANFRÓI, 1975, p. 95).

O Brasil, um dos países receptores da imigração italiana, incluía em seus objetivos da política imigratória europeia o branqueamento da população brasileira e a ocupação das vastas terras consideradas não habitadas. No final do século XIX, o Brasil precisa resolver a questão da mão-de-obra (substituindo o trabalho escravo), ocupar terras devolutas e, sobretudo, desenvolver a agricultura no país. É neste quesito que os imigrantes italianos tornam-se peças fundamentais para a política brasileira, pois além de possuírem a cor branca, acreditava-se que os mesmos, em sua maioria, eram agricultores provenientes dos campos e do meio rural italiano. Esses agricultores serão requisitados aos setores cafeeiros de São Paulo e nas colônias estabelecidas pelo Império no Rio Grande do Sul.

A intensificação imigratória por parte dos italianos ao Brasil deu-se entre os anos de 1874 e 1889.

[...] O período foi marcado também pela promulgação de diversos atos legislativos, dando autorizações e facilidades para a imigração e a colonização. Favores especiais foram concedidos aos imigrantes, com o fim de os estimular a procurarem o Brasil de preferência a outros países. (IOTTI, 2010, p. 53).

Na província do Rio Grande do Sul, ocorreram várias oscilações na legislação da política imigratória, principalmente em relação à responsabilidade pelos gastos e acolhimento dos imigrantes. As províncias não possuíam renda suficiente para atender a esta demanda,

deixando ao encargo do Império a responsabilidade da fixação dos mesmos nas colônias estabelecidas.

[...] a Lei Geral 601, de 18 de setembro [Lei de Terras], regulada em 1854, determinou que a concessão de terras públicas se desse apenas por venda. A lei procurava pôr (sic) fim a uma das causas da dificuldade da obtenção de trabalhadores livres. Esperava-se que, a partir de então, o imigrante alugasse sua força de trabalho até amealhar o suficiente para comprar um lote de terreno. (MAESTRI, 2000, p. 20).

Devido a falta de recursos para subsidiar a política imigratória, a província do Rio Grande do Sul adere a parceria com empresas privadas para a introdução dos imigrantes, conforme contrato estabelecido entre ambas as partes. Autorizando as empresas a agenciarem os mesmos na Europa e direcioná-los para as fazendas ou colônias, o governo acreditava que poderia aumentar o fluxo imigratório para o Brasil. No Rio Grande do Sul, a empresa privada contratada fora Caetano Pinto & Irmão e Holtzweissig & Cia.

[...] Ambos os lados estabeleceram metas difíceis de serem cumpridas. Os contratados comprometeram-se a introduzir, anualmente, 2000 imigrantes, no mínimo, e 6000, no máximo. [...] Por não ter produzido os resultados esperados, o contrato foi suspenso pelo ato de 27 de agosto de 1878. (IOTTI, 2010, p. 64).

No Rio Grande do Sul, um número expressivo de italianos chegaria a partir da década de 1880. No entanto, as colônias provinciais, criadas a partir de 1870, acabaram exigindo grande atenção por parte do governo, em função das dificuldades de ocupação e demandas para o estabelecimento dos colonos.

O núcleo de Conde D'Eu e de Dona Isabel foram as primeiras colônias provinciais a serem organizadas no ano de 1870, criadas pelo Ato de 24/05 daquele ano pelo presidente da Província João Sertório. Essas colônias apresentaram uma série de dificuldades para serem povoadas. Em 1871, os sintomas do fracasso da ocupação dessas terras era visível, pois apenas 37 lotes haviam sido ocupados em Conde D'Eu e nenhum em Dona Isabel. (HERÉDIA, 2001, texto digital).

A colonização italiana em Conde D'Eu inicia-se a partir de 1875, e vai se intensificando até finais do século XIX.

O sistema de colonização, adotado no sul do Brasil, distribuía os colonos por lotes rurais, ao invés de aglomerá-los em pequenas aldeias, como na Europa. Eram traçadas, ao mesmo tempo, uma ou mais vilas, que deveriam servir como centro econômico-social da Colônia. Embora estes centros se tenham desenvolvido, foi, no entanto, o travessão – ou linha – o local de encontro dos imigrantes, o lugar em que se reestabeleceram e desenvolveram contatos primários entre os indivíduos, possibilitando-lhes a reconstrução do mundo cultural. (DE BONI, 1992, p. 235).

A organização dessas vilas, e o estabelecimento dos imigrantes nesses espaços receberá atenção nesta pesquisa. Esses centros econômico-sociais da colônia, as chamadas sedes administrativas, passam a receber a organização de serviços que a colônia demanda. Estabelecem-se nesse espaço urbano uma série de serviços e profissionais, como casas de comércio e serviços de saúde. Assim como nas linhas e travessões, na Vila formam-se núcleos familiares, muitas vezes constituídos por famílias oriundas da mesma região de origem. Firmam-se igualmente novas relações no espaço colonial. O estabelecimento destas redes de proximidade e relação entre os colonos italianos constituiria uma das principais estratégias de sobrevivência do grupo (HERÉDIA, 2001).

[...] As estratégias privadas, tais como o recurso a parentes e vizinhos em relações horizontais ou o recurso ao paternalismo em relações verticais, supõem a análise da ação de um agente individual principalmente interessado em sanar os efeitos de risco social, ao passo que as estratégias públicas supõem a análise de ação de um agente coletivo, podendo ser uma classe, categoria profissional, grupo étnico, etc., interessado na promoção de certos interesses relacionados a terceiros. (SILVA JR, 2004, p. 27).

Para compreendermos as relações estabelecidas entre os colonos em Conde D’Eu e suas estratégias, realizou-se uma pesquisa qualitativa, com o estudo de uma gama variada de fontes. Metodologicamente, recorreu-se ao “jogo de escalas” proposto pela Micro História, relacionando os contextos de imigração e as trajetórias individuais dos imigrantes. Para o estudo da organização da Sociedade Italiana de Mútuo Socorro *Stella D’Itália*, foram analisadas as fontes encontradas no Arquivo Histórico Municipal de Garibaldi, com destaque para o Estatuto de criação da mesma.

Esta Associação torna-se um espaço de ajuda mútua entre os imigrantes vindos à colônia, possibilita o fortalecimento dos laços culturais entre os italianos, bem como possibilita a articulação política e econômica entre os sócios. Para o entendimento das características do grupo que a compõe, um estudo mais aprofundado sobre os sócios tornou-se necessário. Utilizando alguns elementos propostos pela Demografia Histórica, pretendeu-se

reconstituir as características do grupo de imigrantes que residiam na Vila de Conde D'Eu no final do século XIX. Foi realizado um levantamento dos registros de batismos, pesquisados no acervo do Arquivo da Paróquia São Pedro de Garibaldi, correspondentes aos anos de 1879 a 1890, para conhecer melhor esta população residente na colônia.

As metodologias de rigor aplicadas sobre informação massiva imprimem hoje novo tom à investigação histórica. Para os períodos moderno e contemporâneo, as bases de dados construídos pela Demografia Histórica podem perspectivar uma nova História da Família e, mais geralmente, uma nova História Social, ao mesmo tempo que a História da População se vê enriquecida. (AMORIM, 2000, p. 90).

As bibliografias pesquisadas também permitiram analisar as estratégias promovidas pelos colonos imigrantes, bem como contextualizar o processo e a política imigratória italiana. Estuda-se a colônia Conde D'Eu desde a sua criação até a sua emancipação e o encerramento das atividades da Sociedade ali estabelecida, proporcionando uma ampla perspectiva da comunidade e de seus interesses. Essa contextualização foi possível também através da análise dos relatórios dos presidentes da Província, informando as perspectivas, necessidades e problemas decorrentes da colonização. Percebe-se nos relatos que houve o desenvolvimento social e econômico da mesma na década de 1880, quando aumenta o fluxo de imigrantes estabelecidos na Colônia e também a demanda por serviços, como a nomeação de médicos e padres para realizarem suas atividades em Conde D'Eu.

Outras fontes analisadas foram os jornais instituídos na colônia, como, por exemplo, o jornal *Il Colono Italiano*², dirigido pelos capuchinhos de Conde D'Eu, sendo exploradas as propagandas dos comércios e indústrias da colônia, bem como os acontecimentos ocorridos nacionalmente e internacionalmente, vinculados ao país de origem dos imigrantes. As análises obtidas com as fontes acondicionadas no Arquivo Histórico Municipal de Garibaldi foram imprescindíveis para o estudo da *Società Stella D'Itália* e conhecimento de seus sócios. A análise do Estatuto de criação da Instituição nos informa que a mesma era constituída por 44 sócios em 1884. A partir do estudo dos registros paroquiais, tentou-se conhecer mais alguns aspectos desse grupo de sócios, vinculados sob a insígnia e representatividade de uma sociedade que se intitulava “italiana”.

² O jornal *Il Colono Italiano* circulava na colônia de Caxias, intitulado *La Libertá*, e em 1910 foi comprado pelos capuchinhos de Conde D'Eu, sendo alterado seu nome para *Il Colono*, com circulação na colônia até 1917.

A (re)criação étnica da cultura italiana nas colônias de imigração são constituídas através dos laços estabelecidos entre si, bem como das associações e celebrações realizadas. “As Sociedades de Mútuo Socorro, dezenas em todo o Estado, tinham também o dever de resguardar em alto conceito os italianos e a própria pátria Itália” (POLETTI, 2004, p. 34). No entanto, “em que pesem as estratégias de solidariedade que intentavam, ao menos, servir de esteio aos fundamentos étnicos, muitas das práticas sociais no interior das mutuais revestiam-se de caráter político” (FURLANETTO, 2007, p. 92). Esses mesmos elementos podem ser percebidos quando da organização e ações da *Società Italiana di Mútuo Soccorso Stella D'Itália*, criada na antiga colônia Conde D’Eu.

[...] A criação dessas associações deve ser pensada como estratégias e experiências apreendidas e, de certa forma, reproduzidas culturalmente – tal como uma “cultura associativa” que foi construída de modo paulatino por meio da dinâmica dessas sociedades, e que cumpre um papel importante dentro das transformações capitalistas que ocorriam no Brasil [...]. (FURLANETTO, 2007, p. 66).

As sociedades de mútuo socorro necessitam de pilares concretos e estratégias públicas, devendo atingir três questões primordiais: as questões de estratégias privadas, valores e condutas eficazes e a busca por status através de grupos de interesses (SILVA JR, 2004). Cabe salientar que as mutuais instituídas nas colônias de imigração foram as únicas com as quais muitos imigrantes tiveram contato, pois desconheciam as mesmas na pátria mãe, onde foram essencialmente constituídas com caráter sindical e nas áreas urbanas.

[...] O mutualismo era praticamente desconhecido de grande parte da população italiana. [...] Para muitos destes, o associativismo étnico e mais tarde sindical será uma experiência vivenciada somente nos países de imigração e quase exclusivamente nas cidades americanas, só raramente nas áreas rurais, com algumas poucas exceções. (BIONDI, 2013, p. 76).

As mutuais instituídas nas colônias rurais de imigração foram difundidas e possuíam caráter de ajuda, principalmente aos imigrantes que ainda não haviam se assentado em seus lotes de terras. Muitas vezes as mesmas contribuía com despesas dos imigrantes, ajudando-os até mesmo na procura de emprego. É através destas relações que serão abordadas as estratégias empregadas na Sociedade estabelecida na colônia Conde D’Eu, e os laços que contribuiram para a ascensão social, política e econômica entre os sócios.

A contextualização do processo emigratório italiano, com seu ápice e consequências, bem como a oscilação sobre as perspectivas de tais emigrantes por parte das elites e das políticas administrativas italianas, serão abordadas e apresentadas no primeiro capítulo. Além destas abordagens, contextualiza-se a política imigratória adotada pelo Império brasileiro e pela província do Rio Grande do Sul.

Nesse contexto, mapeiam-se as alterações na legislação e nas promessas inferidas aos imigrantes, tanto por parte do Brasil quanto do Rio Grande do Sul, com a intervenção de parcerias de empresas privadas, e a constituição de colônias através da venda de lotes de terra aos imigrantes. A venda destas terras devolutas do Império torna-se uma fonte rentável tanto para as províncias, quanto ao Império, pois a imigração colaborava com o projeto de branqueamento da população brasileira, com o controle das áreas de fronteira com outros países, favorecia a substituição da mão de obra escrava pela livre e contribuía com o desenvolvimento agrícola, incrementando a produção de alimentos para o mercado interno.

A análise da Colônia Conde D'Eu, em seus aspectos sociais, políticos e econômicos, serão abordados no segundo capítulo, descrevendo desde os primórdios da colonização e o início do fluxo imigratório italiano, até seu desenvolvimento e emancipação do município. Neste capítulo mapeia-se a organização familiar e social dos colonos, evidenciando a inserção dos imigrantes no território brasileiro. As fontes indicam que há um crescimento populacional considerável na região a partir de meados da década de 1880.

O desenvolvimento da colônia é estudado a partir dos relatórios provinciais, que evidenciam as necessidades de infraestrutura e condições de vida para os recém-chegados. As fontes paroquiais, das quais foram analisados os registros de batismos do Arquivo da Paróquia São Pedro de Garibaldi, evidenciam os vínculos familiares dos imigrantes. Muitas famílias que estabelecem residência em Conde D'Eu são provenientes da mesma região na Itália, o que evidencia uma estratégia familiar de migração. Estas famílias, no entanto, precisavam se inserir socialmente, e os vínculos de compadrio, além da participação em espaços de sociabilidade, como a *Società Italiana*, permitiam essa inserção no espaço da colônia.

A *Società Italiana di Mútuo Soccorso Stella D'Itália*, que possibilitou novas relações e estratégias de ascensão social de seus sócios na comunidade, será estudada no terceiro capítulo. Essa Sociedade proporcionou a formação de um núcleo coeso de indivíduos, vinculados pelo caráter étnico da instituição, permitindo a vivência da cultura italiana. Por

outro lado, o seu caráter mutual foi fundamental para garantir alguns recursos e ajuda aos imigrantes. No campo político, da mesma forma, representou a possibilidade de mobilização destes imigrantes, que reivindicam melhores condições de vida junto às autoridades brasileiras e também pretendem ter voz ativa junto aos agentes consulares e os cônsules italianos.

A atuação dos imigrantes, como Abramo Canini, membro associado à *Stella D'Itália*, permite uma análise do campo de possibilidades e desafios que esses italianos que chegaram ao sul do Brasil encontraram no final do século XIX. Ao evidenciar estas trajetórias, pretende-se contribuir para o entendimento desse complexo processo das migrações, e das múltiplas possibilidades de atuação desses indivíduos na busca de uma vida melhor.

2 A IMIGRAÇÃO ITALIANA PARA A PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO DO RIO GRANDE DO SUL

A emigração italiana ganha força com a intenção de retirar os trabalhadores pobres³, que em uma perspectiva inicial, estavam ameaçando o equilíbrio socioeconômico do país, devido aos interesses capitalistas de produção que surgiram após a Reunificação do Estado. Durante este período, entre os anos finais de 1870 a 1885, o número de imigrantes variou de 119 mil à 508 mil saídos da Itália. Após esta primeira fase, considerada de inúmeras variações relativas ao processo emigratório⁴, o Estado e as classes dirigentes italianas avaliaram os mesmos como a solução para as necessidades econômicas e sociais, resultando no aumento emigratório entre os anos de 1886 a 1913 em mais de 222 mil saídos da Itália a cada quatro anos, atingindo cerca de 600 mil no início do século XX⁵.

O Brasil foi um dos países que propiciou a entrada desses imigrantes italianos, através da política imigratória que pretendia reestruturar a povoação de suas vastas terras consideradas vazias, evitando a tentativa de domínio e conflitos nas áreas de fronteiras. Além disso, pretendia-se atrair uma população considerada branca, a fim de substituir a mão de obra escrava para a livre e propiciar o “branqueamento” da população. A imigração italiana ao Brasil se fortificou e deu-se em maior fluxo a partir de 1869, através de novos Decretos e promessas que possibilitaram uma melhor percepção do ponto de vista italiano a encaminhar seus emigrantes a este país, que consolida sua política objetivando condições e fundamentos essenciais para a colonização.

³ Camponeses e artesãos.

⁴ Enquanto o Estado não se importava em colaborar com os emigrantes após sua saída da Itália, alguns dirigentes italianos acreditavam que o processo emigratório viria a se tornar eficaz para a economia e para a sociedade Italiana, após a colaboração do Estado com os mesmos.

⁵ IOTTI, Luiza Horn. **O olhar do poder**. 2 ed. Caxias do Sul: EDUCS, 2001b.

No Rio Grande do Sul, o processo imigratório italiano ocorre em maior fluxo a partir de 1882, com o intuito de vender as terras devolutas do Império, gerando o aumento agrícola e populacional, principalmente de mão de obra livre europeia. As primeiras colônias a receberem estes imigrantes foram Conde D’Eu, Dona Isabel e Caxias, entre os anos de 1875 a 1889. A principal característica imposta para a recepção dos mesmos era a de constituírem núcleos familiares e possuírem conhecimento agrícola ou serem camponeses, garantindo o desenvolvimento agrícola pretendido. Muitos destes, no entanto, possuíam outros ofícios e profissões, que acabaram contribuindo com o crescimento das colônias e de suas vilas, onde se estabelecem além dos agricultores também os imigrantes que serão industriais, comerciantes e artesãos.

2.1 Emigração italiana e a política de imigração brasileira

A Itália do século XIX passou por diversos movimentos até chegar ao processo emigratório como uma das soluções para seu crescimento econômico. Os fatores anteriores ao processo foram a Revolução Industrial Inglesa, as relações capitalistas europeias, a Reunificação e a formação do Reino Italiano, além de que nesta mesma época “[...] teve início o processo de formação do mercado nacional, de transformação nas relações de produção, de separação entre a atividade agrícola e industrial e de diferenciação no desenvolvimento econômico entre o Norte e o Sul da Itália” (IOTTI, 2001b, p. 28).

Devido à estrutura política, na qual os católicos austríacos governavam de forma conservadora – através de reis absolutistas – direta ou indiretamente os sete estados⁶ distintos em que a Itália fora dividida após a Revolução Francesa, com o Tratado de Viena em 1815 (MANFRÓI, 1999), e devido à decadência econômica italiana vivenciada no início do século XIX, o *Risorgimento*⁷ carrega o ideal de reestruturação italiana, bem como é através do mesmo que se tem o início do processo capitalista na Itália. O mesmo “[...] tinha em seu

⁶ Reino de Sardenha, Reinos das Duas Sicílias, Estados Pontifícios da Igreja, Reino Lombardo-Vêneto, Ducados de Parma, Modena e Grão-Ducado de Toscana (MANFRÓI, 1999).

⁷O *Risorgimento* ou Ressurgimento foi iniciado por duas correntes políticas: os Moderadores, representados pela burguesia e latifundiários, com soluções monárquicas e piemontesas para o problema enfrentado pela Itália, e do outro lado, o Partido de Ação, representados pela pequena burguesia radical, com soluções republicanas. (IOTTI, 2001b).

programa de ação três objetivos: derrubar o absolutismo, expulsar da Península os austríacos e unificar a Itália.” (MANFRÓI, 1999, p. 49).

O Estado Italiano foi criado em 1861, mediante um acordo entre as elites, com limites impostos pelos liberais moderadores, os quais direcionaram a estrutura deste novo Reino para o capitalismo. A Unificação proporcionou que a Itália estruturasse seu mercado capitalista, privilegiando as indústrias e prejudicando o setor do campo, ou seja, as divergências entre Norte e Sul da Itália se intensificam devido suas diferenciações no desenvolvimento econômico e cultural. “[...] A diferenciação atual, especialmente em termos culturais, parece ter-se originado na Idade Média, quando o Norte ficou mais próximo da Europa e o Sul, do mediterrâneo.” (BERTONHA, 2005, texto digital).

Após o *Risorgimento* e a Unificação⁸, a Itália ainda encontrava-se na mesma situação econômica, na qual somente os desfavorecidos (camponeses e artesãos) sentiram realmente o peso da situação⁹, devido ao processo de industrialização que estagnou. Por um lado há essa queda na produção e por outro o aumento na população urbana, assim, a solução para tais problemas surge do processo emigratório, fator encontrado para que a industrialização italiana obtivesse êxito e para que a economia crescesse. Por isso, o fluxo emigratório tornou-se mais atuante e em maior escala entre os períodos de 1870 a 1913, no qual cerca de 24 milhões de pessoas deixaram a Itália, segundo dados obtidos por Costa e De Boni¹⁰.

Segundo Iotti, a política de emigração passou por diversas modificações e intervenções, seguindo os interesses capitalistas e orientações do Ministério dos Negócios Exteriores, responsável por esse processo no início de sua movimentação. Essa política de emigração adotada pelo Reino Unificado Italiano fora dividida em três períodos: o primeiro período foi de muitas incertezas e mudanças nesta política, direcionadas pelo Ministério dos Negócios Exteriores, sob interesses dos setores capitalistas¹¹; no segundo período, entre 1887 e 1896, com a ascensão da esquerda no poder, inicia-se reformas na política externa italiana, com uma nova perspectiva, valorizando a emigração como a solução para os problemas socioeconômicos enfrentados no país, sendo direcionados e conduzidos pelo Estado e não

⁸ Final de 1870, “[...] A Itália levou, pois, 57 anos para completar sua unificação e ser o que é hoje.” (MANFRÓI, 1999, p. 48).

⁹ Implicação dos impostos elevados sobre a farinha, bem como a concorrência cada vez maior dos produtos agrícolas estrangeiros. (COSTA; DE BONI, 1979).

¹⁰ COSTA, Rovílio; DE BONI, Luis Alberto. **Os Italianos do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes; Caxias do Sul: Universidade de Caxias, 1979.

¹¹ Como os latifundiários, armadores, industriais e comerciantes.

mais pelo Ministério; o terceiro período, de 1896 até 1914, segue o preceito de valorização da emigração, com a crescente economia italiana e fluxo emigratório¹², resultando em um negócio eficaz para o Estado italiano (IOTTI, 2001b).

Foram esses fatores que objetivaram que os emigrantes fossem trabalhadores do sexo masculino, fazendo com que o laço com suas famílias se mantivessem, para que os mesmos contribuíssem com a Itália ajudando financeiramente as suas famílias que por lá permaneceram,¹³ proporcionando um equilíbrio econômico e a reestruturação almejada pelo governo. “[...] Em 1925, 1/3 das reservas das caixas econômicas e postais provinha da emigração. [...] Por volta de 1960 a emigração devia enviar para a Itália, de uma ou de outra maneira, mais de 1,5 bilhões de dólares.” (COSTA; DE BONI, 1979, p. 66). Além disso, os privilégios da classe superior, com esse escoamento emigratório, foram mantidos, fator que contribuiu para o atraso da industrialização italiana em comparação aos demais países da Europa.

Essa implementação do capitalismo e a emigração se deu primeiramente na região Norte da Itália¹⁴, e após o ano de 1901 é que o sul inicia o mesmo sistema e mantém o maior número de emigrantes italianos. A emigração em massa da Europa para a América não se restringiu apenas à Itália, e sim em todos os países que estavam passando pelo período de transição ao capitalismo, como, por exemplo, os ingleses, franceses e os prussianos. Mas, como na Itália esse processo de industrialização fora mais lento e demorado, a emigração italiana perdurou por um longo período¹⁵, sendo também responsáveis por essa política os diplomatas, embaixadores, cônsules e agentes consulares, que estabeleciam uma ligação entre o governo italiano e as colônias receptoras no exterior.

No entanto, na primeira fase da política emigratória, as observações e discursos relatados pelos diplomatas evidenciam o que a classe elitizada do Estado observava nos emigrantes, considerados como trabalhadores pobres e inferiores, sem preceitos suficientes de

¹² O fluxo emigratório a partir do segundo período passa a ser exploratório, de interesses econômicos. O Estado objetiva nos emigrantes um retorno de capital para a Pátria Mãe, ou seja, que os emigrantes estabelecidos nos países de destino contribuíssem com o desenvolvimento industrial, enviando suas poupanças e recursos financeiros (IOTTI, 2001b).

¹³ Essa perspectiva ocorreu primordialmente durante a emigração temporária, perdurando até aproximadamente 1879. “As províncias que apresentam as taxas maiores de emigração temporária foram: Belluno, Udine, Cuneo, Vicenza, Treviso, Lucca, Massa e Parma; e as que apresentaram maiores taxas de emigração permanente foram: Rovigo, Campobasso, Benevento, Cosenza, Salerno, Potenza, Catanzaro, Verona, Massa, Mantova, Padova, Avellino, Macerata, Treviso e Venezia.” (HERÉDIA, 2010, p. 215).

¹⁴ Piemonte, Lombardia e Vêneto.

¹⁵ Segundo Iotti, até a reunificação da Itália a emigração era tida de forma temporária, mas, após a mesma, a emigração se tornou fixa e em maior escala.

engrandecer a Pátria Mãe exaltada no exterior. Ou seja, estes significavam uma ameaça aos interesses do Estado italiano, e as autoridades e diplomatas agiam com descaso perante os mesmos¹⁶.

A partir do segundo período do processo emigratório italiano, os olhares e objetivos para com os emigrantes se alteram, e além do Estado, as classes dirigentes começam a valorizar os mesmos. Já no terceiro período, o Estado solicita uma tutela e observação eficaz perante eles, instituindo uma nova lei aprovada em janeiro de 1901, que instaurava a proteção aos emigrantes desde sua saída até seus destinos nas colônias do exterior, mantendo os laços fortes para render bons frutos ao Estado italiano. Os cônsules e agentes consulares passam a encaminhar relatórios a Roma, os quais eram publicados no *Bollettino Consolare pelo Ministero degli Affari*, objetivando a divulgação dos dados para desenvolver o comércio interno, através de um incentivo à população italiana para o crescimento e desenvolvimento capitalista (IOTTI, 2001b).

Em relação às redes migratórias, Vendrame¹⁷ salienta que as migrações definitivas ou temporárias entre os camponeses italianos para os centros urbanos se caracterizaram por lógicas próprias de ação. Estes podiam avaliar qual o melhor caminho a seguir para superar as falências, possuir terras e melhores condições de vida. Percebe-se um grande aumento de êxodo rural, devido a crise agrária instaurada com o desenvolvimento capitalista industrial, elevando a característica da circularidade populacional com objetivos de estratégias demográficas, estrutura familiar, escolhas individuais e ciclos de vida, de maneira ocasional e por medidas próprias. Essa emigração italiana para outras regiões e países, antes mesmo de se tornar um fenômeno massivo, era frequente e natural, ou seja, não necessariamente ocorria a expulsão destes da Itália, mas sim o desejo dos mesmos em ampliar seus serviços e recursos para além de suas fronteiras, as quais muitas vezes tornavam-se limitadas e escassas.

A emigração ao Brasil foi favorecida pela crise agrária que assolou a Itália em 1870. Para garantir a estrutura familiar e a economia, os pequenos proprietários emigram para locais com melhores condições, atraídos pelos parentes ou amigos, constituindo redes migratórias de

¹⁶ “O imigrante partira de uma Itália rural que recém se unificara. No Brasil, seu universo reduzia-se sobretudo à sua colônia, à sua linha, ao seu núcleo colonial.” (IOTTI, 2001b, p. 80). O sentimento de patriotismo não andava junto com os emigrantes como a elite e os diplomatas, cônsules e agentes consulares possuíam, por fatores simples: os mesmos foram expulsos de seu território, além de serem ignorados e abandonados pelos seus representantes.

¹⁷ VENDRAME, Maíra Inês. **O poder da aldeia: redes sociais, honra familiar e práticas de justiça entre camponeses e italianos (Brasil-Itália)**. São Leopoldo: Oikos, Porto Alegre: ANPUH-RS, 2016.

apoio aos mesmos. Esse processo acabou unindo diversas famílias no país de destino, além de manter o vínculo com a parte da família que ficara na Itália.

O ideal de povoação de caráter imigratório no Brasil é antigo, remontando ao século XVIII, quando “[...] o Conselho Ultramarino¹⁸, já antes de 1750, percebera que, devido à escassa população do reino e à imensidão do território brasileiro, fazia-se necessário recorrer a outros povos para preencher o vazio habitacional de sua possessão americana, principalmente entre São Paulo e a Colônia de Sacramento” (COSTA; DE BONI, 1979, p. 31). No entanto, a imigração tem seu marco inicial oficialmente em 1808 com o Decreto de 25 de Novembro que concede sesmarias aos estrangeiros que residiam no Brasil, e as primeiras famílias a iniciarem a imigração planejada através da Carta Régia de 02 de Maio de 1818 são suíças (IOTTI, 2001a).

Além do objetivo de suprir o vazio populacional do país, através da ocupação de terras e do trabalho agrícola, a intenção do governo com esse processo imigratório era a de promover a substituição do trabalho escravo¹⁹ pelo trabalho livre, inicialmente na lavoura cafeeira do centro-sul do país, e posteriormente na agricultura das regiões do sul. Mas, vale ressaltar que além da substituição do trabalho escravo, o qual aos poucos estava sendo proibido, o que o governo brasileiro desejava era o branqueamento da população no Brasil. “[...] É que estavam em voga as teorias sobre uma suposta superioridade da raça branca, daí também o apoio da elite brasileira, no sentido de *branquear* a população – *qualidade* que definia o imigrante europeu como melhor para atender aos interesses nacionais.” (FAVARO, 2006, p. 312).

Para incentivar a imigração ao Brasil, o governo aprova uma série de favores que seriam concedidos às famílias que se estabeleceriam no país, através do Decreto de 16 de Maio de 1818, que consistia em 24 artigos²⁰, oferecendo primordialmente, “[...] viagem paga até a colônia, lote rural gratuito, assistência médica, sustento por certo período, auxílio financeiro, sementes e animais, liberdade religiosa e nacionalização imediata” (COSTA; DE

¹⁸ Conselho criado em 1642, a fim de padronizar a administração ultramarina entre Brasil, Índia, Guiné, ilhas de São Tomé e Cabo Verde (GOUVÊA, 2004).

¹⁹ “[...] na década de 1840 [...] Um escravo custava cerca de 2 contos e o lucro anual de seu trabalho ficava entre 200 e 300 mil réis: o suficiente apenas para os juros de amortização. Torna-se, pois, necessário apelar para o trabalhador europeu.” (COSTA; DE BONI, 1979, p. 35).

²⁰ Decreto de 16 de Maio de 1818 aprova as condições para o estabelecimento no Brasil de uma Colônia de suíços, composta por 24 artigos (IOTTI, 2001a).

BONI, 1979, p. 33). A condição era boa, e inicialmente alguns países europeus, como por exemplo, a Inglaterra, França, Alemanha e Prússia, enviaram emigrantes ao Brasil.

No entanto, algum tempo depois desse procedimento emigratório, entre 1830 a 1840, ocorre a suspensão dos recursos para esse processo devido os interesses dos latifundiários brasileiros. Os mesmos não estavam contentes com a política adotada pelo Império, a qual implicava em muitos gastos para o financiamento da colonização, bem como o processo imigratório não estava atendendo os interesses de boa parte da elite econômica do país. Em 1834, com o Ato Adicional de 12 de agosto (IOTTI, 2001a), ocorre a tentativa do Império em reajustar a política e a administração das províncias, concedendo-as maior autonomia e inferindo responsabilidade às mesmas sobre a colonização. No entanto, as medidas adotadas pelo Império não foram bem sucedidas, pois as províncias não possuíam bens próprios para contribuir com a constituição de colônias.

A solução dos problemas do governo brasileiro veio na promulgação da Lei 514 de 28 de outubro de 1848²¹ que devolvia terras às províncias, objetivando o amparo no processo de colonização, o que compreendeu no atendimento de interesses regionais, que anteriormente não eram prioritários, contribuindo com a imigração crescente na região de São Paulo, especificamente nas lavouras cafeeiras. Devido a falta de recursos próprios das províncias para a contribuição específica no processo imigratório para colonização, acabam por associarem-se à iniciativa privada, concedendo às companhias de colonização a possibilidade de atraírem os colonos e de venderem terras aos imigrantes.

As propostas, entretanto, passaram a desalinhar-se e a comprometer a vida dos colonos, pois, segundo Iotti, “O sistema de parceria provocou descontentamento entre os imigrantes, principalmente pela falta de clareza dos contratos e das cláusulas evidentemente desfavoráveis a eles” (2001a, p. 25). Inicia-se, assim, a segunda estagnação do processo de colonização imigratória brasileira, quando os países, e até mesmo a Itália que estava passando pela crise econômica e necessitava enviar emigrantes para fora do país, proibiram o envio dos mesmos ao Brasil devido às queixas recebidas de seus emigrantes. A fim de restituir o

²¹ Segundo o artigo 16 da lei 514 de 28 de Novembro de 1848, “[...] Cada uma das Províncias do Império ficam concedidas no mesmo, ou em diferentes lugares de seu território, seis léguas em quadra de terras devolutas, as quais serão exclusivamente destinadas à colonização e não poderão ser roteadas por braços escravos. Estas terras não poderão ser transferidas pelos colonos enquanto não estiverem efetivamente roteadas e aproveitadas, e reverterão ao domínio Provincial se dentro de cinco anos os colonos respectivos não tiverem cumprido esta condição.” (IOTTI, 2001a, p. 108).

processo imigratório ao Brasil, o governo reformula novas medidas através do Decreto 3784 de 19 de janeiro de 1867²², efetivando:

[...] O pagamento das terras em cinco prestações (art. 6º); lotes para os filhos maiores de 18 anos, que quisessem se estabelecer separadamente dos pais (art. 7º); edifício especial para abrigar os colonos recém-chegados e um auxílio gratuito de 20\$000 réis para seu estabelecimento (art. 30º). (IOTTI, 2001a, p. 26).

Com isso, o governo local estimava a vinda de imigrantes suíços, alemães e ingleses em maior escala, o que efetivamente não ocorreu, pois os mesmos ainda estavam receosos com as promessas governamentais brasileiras, devido aos últimos acontecimentos de não cumprimento das mesmas. Em contraponto, com a nova regulamentação, e situação de crise econômica na Itália, o governo italiano retoma o envio de emigrantes ao Brasil. “[...] No total, 24 milhões de peninsulares partiram da Itália, entre 1869 e 1962, para diferentes regiões do mundo.” (IOTTI, 2001a, p. 27).

Durante o período republicano, entre os anos de 1889 e 1915, ocorrem diversas mudanças no plano político brasileiro de imigração e colonização, sendo um deles a delegação aos estados e setores privados de todo o processo imigratório. Contudo, ainda devido aos poucos recursos que os estados possuíam, o governo brasileiro financiava as passagens dos imigrantes. Após a percepção de que os Estados de Santa Catarina, Espírito Santo e Rio Grande do Sul possuíam maiores dificuldades em manter a colonização, comparados ao estado de São Paulo (que devido aos vastos recursos obtidos com suas lavouras cafeeiras, conseguia apropriar-se de maior fluxo imigratório), o governo brasileiro resolve intervir novamente no processo de colonização imigratória determinando o Decreto 6455 de 19 de abril de 1907, além do Decreto 9081 de 03 de novembro de 1911²³. Realiza-se um acordo entre os Estados e o governo, juntamente com companhias privadas, a fim de garantir melhores condições aos imigrantes, proporcionando um maior fluxo dos mesmos, que será mantido até o seu declínio em 1914, com o início da Primeira Guerra Mundial.

O processo de colonização no Brasil foi uma decisão governamental proposta e concluída com êxito, após muitas alterações e alguns fracassos, que contribuiu para a vinda de

²² Decreto nº 3784 de 19 de Janeiro de 1867, aprovando o regulamento para as Colônias do Estado, composto por IV Capítulos e 35 artigos (IOTTI, 2001a).

²³ Decreto nº 9081, de 03 de novembro de 1911, composto por 277 artigos que beneficiavam os imigrantes tanto nos setores de seleção e embarque, quanto em seus estabelecimentos e guarnições na nova colônia (IOTTI, 2001a).

milhares de imigrantes para o país, a valorização das terras, o abastecimento de cidades com a agricultura camponesa, além de garantir a posse de áreas próximas às fronteiras geopolíticas.

2.2 O surgimento das colônias oficiais

A imigração italiana no Rio Grande do Sul entre os anos de 1872 e 1873 foi extremamente baixa, devido às promessas do governo brasileiro as quais, juntamente com a autonomia dos estados e da parceria com as companhias privadas, não foram cumpridas. Após as novas reformulações na política imigratória, ocorre um aumento considerável na imigração italiana para a região sul do país.

De 1875 a 1914, o Rio Grande do Sul recebeu 80 mil imigrantes, expulsos, sobretudo, da Lombardia, do Vêneto e do Tirol pela miséria e atraídos ao Novo Mundo pelo sonho da terra. Uma importante propaganda governamental brasileira sobre as vantagens do estabelecimento no Sul incentivava o fluxo migratório. (IOTTI, 2001b, p. 76).

Não só as propagandas do governo brasileiro fizeram com que os imigrantes italianos se instalassem nas colônias do Rio Grande do Sul, mas também os convites feitos a eles através de amigos e parentes que já estavam instalados em novas terras. As notícias sobre as condições da viagem, estrutura das novas terras e organização da vida no país de destino eram informadas através de cartas escritas pelos imigrantes àqueles que permaneciam na Itália (VENDRAME, 2016). Em análise de algumas cartas, Iotti (2010) destaca que no conteúdo das mesmas fica explícito o contentamento dos imigrantes com a possibilidade de acesso à terras nas colônias do Rio Grande do Sul. Os imigrantes salientavam a facilidade na obtenção de lotes e no cultivo dos mesmos, expressando a felicidade em aqui terem se tornado proprietários de terras, sendo que lá [Itália] eles eram servos. Nestas cartas, os imigrantes almejavam expor as condições vividas nas colônias para que seus amigos e parentes pudessem para lá emigrarem e assim, vivendo juntamente com seus núcleos de amizades e/ou parentesco, aumentarem seus recursos e estratégias de sobrevivência e as possibilidades de crescimento econômico.

Na década de 1870, a província rio-grandense contava com 28 municípios, com 440 mil pessoas, divididas entre 73 paróquias, ou seja, um crescimento considerável em comparação ao momento de chegada dos primeiros imigrantes alemães, quando o estado constituía-se em apenas 5 municípios e tinha uma população de 110 mil pessoas (COSTA; DE BONI, 1979). Com a intenção de formar colônias que produzissem recursos para o mercado interno, a política imigratória foi adotada pelo estado a partir da lei provincial nº 229 de 4 de dezembro de 1851, que atribuía fornecimento de ajuda aos imigrantes, o que não tornou-se satisfatório devido aos poucos recursos encontrados na província para arcar com tais despesas. Observa-se que há uma comparação entre a política de colonização imigratória do Rio Grande do Sul e a do Brasil, pois inicialmente, até atingirem um ápice no processo, necessitaram de diversas mudanças na legislação e no cumprimento de tais promessas.

Para solucionar os problemas, a Lei 304 de 30 de novembro de 1854²⁴, promove a venda das terras aos colonos imigrantes, as quais podiam ser pagas à vista ou à crédito, dentro de 5 anos sem juros, sendo proibida a introdução de escravos nas colônias, e os mesmos receberiam ajuda do estado, como, por exemplo, a passagem e hospedagem. Essa Lei foi considerada a afirmação da política de imigração no Rio Grande do Sul, e o seu ápice torna-se possível a partir da Lei 749 de 29 de abril de 1871, quando o Presidente da Província assina contrato com as empresas privadas Caetano Pinto & Irmão e Holtzweissig & Cia. O contrato previa que as mesmas, em um período de 10 anos, introduzissem na colônia em torno de 40 mil colonos principalmente agricultores, com as promessas aos mesmos de auxílio inicial e transporte. Porém, o contrato estabelecido e as propostas que deveriam ser empreendidas pelas empresas não foram bem sucedidas, devido a dificuldade em cumpri-las, ocasionando no cancelamento do contrato através do ato de 27 de agosto de 1878.

Por tais dificuldades na introdução de imigrantes no território do sul do país, o governo do Império decide tomar para si o compromisso do processo imigratório no Rio Grande do Sul, reivindicando as colônias de Conde D'Eu e Dona Isabel. Sendo os anos de 1874 a 1889 considerados um período de indiferença da província perante o sistema de colonização, ocasionando no desenvolvimento somente das colônias já criadas. Com o passar dos anos, a província foi deixando de amparar o processo imigratório de colonização, deixando-o totalmente ao encargo do governo imperial com parcerias de iniciativas privadas

²⁴ IOTTI, Luiza Horn. **Imigração e poder**: a palavra oficial sobre os imigrantes italianos no Rio Grande do Sul (1875-1914). Caxias do Sul: EDUCS, 2010.

“[...] pela Lei 1220 de 16 de maio de 1879, suprimiu os cargos de diretores de colônias e transferiu ao governo imperial a direção das colônias provinciais.” (IOTTI, 2010, p. 67).

O objetivo da imigração para a província do Rio Grande do Sul era o de recepcionar primordialmente agricultores para estabelecerem colônias que suprissem as necessidades do mercado interno. Contudo, muitos imigrantes que se denominavam camponeses, possuíam pouca experiência com o campo, pois eram artesãos, comerciantes ou industriais, e adentraram nas colônias como agricultores a fim de obterem a posse da terra, segundo a legislação imposta a eles. Por isso, as colônias conseguem êxito e desenvolvem-se internamente, através de comércios que vão sendo estabelecidos, bem como indústrias, além da agricultura implementada e as atividades dos artesãos.

A chegada dos imigrantes italianos, em maior fluxo após 1875, se dava por duas intenções do governo brasileiro: “promover o abastecimento do mercado interno brasileiro gerado pelo complexo cafeeiro e formar no sul núcleos coloniais imigrantes bem sucedidos que pudessem servir como foco de atração à imigração estrangeira para o país.” (PESAVENTO, 1984, p. 46). A vinda dos mesmos para o Brasil, nos navios a vapor, não foi agradável, pois além dos navios virem superlotados, juntamente com as pessoas foram trazidos os animais e, portanto, as epidemias se alastraram, o que resultou em muitas mortes durante a viagem²⁵. Os imigrantes italianos desembarcaram primeiramente no Rio de Janeiro e posteriormente foram encaminhados para a província de São Paulo e Rio Grande do Sul. São Paulo foi a região que atraiu mais imigrantes, principalmente nas áreas cafeeiras, para substituir a mão de obra escrava pela livre, que resultava em menores gastos para os latifundiários.

Em Porto Alegre, os imigrantes italianos foram alojados, provisoriamente, para posteriormente serem encaminhados para as colônias do norte – Dona Isabel, Conde D’Eu e Caxias – através de embarcações de pequeno porte que navegavam pelo rio Caí por aproximadamente sete horas, sendo a última empreitada a pé, no lombo de animais ou em carretas, por três dias ou mais, abrindo caminho na mata virgem, entre estreitas passagens acidentadas, até seu destino final, onde enfim eram alojados no chamado “barracão dos imigrantes”, ou enviados aos lotes coloniais que já estavam demarcados e prontos para serem trabalhados (IOTTI, 2001b).

²⁵ Pelo trajeto da Itália-Brasil ser extenso e muito lento, pois foi de navio a vapor, muitas mulheres acabavam dando à luz aos filhos durante a viagem dentro das embarcações.

No entanto, emigrar periodicamente e viver afastado da família por um longo período, todos os anos, se não por toda a vida, passava a ser um comportamento cada vez mais comum, à medida que as condições socioeconômicas de numerosas unidades familiares tornavam-se mais e mais precárias. (FAVARO, 2006, p. 306).

Os imigrantes italianos serão direcionados para as regiões nas quais se pretendia promover uma maior ocupação populacional e também onde se acreditava que o desenvolvimento agrícola poderia acontecer. “Oito mil quilômetros da semidesabitada Encosta Superior do Nordeste, imprestáveis à produção pastoril, foram parcelados e destinados à colonização. Conde D’Eu – Garibaldi -, Dona Isabel – Bento Gonçalves – e Caxias foram as três primeiras colônias italianas no RS.” (IOTTI, 2001b, p. 77). A única ajuda advinha do trabalho remunerado de 15 dias por mês na abertura de estradas, além do benefício de aproveitarem a comercialização já instaurada pelos alemães para o escoamento dos produtos, mas que de certa forma não facilitava abertamente o desenvolvimento de produção e comércio italianos, pois os mesmos estavam submetidos ao capital alemão e disputavam com seus produtos. Por isso, muitos núcleos italianos se especializaram na produção de vinho, diferenciando-se dos produtos produzidos pelos alemães (PESAVENTO, 1984).

Outra dificuldade enfrentada pelos imigrantes foi quando a província exigiu o débito colonial das terras devolutas para os colonos, alegando que ocorreram atrasos no pagamento durante anos, e com a falta de recursos da província, o débito dos imigrantes deveria ser quitado.

À medida que, por exigência de uma legislação que definia o processo de divisão do lote colonial entre herdeiros, a terra tornou-se insuficiente para a sobrevivência do grupo familiar, ocorreu um retardamento natural na idade de homens e mulheres para o casamento e o conseqüente número de filhos. Os excedentes populacionais, ao avançar o século XX, eram estimulados a buscar nas cidades da região ou em outras áreas do norte do estado e mesmo de Santa Catarina e Paraná as condições para seu desenvolvimento. (FAVARO, 2006, p. 315).

Foi apenas com o Decreto 2098 de 13 de julho de 1914 que se sanciona a imigração como agente espontâneo, alterando sua política. Salienta-se que a fertilidade do solo do Rio

Grande do Sul já seria suficiente para atrair os fluxos migratórios, colocando um fim na imigração oficial²⁶ e nos gastos do Estado com tal processo político.

Quando as colônias Conde D’Eu e Dona Isabel foram criadas²⁷, em maio de 1870, os imigrantes estavam receosos devido à mata virgem, terrenos acidentados e inférteis que os esperavam, sem contato algum com as demais localidades. “[...] Assim, em 1873, Conde D’Eu contava com 80 lotes medidos, mas apenas 20 estavam sendo cultivados, enquanto outros 30 já haviam sido concedidos. No ano seguinte, só 19 eram cultivados, habitando no local 74 pessoas” (COSTA; DE BONI, 1979, p. 73).

As condições de acesso às colônias eram realmente complicadas. Os caminhos eram de difícil transposição e ao chegar ao local demarcado, havia a necessidade de abrir clareiras nas matas virgens, erguendo seus abrigos de pau-a-pique, encobrindo-os com galhos. Assim, tem-se a preparação das primeiras roças de milho, feijão e demais produtos possibilitados à eles, mas, até que a produtividade tivesse resultados, os colonos sobreviviam da caça e coleta.²⁸ “[...] Algumas vezes, a venda da madeira e, eventualmente, o trabalho assalariado, durante quinze dias por mês, na abertura de estradas e caminhos, financiavam os colonos até a primeira colheita. [...] Trabalhava-se 15 ou mais horas por dia.” (IOTTI, 2001b, p. 78).

A passagem da Europa ao Rio Grande do Sul era financiada pelas autoridades brasileiras. Os lotes e os eventuais subsídios governamentais – transporte no RS; estadia; ferramentas; sementes, etc. – deviam ser pagos em cinco a dez anos. O título provisório era entregue quando 20% da dívida fosse paga: o definitivo, quando ela era exaurida. A família colonial inadimplente era executada nos seus bens e expulsa dos lotes coloniais valorizados pelo trabalho do colono. (IOTTI, 2001b, p. 78).

Ou seja, as promessas de ajuda com lotes e suprimentos foram negociadas a priori para serem adquiridas com o tempo pelos colonos imigrantes, não sendo gratuitas. Cabia aos mesmos trabalharem para poderem suprir tais necessidades, por isso, a família inteira trabalhava juntamente, quando as mulheres e até mesmos os filhos, desde pequenos, ajudavam

²⁶ Outro fator contribuinte para a finalização da imigração oficial no Rio Grande do Sul foi o início da Primeira Guerra Mundial, que contribuiu para que os imigrantes italianos retornassem à sua Pátria Mãe, a fim de intercederem na Guerra (IOTTI, 2010).

²⁷ O Presidente da Província cria as colônias Conde D’Eu e Dona Isabel em homenagem ao Príncipe Consorte e à Herdeira do trono. Estas colônias ficavam localizadas entre o rio Caí, os campos de Vacaria e o município de Triunfo (COSTA; DE BONI, 1979).

²⁸ Coletavam pinhões para alimentarem-se, mas somente na época em que os tinham, ou seja, no inverno, nos demais dias do ano, o milho plantado pelos colonos consistia na matéria-prima da polenta para seu sustento.

no *lavoro*²⁹. Como o terreno era acidentado, não se tornava propício para o plantio de alguns produtos. Nesse sentido, os imigrantes italianos solicitavam junto à suas famílias que na Itália ainda se encontravam, ou até mesmo aos agentes consulares, que enviassem a eles mudas de videiras para o plantio.

A economia colonial foi baseada primordialmente na agricultura³⁰, mas adentraram nas colônias imigrantes comerciantes e artesãos, o que possibilitou um ágil progresso entre as mesmas. Outro setor que cresceu desde o início foi a produção de vinho, que com as novas técnicas de fabricação tornaram-se cada vez mais produtivas e de melhor qualidade, bem como foram imprescindíveis os instrumentos para o plantio das sementes, como o arado pequeno e a enxada, além de um boi, uma vaca ou cavalo, para puxar a carroça, e de uma vaca leiteira, para enfim finalizar as atividades agrícolas dos colonos e seu sustento (IOTTI, 2010). Sendo assim, formam-se regiões agrícolas que passam a produzir uma diversidade de produtos.

Mas, apesar da produção iniciar-se e prosseguir positivamente nas colônias, havia um problema fundamental para que tais produtos cultivados fossem escoados e vendidos da forma como o governo previa: a falta de estradas e comunicação impedia exatamente o contato com as demais regiões, o que dificultava a compra e venda de produtos³¹.

Na maioria das vezes, os imigrantes vindos de uma mesma região, como, por exemplo, o Vêneto e a Lombardia³², reuniam-se e se estabeleciam juntos, construindo suas casas de madeira e organizando suas roças e lavouras. No entanto, é imprescindível salientar que o envio de emigrantes a determinadas colônias não seguiam critérios de escolha, como por exemplo, de uma mesma região. A junção dos mesmos, constituindo-se por regiões, dialetos e laços tanto de parentesco ou amizades, ocorriam quando se destinavam a locais próximos, e por escolha deles, formavam núcleos étnico-linguísticos afins (HERÉDIA, 2010). Estes fatores foram essenciais para a sobrevivência e harmonia entre os colonos, pois ajudou os imigrantes a suportarem os primeiros anos. O dialeto Vêneto³³, ou dialetos das demais regiões da Itália, foram se fundindo entre si e, aos poucos, com a introdução do português nas

²⁹ *Lavoro* significa “trabalho” em português.

³⁰ Produtos característicos da imigração italiana são o trigo, o vinho e o milho. (COSTA; DE BONI, 1979).

³¹ GIRONDI, Elenita. **Garibaldi**: a cidade e o herói. Caxias do Sul: Ed. Maneco, 2007.

³² Regiões onde a crise se fazia muito mais forte no ano de 1875.

³³ O dialeto Vêneto era o mais utilizado na Itália por ser o dialeto corriqueiro no meio comercial, mas, o dialeto considerado oficial na Itália é o toscano. (COSTA; DE BONI, 1979).

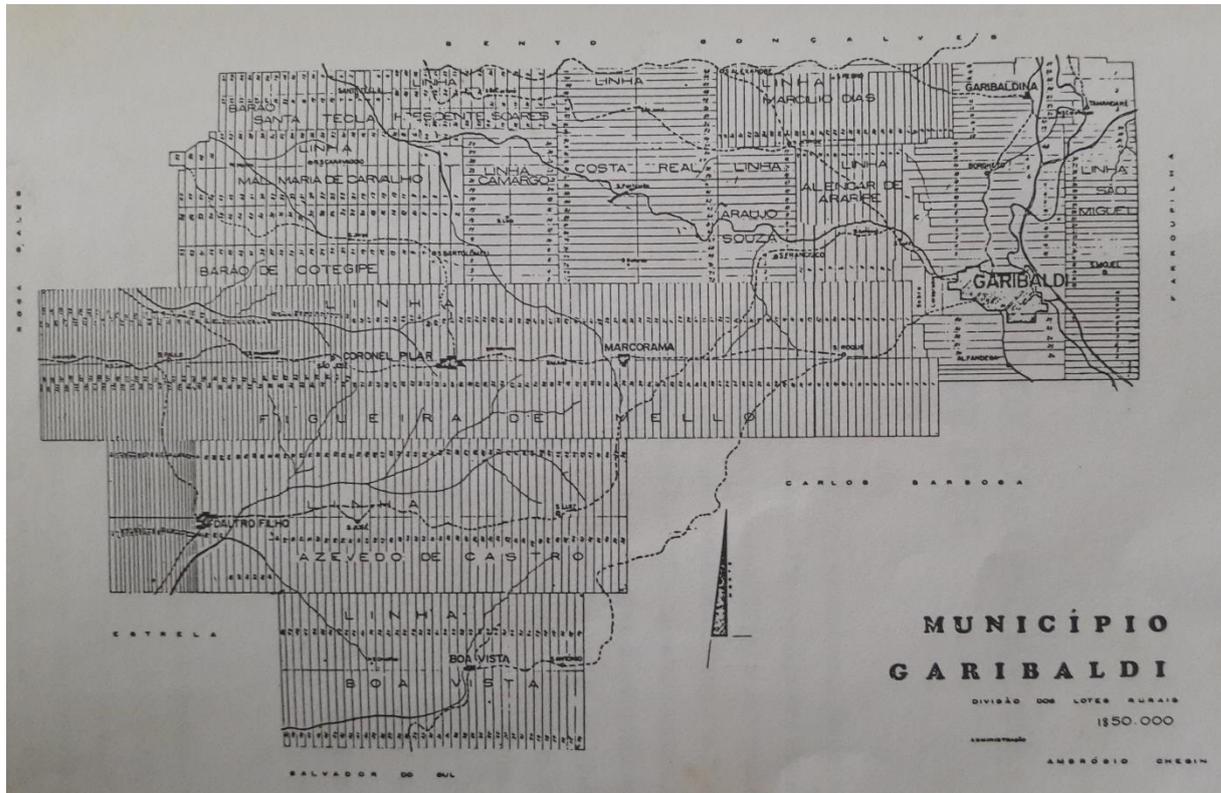
colônias, foram criando novos dialetos, permanecendo vivos na atualidade entre os descendentes de italianos.

A fim de diminuir a força dos grupos homogêneos e núcleos de grupos nas colônias que estavam se formando, com a apropriação de terras próximas entre membros de mesma família ou mesma região advinda da pátria mãe, o governo começa a estipular terras separadas aos imigrantes europeus, principalmente aqueles vindos da mesma região. Essas medidas acabaram por prejudicar demasiadamente o desenvolvimento das colônias, pois os colonos imigrantes se sentiam abandonados e isolados em suas terras, não contendo laços e redes para crescimento social, econômico e político (MANFRÓI, 1999). As estratégias adotadas pelos imigrantes foram a de estabelecimento temporário em lotes e casas de amigos e posterior angariamento de recursos para trocas de terras entre outros imigrantes ou compra de lotes próximos aos núcleos desejados através das terras particulares.

No entanto, nem todos os imigrantes dispunham dos mesmos recursos e muitos possuíam o desejo de retornar ao seu país de nascimento, como, por exemplo, o imigrante italiano Antônio Bano, em Silveira Martins, que com a miséria na qual se encontrava na colônia estabelecida, não conseguiu encontrar trabalho e, em consequência, o não assentamento próximo aos núcleos familiares ou de proximidade (VENDRAME, 2016). Por isso, também ocorreram envio de cartas aos parentes que na pátria mãe permaneciam de que as condições nas colônias não eram favoráveis, incentivando os mesmos a permanecerem em seu país. Em Erechim e Ijuí, os colonos seguiam as regras impostas pela província, de se assentarem nas terras e lotes estipulados pelos mesmos, no entanto, realizavam trocas para preservarem a identidade étnica e cultural (MANFRÓI, 1999).

As colônias possuíam demarcações de suas sedes, as quais consistiam em um núcleo principal localizado no centro da colônia, abrangendo a administração, bem como o comércio e o artesanato. Ainda, “[...] eram divididas em léguas, travessões e lotes. A légua era um quadrilátero, cortado no sentido longitudinal, por caminhos estreitos e irregulares, de uns 6 a 13 km, abertos no meio da mata – os travessões ou linhas” (IOTTI, 2010).

Mapa 1 – Travessões/linhas em Garibaldi



Fonte: GIRONDI, Elenita. **Os primórdios da colonização em Garibaldi: Conde D’Eu 1870-1875.** Bento Gonçalves: Grafite, 1995.

Segundo Elvo Clemente³⁴, na fase colonial, de 1870 até 1884, a Colônia Conde D’Eu era administrada por um Diretor nomeado pela Comissão de Terras, além de serem nomeadas outras pessoas para os cargos de engenheiros e agrimensores. Nos 10 anos anteriores a 1900, a ex-colônia passa por fases de distritos, sendo incorporada à Bento Gonçalves, até sua emancipação – e consequente municipalização – no dia 31 de outubro de 1900. Nestes últimos anos do século XIX, a colônia receberia um grande incremento populacional, que acaba exigindo uma reestruturação dos serviços de atendimento à população além de uma redefinição política.

³⁴ CLEMENTE, Elvo; UNGARETTI, Maura. **História de Garibaldi: 1870-1993.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 1993.

3 A COLÔNIA CONDE D'EU E OS PROJETOS DE COLONIZAÇÃO

Os primeiros imigrantes italianos chegaram à Colônia Conde D'Eu no dia 24 de dezembro de 1875³⁵, vindos da região de Trento. No entanto, a Colônia já fora fundada há alguns anos, e desde a sua criação já havia recebido imigrantes prussianos, portugueses, espanhóis, alemães e suíço-franceses. A partir de 1876, a imigração dos italianos será hegemônica na região, e constituirão o maior grupo de imigrantes até o final do século XIX.

Através de uma pesquisa bibliográfica e documental, contextualiza-se a chegada dos mesmos e as suas formas de organização social e familiar na Colônia. Pontua-se o crescimento demográfico de Conde D'Eu a partir dos indicativos do aumento de imigrantes que chegam na Colônia a partir da década de 1880, e também das taxas de natalidade destes. Ao analisar uma gama variada de fontes, pretende-se conhecer as redes de parentesco e amizades, que influenciaram na organização social dos colonos residentes nessa região.

3.1 A Colônia Conde D'Eu e a política imigratória

A colônia Conde D'Eu surgiu em fevereiro de 1870, estabelecida pelo governo imperial, em específico pelo Ministério dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, que destinavam à província 32 léguas quadradas – as chamadas terras devolutas – a serem demarcadas e vendidas na região entre o rio Caí, Campos de Cima da Serra e Triunfo. Essa demarcação, medição e administração dos lotes era função da Inspeção Geral de Terras

³⁵ GIRONDI, Elenita. **Garibaldi: a cidade e o herói**. Caxias do Sul: Ed. Maneco, 2007.

e Colonização ou Comissão de Terras que era formada pelo diretor – responsável pela localização e preço dos lotes, por dois agrimensores, dois ajudantes e dois fiscais – sendo eles de até seis por colônia, escolhidos pelos imigrantes mais cultos (CLEMENTE; UNGARETTI, 1993). Além destes, a colônia possuía escrivão, médico, farmacêutico, vice-diretor, vigários, entre outros, que eram nomeados e enviados à colônia pelo presidente da província.

Conde D’Eu recebera este nome em homenagem ao genro do imperador D. Pedro II, casado com a Princesa Isabel, que também foi homenageada ao nomear-se como Dona Isabel a colônia que hoje corresponde a Bento Gonçalves. O diretor encarregado pela delimitação dos lotes e da divisão dos mesmos em linhas e/ou travessões foi o Major José Maria da Fontoura Palmeiro, que contribuiu para a numeração dos lotes, muitos deles irregulares, pois algumas terras eram particulares e não eram respeitados os acidentes geográficos ou a fertilidade do solo durante as marcações, devido às mesmas serem feitas através de mapas, sem visualização real da geografia do local. “As colônias eram demarcadas à direita e à esquerda dos travessões; seus limites eram fixados com palanques de madeira. Em forma de retângulo alongado, possuíam 200 a 250m de frente e 1000 a 2200m de fundo e eram cobertas, parcialmente ou totalmente, por matas” (MAESTRI, 2000, p. 63). Os lotes variavam de 25 a 50 hectares, sendo considerada meia colônia o lote que possuía 12,5 hectares (GIRONDI, 2007).

Os primeiros colonos a se instalarem nestes lotes foram prussianos, no entanto, havia aí a presença de luso-brasileiros e indígenas (chamados de bugres pelos colonos que passam a se estabelecer na região) (GIRONDI, 2007; CLEMENTE; UNGARETTI, 1993). Os imigrantes chegavam a seus lotes abrindo clareiras pelas matas e construindo abrigos rústicos na beira do caminho. Além disso, esses núcleos coloniais possuíam sedes urbanas que se encontravam localizadas no meio da colônia, possuidoras da administração local e de serviços que foram se desenvolvendo conforme a necessidade da economia agrícola, entre eles armazéns, açougues, alfaiatarias, carpintarias, farmácias, ferrarias, hotéis, padarias, sapatarias, etc. (MAESTRI, 2000).

Nos anos seguintes, até 1873, a imigração de prussianos para a colônia Conde D’Eu decaiu gradativamente, e um dos principais fatores apontados para esta decadência fora a guerra Franco-Prussiana que desencorajou os alemães a prosseguirem com sua política de imigração. No entanto, neste mesmo ano, ainda ocorre a introdução de alguns alemães, em menor escala, bem como a vinda de imigrantes austríacos, franceses, suíços, suecos,

portugueses e belgas. No ano de 1874, a imigração à colônia Conde D'Eu praticamente se estagnou e segundo a análise dos relatórios do presidente da província Carvalho de Moraes³⁶, a colônia possuía 19 fogos com 74 habitantes, sendo 27 casados, 47 solteiros, 38 católicos e 36 chamados por ele de acatólicos, sob a direção de J. A. Rodrigues Rasteiro, sendo que ocorreu neste tempo dois casamentos, oito nascimentos e um óbito. No mesmo relatório, o presidente provincial relata que durante o ano de 1874 houve a estagnação de desenvolvimento da colônia³⁷, apesar da existência de boas terras.

Segundo Carvalho de Moraes, nos relatórios analisados, a causa de tal estagnação tanto na imigração à colônia quanto no seu desenvolvimento foi devido “a grande distância dos portos de embarque e a falta de estradas em boas condições que escoassem os produtos”. Tais informações são salientadas pelos autores Clemente e Ungaretti, que pontuam a falta de ligação entre os demais núcleos habitacionais, devido às precárias picadas abertas ainda pela Comissão de Terras que carecia de manutenções.

Ainda segundo o relatório do presidente, não somente a manutenção da estrada se fazia necessária para o desenvolvimento da colônia, mas também a construção de um barracão que propiciaria melhores condições de acolhida aos imigrantes. Centra-se as questões de desenvolvimento da Colônia nas questões de infraestrutura, portanto. Os políticos têm clareza de que para atrair novos imigrantes se faziam necessárias melhorias no acesso à Colônia e também na sua comunicação. Havia inclusive exemplos de melhorias realizadas em outras regiões, no entanto, os recursos necessários não estavam disponíveis nos cofres da Província. Em outras situações, a Província não possuía consignação legal para tais fins, não podendo providenciar os reparos, recorrendo à ajuda do Império.

A mando do presidente da província, o diretor J. A. Rodrigues Rasteiro é exonerado de seu cargo de diretor da colônia de Conde D'Eu e Dona Isabel, dando lugar ao Capitão João Jacinto Ferreira, que juntamente com seu conselheiro Jerônimo Martiniano Figueira de Mello, mandam abrir mais uma picada, batizando-a com seu nome, Figueira de Mello, na própria linha colonial que também possuía o mesmo nome³⁸. A abertura de mais uma picada propiciou o aumento de imigrantes à colônia, bem como a construção do barracão para alojar

³⁶ Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Relatório do Presidente de Província, 1874. Disponível em: http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/rio_grande_do_sul.

³⁷ Interessante salientar que neste mesmo ano e nos relatórios apresentados pelo presidente da província, a colônia Conde D'Eu e Dona Isabel eram relatadas conjuntamente, sendo a de Dona Isabel não habitada até o ano de 1874.

³⁸ Vide Mapa 1, no item 2.2 do primeiro capítulo.

os imigrantes, sendo que no ano de 1875 chegam à colônia mais suíço-franceses, poloneses, austríacos e os primeiros italianos.

Dados demonstrados nos relatórios do presidente da província indicam que de janeiro a dezembro de 1875, foram introduzidos na província apenas 846 imigrantes, sendo 261 por conta do Governo Geral, 580 por conta da empresa particular Caetano Pinto & Irmão e Holtzweissig & Cia e 51 imigrantes espontâneos. Os relatórios mostram o descontentamento por parte do presidente no processo imigratório, que evidenciava poucos colonos diante de um projeto que pretendia atrair milhares deles ao Rio Grande do Sul. O objetivo era o de atrair trabalhadores que auxiliassem no desenvolvimento da agricultura no estado. Da mesma forma, fica evidente o descontentamento em relação à introdução dos mesmos por parte da empresa particular contratada, que não efetivou suas obrigações.

Não tendo os referidos Srs. [Caetano Pinto & Irmão e Holtzweissig & Cia] cumprido no anno (sic) findo a obrigação que lhes impõe o art. 7º do dito contracto (sic), allegando (sic) motivos de força maior, em 26 de Agosto relevei-os da multa conminada (sic) na 12ª condição do supradito contracto (sic), devendo eles (sic) preencher no presente o numero dos colonos que deixarão de introduzir no passado anno (sic). [...] Deprehende-se (si) dos algarismos que procedem que a immigração (sic) promovida pelos Srs. Caetano Pinto & Irmão e Holtzweissig & Cia, devido as mauperaveis (sic) difficuldades (sic) com que tem tido de lutar na Alemanha e mesmo em outros países europeos (sic) para angariar colonos, a fim de satisfazer o seu contracto (sic), foi no anno (sic) passado apenas de 580 indivíduos contra 1607 no anno (sic) de 1873 ou 1027 indivíduos menos do que n'aquelle (sic) anno (sic).³⁹

Outro descontentamento em relação às colônias da serra, e em específico Conde D'Eu, fora a expectativa não atingida do desenvolvimento nas atividades comerciais dos colonos que não trouxeram os lucros desejados ao Governo que investiu seus poucos recursos nestas colônias. A única atividade entre trocas e vendas de mercadorias se limitava entre os colonos e os tropeiros que passavam por esta região, sendo estes de Lagoa Vermelha, Passo Fundo e Vacaria (CLEMENTE; UNGARETTI, 1993). A consequência na maioria das vezes foi o não pagamento aos colonos que contribuía com a manutenção e abertura de estradas da colônia, e que deveriam ser remunerados, bem como o envio de um destacamento policial à colônia para fins de manter a ordem entre os colonos mais revoltosos que surgiam com tais medidas aderidas pelo Governo⁴⁰. As queixas realizadas pelos colonos ao governo eram relacionadas à

³⁹ Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Relatório do Presidente de Província, 1875. Disponível em: http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/rio_grande_do_sul.

⁴⁰ idem.

abertura de novas picadas que ligassem a colônia à São Caetano, onde, com o porto de embarque, levariam seus produtos até a capital e outras cidades do interior.

As colônias de Caxias, Dona Isabel, Conde D'Eu e Silveira Martins foram os principais centros de colonização italiana que se desenvolveram a partir de 1876. Neste mesmo ano, o presidente da província nomeia o Dr. Henrique Duarte Barth para servir como médico aos colonos de Dona Isabel e Conde D'Eu, o qual receberia por este serviço a gratificação de 200\$000 mensais. Já no ano de 1877, no dia 10 de fevereiro⁴¹, é nomeado como médico o Dr. João Maria Pereira Monteiro, e em 4 de março o Ministério da Agricultura autoriza contratar o capelão Pe. João Francisco Mejat, para dar assistência religiosa às duas colônias. No mesmo ano, em 12 de dezembro, ocorre a exoneração do Dr. João Maria Pereira Monteiro para dar lugar a um novo médico às colônias, o Dr. João Maria das Neves, devido a seu afastamento do cargo. Seguindo o parecer do relatório do presidente provincial, no ano de 1876 ocorre pouca introdução de imigrantes nas colônias por parte da empresa Caetano Pinto & Irmãos e Holtzweissig & Cia, novamente demonstrando seu descontentamento com a empresa.

No ano de 1878, a colônia Conde D'Eu possuía em torno de três mil pessoas, sendo em sua grande maioria de origem italiana. No dia 15 de outubro, o então diretor das colônias João Jacinto Ferreira foi exonerado de seu cargo pelo presidente da província e posto em seu lugar o Engenheiro Pedro Albuquerque Rodrigues. A presidência também autorizava a contratação de um novo sacerdote na colônia Conde D'Eu, sendo este o Pe. Giovanni Menegotto (presente na colônia de 1879 até 1884, de acordo com os registros de batismos obtidos no APSPG). O presidente da província neste ano inicia a cobrança das multas impostas à empresa particular, devido ao não cumprimento na introdução de colonos imigrantes conforme estipulado no contrato. Alguns progressos são visíveis na colônia e no ano de 1878 o presidente estabelece o serviço chamado de “estafeta” que contribui para a agilidade na condução das correspondências oficiais dos imigrantes, sendo somente no ano de 1882 estabelecidas as agências de correios entre as colônias.

Novamente há a exoneração no cargo de diretor das colônias, sendo posto em seu lugar, em 1879, o Agrimensor Fernando Ehlers, e iniciada a construção da rodovia Buarque de Macedo, que tornou-se a mais importante rodovia da província, pois interligava os

⁴¹ Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Relatório do Presidente de Província, 1878. Disponível em: http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/rio_grande_do_sul.

principais centros urbanos comerciais com as colônias de São João de Montenegro, Campos de Lagoa Vermelha, Vacaria, Conde D’Eu e Dona Isabel, sendo responsável por sua construção o então chefe da Comissão de Terras Dr. Joaquim Rodrigues Antunes. Esta rodovia, no início da colonização em Conde D’Eu, era conhecida como Estrada Geral, e permaneceu sendo chamada assim por alguns anos ainda após a constituição da rodovia Buarque de Macedo.⁴² Esta rodovia possibilitou o escoamento dos produtos agrícolas, a produção vinícola e frutífera da região, além da expansão de seu comércio. Em 1881, há nova nomeação para direção das colônias Conde D’Eu e Dona Isabel, sendo posto ao cargo João de Carvalho Borges Júnior, e para escriturário ocorre a nomeação de Agostinho Peixoto. Em 1882, sobe ao posto de diretor da colônia José Alvarez de Araújo e Souza, sendo autorizada pelo Ministério da Agricultura a concessão de mais lotes às colônias Dona Isabel e Conde D’Eu devido ao aumento da demanda de imigrantes para estas terras.

Em 1884 foi o ano de grande desenvolvimento e progresso entre as colônias Dona Isabel e Conde D’Eu (ANEXO A). Até então as mesmas eram administradas por um diretor nomeado pela Comissão de Terras, e a partir de 1884 as mesmas passam pelo processo de emancipação, por Decreto nº 9185 de 13 de abril, quando Conde D’Eu foi elevada a categoria de Freguesia⁴³ de São Pedro. Após este processo, novas estradas foram projetadas e a colônia começa a progredir em seu meio urbano, com o surgimento de comércios e indústrias agrícolas que possibilitam a elaboração de utensílios e produtos⁴⁴ necessários para as atividades agrícolas do período. Surgem ferrarias, padarias, fábricas de cerveja, gasosa, pólvora, gaitas, vários moinhos, alambique de cana, funilarias, sapatarias, fábricas de chapéus de palha, de charutos, de joias, uma fundição de sinos, móveis de vime, serrarias à vapor e à água, hotéis e alfaiataria, além do cultivo da videira (CLEMENTE; UNGARETTI, 1993).

A análise do livro de registros dos impostos pagos em “Indústria, Sumptuário e Gado abatido”, evidencia que as atividades industriais se intensificaram a partir da emancipação política da colônia, que acontece em 1900. No livro de ofícios do ano de 1904 é possível analisar o desenvolvimento industrial e comercial que ocorreu em 20 anos na colônia Conde D’Eu: existiam nesse ano 24 ferrarias, 24 sapatarias, 19 moinhos, 10 carpintarias, 10 engenhos de serra, 8 açougues, 4 funilarias, 4 fábricas de chapéus, 4 alfaiatarias, 3 pedreiros,

⁴² Informações obtidas através da análise dos registros paroquiais, sendo que até o ano de 1884, os batizados eram registrados na chamada Estrada Geral, quando a família residia nesta estrada, possibilitando o parecer de que a rodovia Buarque de Macedo ainda era considerada Estrada Geral.

⁴³ Que seria Igreja Paroquial ou Paróquia, segundo Elenita Girondi, 2007.

⁴⁴ Elaboração feita a partir do artesanato.

olarias, fábricas de cerveja, alambiques de graspa e de cana, padarias, fábricas de cigarros, de gaitas, doces, restaurantes, relojoarias, hotéis, entre outros.⁴⁵ Ou seja, o núcleo urbano na colônia Conde D'Eu se fazia presente e demonstrava grande evolução com o passar dos anos.

Muitos destes comércios e indústrias eram divulgados nos jornais que circulavam pela cidade no ano de 1910, sendo eles o jornal *La Libertá*, que circulava na cidade de Caxias, e em 15 de janeiro de 1910 passou a ser editado na sua nova sede em Garibaldi. As propagandas expostas neste jornal em 1910 correspondem às seguintes casas comerciais: Casa di Cortume e Selleria di Daide Sartori; Grande Funilaria de Giov. Siessere; Grande Cortume e Selleria di Angelo Sassi; Basso, Mottin e Cia – Grande Magazzino (stazione Santa Luiza Garibaldi e filial em Porto Alegre); Francesco Miller e Fratelli – Grande e assortelo negozio (filial em Porto Alegre); Grande tipografia cattolica dela Libertá; Padaria e Fabrica de massas Zanella; Farmacia coloniale Moreau; Terre in vendita – Imprensa, Colonisadora – Castro & Cia; Premiata fonderia di campane de Giovanni Bellini; entre outros. Este jornal era editado e fora comprado pelos Padres Capuchinhos de Garibaldi, que alteram o nome para *Il Colono Italiano*, permanecendo assim até 1917⁴⁶. Percebe-se nesse momento uma relação comercial bastante intensa com a capital, Porto Alegre.

Em 1890, pelo Ato nº 474 de 11 de Outubro, é criado e emancipado politicamente o município de Bento Gonçalves, antiga colônia Dona Isabel, sendo a colônia Conde D'Eu (Freguesia de São Pedro) o 2º distrito de Bento Gonçalves. Jacob Nicolau Ely foi nomeado suplente do Juiz Distrital do 2º distrito de Bento Gonçalves, eleito Intendente pelo povo apenas em 1901, quando a colônia havia sido emancipada. Algumas pessoas foram importantes para a emancipação da colônia Conde D'Eu, além de contribuírem de diversas formas para o desenvolvimento da cidade, entre elas Abramo Canini, nascido na Itália em 1850, imigrando em 1882 com seus pais e irmã para Conde D'Eu, onde se estabelece, casando com Tereza Covolo, tendo 12 filhos, e se destacando como colaborador nas principais obras públicas, como, por exemplo, na introdução de energia elétrica, ferrovias, implantação do primeiro cinema de Garibaldi, sendo o 1º Agente Régio Consular do Reino da Itália em

⁴⁵ RABAIOLI, Patricia. **Garibaldi em 1904: Ofícios e Profissões**. Relatório do Estágio em Acervos. Centro de Memória e Documentação da UNIVATES. Lajeado, 2015.

⁴⁶ A análise de tais jornais pode ser obtida através do site: <http://liquid.camaracaxias.rs.gov.br/portalliquid/Pasta/SubPastas/15>, onde constam os mesmos digitalizados pelo Centro de Memória de Caxias do Sul. Pode-se observar que os jornais circulantes naquela época eram escritos em sua maioria em italiano, possuindo algumas partes em português, dando a preferência para a seção comercial com a divulgação das casas de comércio e indústria, bem como informações de ocorrências fora do país, como por exemplo, na Itália, acontecimentos na cidade, como por exemplo, visitas de pessoas importantes, além da divulgação do Colégio Santo Antônio, administrado pelos Capuchinhos.

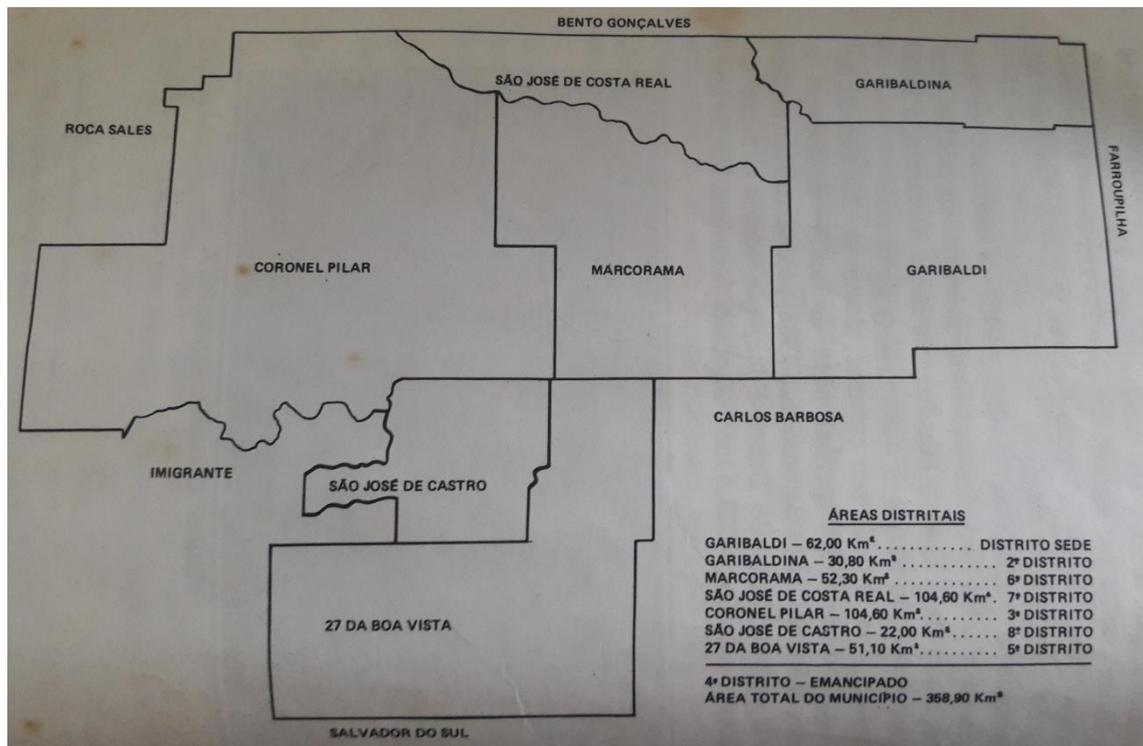
Conde D'Eu no ano de 1894, um dos sócios da Sociedade Italiana de Mútuo Socorro *Stella D'Itália* e contribuinte da emancipação e municipalização de Garibaldi em 31 de outubro de 1900 (GIRONDI, 2007). “Pelo Decreto nº 327, de 31 de outubro de 1900, Antônio Augusto Borges de Medeiros, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, elevou Conde D'Eu à Vila e município autônomo, sob o nome de Garibaldi.” (CLEMENTE; UNGARETTI, 1993, p. 22).

O progresso de Garibaldi foi alcançado gradativamente (ANEXO B). Em 1912 o município recebe três agências bancárias, em 1917 ocorre a concretização da Viação Férrea, a iluminação passa de querosene para usina hidráulica e depois a óleo, com prédio próprio, contando com 221 lâmpadas particulares e 62 públicas em 1918. Em 1925, o município era dividido em 4 distritos administrativos e judiciários, subdivididos em 52 secções⁴⁷: 1º Distrito (Sede Vila Garibaldi) com 23 secções; 2º Distrito (Sede São Lourenço, atual Coronel Pilar) com 09 secções; 3º Distrito (Sede Carlos Barbosa) com 12 secções; 4º Distrito (Sede Ipiranga, atual Daltro Filho em Imigrante) com 8 secções. Havia ainda a divisão do município em 17 linhas: Figueira de Mello, Azevedo Castro, Boa Vista, 1ª e 2ª Secção Estrada Geral, São Miguel, Garibaldi Nova, Garibaldi Velha, Alencar Araripe, Araújo e Souza, Costa Real, Camargo, Presidente Soares, Barão de Cotegipe, Manoel Maria de Carvalho, Barão de Santa Tecla e Vitória. “Em Decreto Lei de nº 311, de 02 de março de 1938, do Governo Federal, a Vila de Garibaldi foi elevada à categoria de cidade.” (CLEMENTE; UNGARETTI, 1993, p. 23), e então Garibaldi conta com 10 Distritos: 5º Distrito (Sede Picada Velha, atual município de Carlos Barbosa); 6º Distrito (Sede em São Marcos); 7º Distrito (Sede em 27 da Boa Vista); 8º Distrito (Sede em Garibaldina); 9º Distrito (Sede São José de Costa Real); 10º Distrito (Sede São José de Castro). Após 1992, a zona urbana de Garibaldi é denominada sede e também 1º distrito, sendo reduzida a 8 distritos⁴⁸, conforme mapa a seguir.

⁴⁷ “Em 1925, [Garibaldi] contava com 10 ruas, sendo as principais, que eram belamente arborizadas, denominadas de Buarque de Macedo, Júlio de Castilhos (ANEXO C), Borges de Medeiros, Dr. Carlos Barbosa, Saldanha Marinho e Avenida Rio Branco, que liga a parte central da Vila à Estação da Estrada de Ferro, com uma extensão de quase um quilômetro. A sede do município tinha 300 prédios, contanto, aproximadamente, com 2.500 habitantes.” (GIRONDI, 2007, p. 41).

⁴⁸ Dados e informações obtidos nas bibliografias de CLEMENTE; UNGARETTI, 1993 e de GIRONDI, 2007.

Mapa 2 – Áreas Distritais em 1992



Fonte: CLEMENTE, Elvo; UNGARETTI, Maura. **História de Garibaldi: 1870-1993**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1993.

Na pequena propriedade colonial italiana todos os membros da família trabalhavam, sendo divididos tais trabalhos de acordo com a faixa etária e por gênero. Os homens trabalhavam na agricultura, no trato de animais, nas atividades de mercantilização, para poderem saldar as dívidas coloniais nos primeiros anos. As mulheres por sua vez se ocupavam das tarefas domésticas e em pequenas atividades como a criação de animais, horta e os cuidados com os filhos, no entanto, sempre estavam ao lado do homem ativamente quando preciso, principalmente quando o mesmo se fazia ausente. As crianças iniciavam a ajuda aos seus pais desde os seis anos de idade em pequenas atividades até seus 15 anos de idade quando trabalhavam junto com os pais e/ou os adultos. “[...] Filhos em idade de trabalhar eram garantia de sucesso econômico em vista da abundância relativa de terras. Esse fenômeno impulsionou a elevação da taxa de natalidade colonial” (MAESTRI, 2000, p. 70). As atividades realizadas nos lotes possuíam a função de subsistência e mercantil, sendo as de subsistência produzidas em menor escala, como as hortaliças, criação de pequenos animais e os artesanatos feitos pelas mulheres. Já as atividades com função mercantil consistiam na produção de videiras, milho, trigo, vinho, criação de animais em grande escala, entre outros

produtos⁴⁹. Em relação à pecuária, observa-se a baixa atividade em relação a mesma, pois a colônia era constituída principalmente pela agricultura.

Em referência à religião, os imigrantes italianos trouxeram consigo além da língua italiana uma cultura fortemente cristã, sendo construídas capelas logo após o estabelecimento dos colonos em seus lotes, com o intuito de se agruparem e fortalecerem os laços de amizade e parentesco, além da intenção de manter viva a sua fé através das celebrações religiosas. A grande maioria destes imigrantes italianos era católica, mas há informações de que houve imigrantes italianos protestantes que fundam na colônia Conde D’Eu a Igreja Evangélica Metodista Episcopal do Brasil⁵⁰. No entanto, registros dos mesmos são pouco encontrados, e os analisados remontam ao ano de 1895. O primeiro padre confiado para a assistência religiosa em Conde D’Eu foi Pe. João Menegotto, além dos capelães Pe. Domingos Palermo e Domingos Greca⁵¹. A vida religiosa e social se desenvolveu em torno das capelas ligadas à Igreja Matriz, sendo elas: em Santo Antônio de Azevedo Castro, construída no dia 1º de setembro de 1886; em São Pantaleão, construída em 14 de maio de 1887; em São Lourenço, construída em 25 de janeiro de 1888; na Linha Vitória, construída em 1888; em São Marcos, construída em 21 de fevereiro de 1885; em São Roque Figueira de Melo, construída em 7 de julho de 1896 (CLEMENTE; UNGARETTI, 1993).

A religião também estava ligada fortemente com a educação. Em 23 de dezembro de 1898, chegam à Colônia Conde D’Eu as Irmãs de São José de Moûtiers, a fim de se dedicarem à educação dos jovens, bem como à saúde da população da colônia. As Irmãs abrem a Escola São José em 16 de janeiro de 1899, o Colégio Santo Antônio inicia suas atividades no dia 1º de junho de 1904, através dos Irmãos Maristas ou Capuchinhos, além de outras escolas que foram surgindo nos interiores, para suprir as necessidades dos colonos. Foram elas: em Ypiranga, São Luiz de Castro, na Linha Azevedo Castro, no povoado de Floriano Peixoto, em São Marcos, na Linha Figueira de Mello, na Estrada Geral, no povoado de Borghetto, na Linha Garibaldi Velha, na Linha Presidente Soares, em Alencar Araripe e em Costa Real⁵². Além destas, em 1923, o Pe. Bruno, cooperador da paróquia São Pedro,

⁴⁹ “A banha, esse gênero de primeira necessidade na época, era produzida em grande abundância, estando colocada em primeiro lugar na lista dos produtos municipais exportados, vindo em segundo lugar o vinho e, em terceiro, o trigo.” (GIRONDI, 2007, p. 40).

⁵⁰ GIRONDI, Elenita. **Garibaldi: a cidade e o herói**. Caxias do Sul: Ed. Maneco, 2007.

⁵¹ Domingos Palermo e Domingos Grecca, segundo registros paroquiais analisados, estiveram presentes desde o ano de 1880, sendo o Pe. Domingos Grecca de estimada importância para a Sociedade Italiana de Mútuo Socorro *Stella D’Itália*.

⁵² Algumas escolas, no início do século XX, eram separadas em Escola de gênero masculino e outras de gênero feminino. No entanto, há várias que eram mistas e todas custeadas pelo Governo do Estado (GIRONDI, 2007).

solicitou às Irmãs de São José ajuda para constituir a Escola no bairro ferroviário, sendo ajudada pela Madre Justina Inês, e a escola nominada com o mesmo nome em homenagem a Irmã⁵³.

Na questão da saúde da colônia, conforme já salientado, os médicos eram nomeados pelo Presidente da Província, contudo, os atendimentos médicos eram precários, pois os mesmos não atendiam somente Conde D'Eu, mas também a colônia de Dona Isabel e Caxias, sendo que os doentes mais graves deviam ser enviados à capital. Por esse fato, as Irmãs de São José passaram a ajudar no setor de saúde da população, bem como com o passar do tempo, e com a ajuda da prefeitura da Vila, alguns médicos se estabeleceram na região, como, por exemplo, o Dr. Dino Caneva, que introduziu a Casa da Saúde, e o Dr. Júlio Motti, que inicialmente atendiam os imigrantes na Sociedade *Stella D'Itália* e posteriormente em sua própria casa. Foram criados também Postos de Higiene para suprir a necessidade da população, em crescimento no final do século XIX.

3.2 Mapeando a população: os imigrantes e as suas famílias

A análise dos registros paroquiais da Colônia Conde D'Eu permite-nos mapear a população imigrante e as suas formas de organização familiar e social. O livro mais antigo de registro de batismos encontrado na Paróquia São Pedro é do ano de 1879. Anterior a isso – salientando que a constituição da Colônia e o processo migratório dos colonos têm seu início em 1870, e a colonização italiana inicia-se a partir de 1875 – não há registros dos mesmos.

As maiores dificuldades encontradas para pesquisa surgiram durante a leitura e análise dos registros, pois até 1883 os mesmos foram escritos em italiano e latim, bem como a caligrafia foi de difícil compreensão. No entanto, as condições de preservação dos livros são boas, e os conteúdos estão legíveis para leitura. Alguns destes livros foram restaurados, mas algumas partes estavam de difícil compreensão devido a rasuras nos papéis, ou a falta de pedaços dos mesmos. A pesquisa e análise dos dados e registros tornam-se essenciais para reconstruirmos alguns elementos da demografia histórica da Colônia Conde D'Eu, estudando o fenômeno social através de batismos registrados correspondentes aos anos de 1879 a 1890.

⁵³ A Escola Santa Inês é a única particular de Garibaldi atualmente.

Pretende-se identificar quem são esses imigrantes que estão presentes na colônia, sua origem e estratégias sociais através das redes de compadrio, além de observarmos o aumento demográfico no período analisado.

Para Nadalin⁵⁴, os acervos de registros de batismos e matrimônios, que estão acondicionados em paróquias, são fontes que permitem o estudo da demografia das famílias na comunidade. Para além desta perspectiva, Motta⁵⁵ salienta a constituição de famílias que podem ser realizadas a partir das análises de tais registros, contribuindo com o estudo da economia local e da demografia histórica da sociedade. Portanto, as análises nos registros de batismos realizados no APSPG serão fundamentais para a (re)constituição da sociedade na colônia Conde D'Eu, entre o período de 1879 a 1890, estudando a presença e o aumento do fluxo imigratório, principalmente italiano. No entanto, observam-se distinções nas fontes analisadas que propiciam subjetivar erros dos párocos nas informações, como por exemplo, nomes e sobrenomes de uma mesma pessoa escritos de formas diferentes nos registros. Ou seja, há de se atentar aos mesmos para que não ocorra a contagem de indivíduos de diferentes famílias sendo estes a mesma pessoa (FÉLIX; FARIA; SANTOS; HENRIQUES, 2002). Segundo Nadalin:

[...] Cada paróquia deveria guardar livros encadernados, com folhas numeradas e rubricadas pelo vigário, com termo de abertura e de encerramento, um para cada tipo de registro: Batismos, Casamentos e Sepultamentos. Da mesma forma, estes estatutos também ensinavam como se deveria elaborar as atas relativas aos batizados, aos que se casavam na paróquia e aos defuntos. (NADALIN, 2004, p. 41).

Encontra-se no APSPG vários livros de batismos, matrimônios e óbitos, enumerados e consecutivos aos anos, que nos propiciam compreender a definição de Nadalin. No entanto, durante a análise no livro de Batismo nº 1, além de encontrarmos registros de 1879 a 1886, encontramos alguns de matrimônio entre os de batismos. Outros livros analisados também demonstram uma certa desordem nos registros de batismos, que em alguns constam poucos referentes a tais anos e em outros livros constam mais do mesmo ano, sendo que na maioria das vezes, em um mesmo livro, aparecem mais de um padre registrando. Nos livros de Batismos nº 1, 2, 3, 4 e 5, constam os anos de registros nas capas, no entanto, seu conteúdo

⁵⁴ NADALIN, Sérgio Odilon. **Gestão e análise da população:** por uma história demográfica dos contatos culturais em Curitiba (1866-1939). Projeto de Pesquisa – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), 1995.

⁵⁵ MOTTA, José Flávio. A demografia histórica no Brasil: contribuições à historiografia. **Anais...** IX Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Caxambu, MG, outubro de 1994.

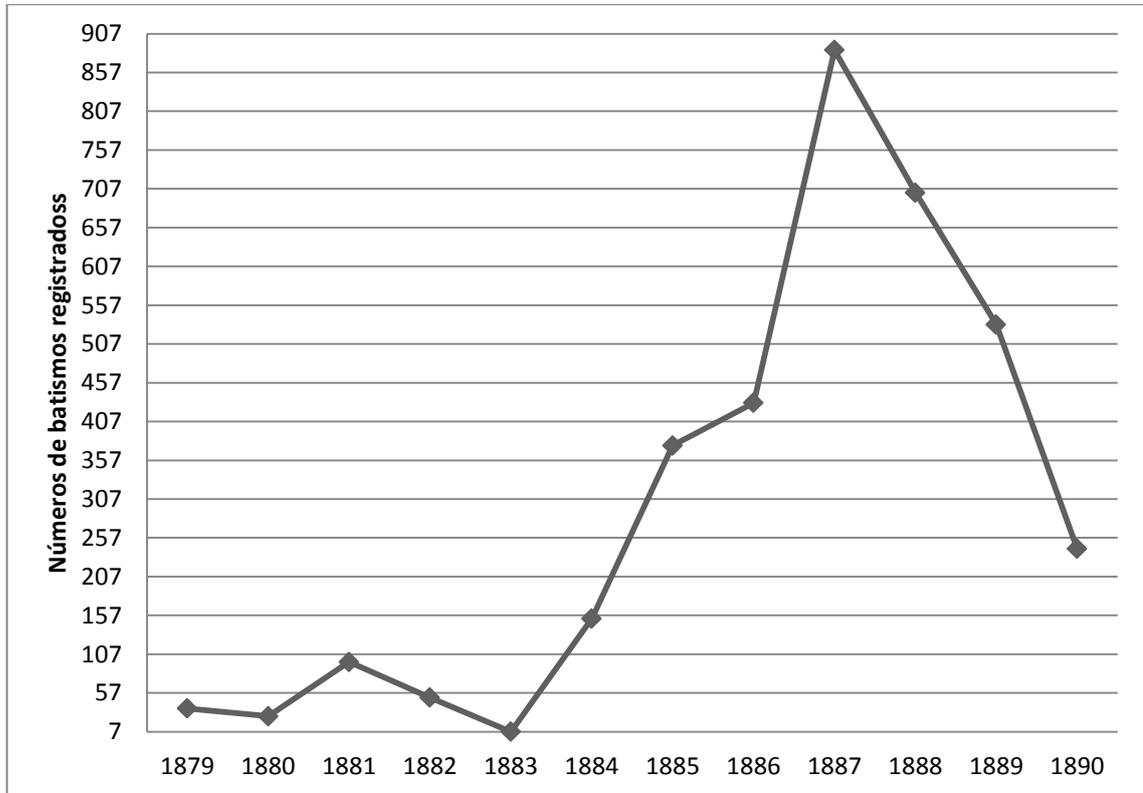
muitas vezes é controverso, como, por exemplo, o livro nº 3 consta na capa como tendo registros do ano de 1884 – 1892, e em seu interior, os registros apresentados são referentes a 1885 em diante. A mesma análise foi feita no livro nº 4, o qual em sua capa corresponde a registros de 1885-1888, e em seu conteúdo inicia-se em 1886.

A realização destas análises conforme os gráficos apresentados nos permite perceber uma constante variação entre os registros dos anos coletados, tanto no quesito quantitativo, quanto qualitativo, pois alguns anos registrados por determinados padres não constam muitas informações, e em pouca quantidade, enquanto em alguns outros anos de registros de outros padres as informações são mais completas, bem como a quantidade obtida naquele período são maiores. Conforme afirma Ana Silva Volpi Scott:

Os registros paroquiais (batismo, casamento e óbito) obviamente constituem a fonte básica e primeira para estes estudos, pois a partir deles se analisa toda uma gama de aspectos comportamentais das populações do passado como além de darem suporte à técnica de reconstituição de famílias. (1998, p. 307).

Foram analisados todos os registros de batismos correspondentes aos anos de 1879 a 1890, a partir dos livros de Batismos nº 1, 2, 3, 4 e 5 do APSPG. Torna-se essencial salientar que anterior a 1879 não constam livros de batismos – o que nos sugere a hipótese de que os registros anteriores a essa data (considerando que os fluxos de imigrantes iniciam em 1875) estejam em outra paróquia. Por isso, a pesquisa dar-se-á a partir do primeiro registro encontrado nos livros, remontando a 1879, até o ano de 1890, que nos permite analisar os processos demográficos da região.

Gráfico 1 – Registros de batismos dos anos de 1879 a 1890



Fonte: Registros de batismos do APSPG.

Através da análise dos dados no gráfico acima disposto, observa-se o aumento demográfico nos registros de batismos a partir do ano de 1884 em comparação aos primeiros anos. Trata-se justamente do momento em que um maior fluxo de imigrantes começa a chegar em Conde D'Eu. O aumento vertiginoso dos batismos até 1887 nos indica que talvez tenha sido nesses anos que um maior contingente de imigrantes chega à região.

Além do aumento dos imigrantes, os dados também sugerem a constituição de famílias e a sua reprodução ascendente, com taxas de natalidade bastante altas. Para além desta perspectiva, o aumento gradual de 1885 a 1886, em comparação ao ano de 1884 no qual foram registrados 150 batismos, evidencia-se na constituição e desenvolvimento da colônia, com imigrantes sendo encaminhados à mesma em grande escala até o século XX.

Percebe-se também um salto extremo nos anos de 1886 para 1887, referente aos registros de batismos, correspondendo a um aumento de 50% de um ano a outro. No entanto, de 1888 a 1890 ocorre um decréscimo, que nos permite avaliar um grande número de batismos sendo realizado no ano de 1887 em decorrência da intensa imigração, bem como

uma possível procura maior dos colonos em registrar seus filhos, além da condição que a colônia propicia o acesso aos mesmos, principalmente através das atividades religiosas empregadas pelos padres.

O decréscimo nos próximos três anos, pode ser entendido em decorrência da estabilidade populacional, em um período considerado de descaso para com a imigração às colônias por parte da província, devido primordialmente, à falta de recursos para arcar com suas despesas, bem como o não cumprimento do contrato de introdução de imigrantes por parte da empresa particular - Caetano Pinto & Irmãos e Holtzweissig & Cia (IOTTI, 2010). Com a introdução do cartório de registro civil na Colônia Conde D'Eu, os dados do ano de 1889 até 1922 correspondem a: 12.625 nascimentos, 3.156 óbitos e 1.895 matrimônios (GIRONDI, 2007). O número de nascimentos acompanha justamente esse aumento da população.

Gráfico 2 – Nascimentos na colônia Conde D'Eu de 1878 a 1884



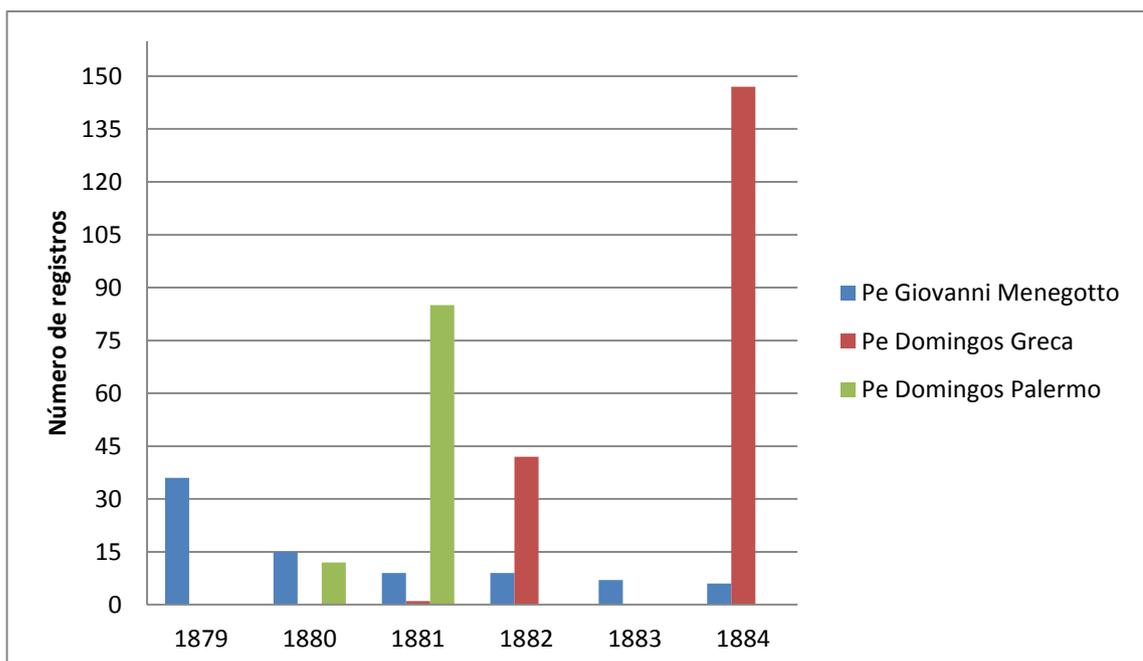
Fonte: Registros de batismos do APSPG.

Analisando o gráfico acima, observa-se uma oscilação na taxa de natalidade da antiga colônia Conde D'Eu entre os anos de 1878 a 1884, quando apenas há 1(um) registro de

natalidade em 1878, chegando aos 43 em 1879 e aos 73 em 1880, consolidando o aumento de nascimentos, o que demonstraria a evolução da colônia e a imigração cada vez mais intensa, principalmente de italianos, durante este período. No entanto, há um decréscimo nos números durante o ano de 1881, 1882 e em específico 1883, sendo registrados 50, 51 e 8 nascimentos, respectivamente, alcançando um pico elevado de 150 crianças nascidas em 1884. Esta oscilação possibilita uma análise comparativa em que nos registros encontrados nos livros de batismos no APSPG de nº 1, 2 e 3, possivelmente não constam todos os nascimentos ocorridos na colônia durante os anos acima dispostos, principalmente no ano de 1883, em que apenas constam 8 registros de nascimento, prevalecendo a hipótese da ausência ou perda do livro que corresponde a este ano.

Outra perspectiva analisada que discorre sobre a oscilação nestes primeiros anos, através dos registros de batismos, pode estar relacionada aos padres que realizavam os mesmos. Nos três livros de batismos analisados, há registros de três padres diferentes, que possuíam cada qual uma característica diversa de realiza-los – uns transcrevendo maiores informações sobre a criança batizada e registrada, como o nome dos pais, padrinhos, naturalidade e local de moradia atual dos mesmos, outros mais simples. Segue abaixo gráfico que possibilita analisar os anos registrados e por quais padres foram feitos.

Gráfico 3 – Registros de batismos realizados pelos padres na colônia Conde D’Eu



Fonte: Registros de batismos do APSPG.

Observa-se que o Pe Domingos Greca foi o que mais realizou registros de batismos em comparação com os demais padres, principalmente no ano de 1884. Em 1881, Pe Greca registrou apenas 1 criança, em 1882 42 crianças e em 1884 150 crianças, ou seja, em 1879, 1880 e 1883 não houveram registros por parte do Pe Greca (o que mais uma vez corrobora a hipótese de que o livro com os batismos de 1883 não está disponível para consulta). Os primeiros batismos datados de 1879, que correspondem a 39, são exclusivamente registrados pelo Pe Giovanni Menegotto, que também registra, em menor escala, crianças no ano de 1880, 1881, 1882, 1883 e 1884. Já o Pe Domingos Palermo realiza os mesmos apenas nos anos de 1880 e 1881.

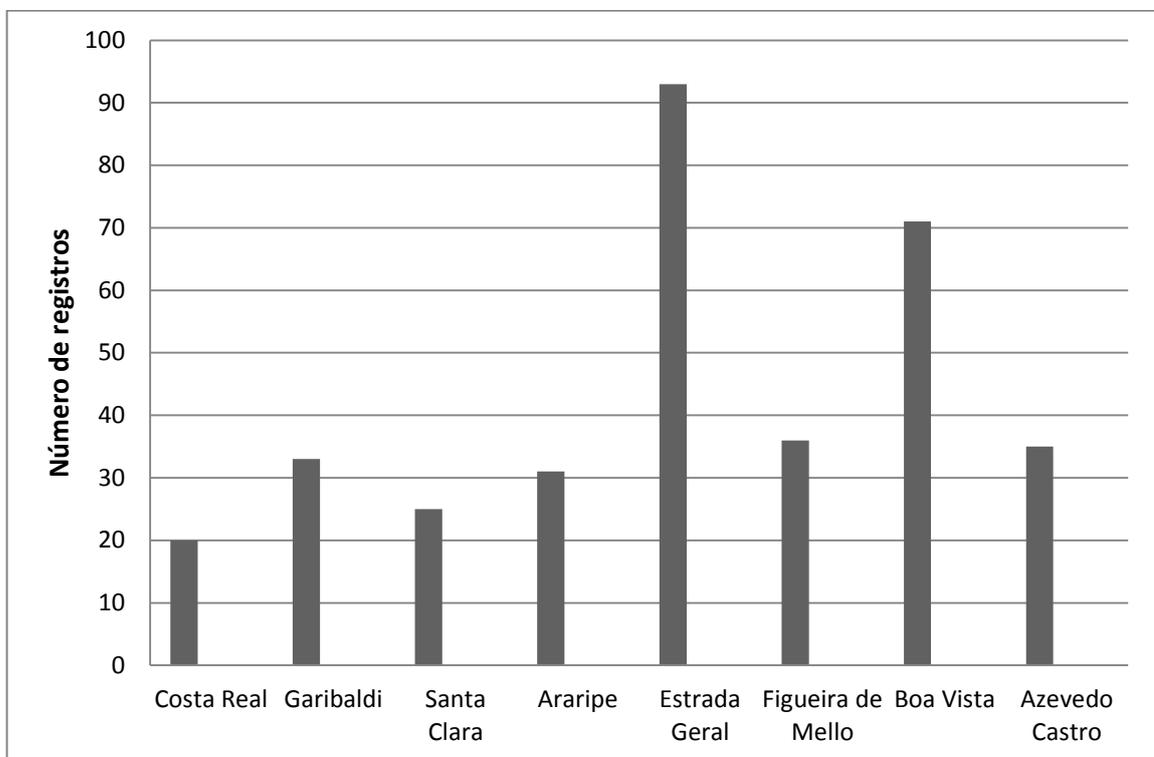
Estas análises identificam que, durante estes anos, ocorrem registros de batismos por três padres de maneira simultânea. Ou seja, temos a presença de vários padres atendendo a essa população da Colônia. O Pe Menegotto é o único a registrar batismos em todos os anos analisados, mas em menor escala. Para o ano de 1883, houveram 8 registros apenas e exclusivamente por parte do Pe Menegotto. Por isso, a hipótese que mais prevalece é a da perda do livro no qual constam batismos do ano de 1883, sendo que neste ano já haviam outros dois padres registrando batismos em números maiores.

Em 1886 chegaria à Colônia o Pe. Bartholomeu Tiecher, que nos anos de 1886 a 1889 registrou 2868 batismos, enquanto o Pe Greca registrou 302 nos anos de 1885 e 1886. Segundo Corrêa (2014), o Pe Bartholomeu Tiecher chegou ao Rio Grande do Sul por volta de 1875, com uma leva de imigrantes italianos e seus familiares, a fim de contribuir com as atividades religiosas de seus conterrâneos, sendo natural de Trento, e por este fator, sabendo falar tanto o italiano quanto o alemão. De 1886 a 1894, Pe Tiecher ficou encarregado de dirigir o curato da colônia Conde D'Eu, sendo que desde 1876 o mesmo já havia passado pela colônia a fim de levar auxílio espiritual aos colonos, através de missas a céu aberto. A inserção social dos padres no contexto imigratório, no qual passam a fazer parte, constitui-se como um importante fator de apoio aos imigrantes, que encontram nos párocos auxílio para indagações que extrapolavam as questões religiosas.

Cabe salientar que havia certa estruturação nos registros de batismos realizados pelos padres, onde ocorria a sequência dos mesmos em determinados locais da Colônia, dando a entender a passagem dos padres pelas Linhas/Travessões e lotes para realizar o registro de batismo das crianças em determinadas épocas e por determinados padres. Essa observação consiste na análise dos dados encontrados nos livros de batismos, em comparação com as

datas de nascimento das crianças – algumas nascidas dias, meses ou até anos antes do registro oficial, e a sequência em Linhas e Lotes consecutivos. A atuação dos padres, portanto, se dava nas diferentes comunidades, nas quais realizavam as celebrações. Segue gráfico com as Linhas nas quais ocorreram os registros, identificando a partir deste dado a localização da maioria dos habitantes da Colônia Conde D’Eu.

Gráfico 4 – Registros de batismos nas principais linhas da colônia Conde D’Eu entre os anos de 1879 a 1884



Fonte: Registros de batismos do APSPG.

Observa-se que a Estrada Geral e a Linha Boa Vista foram as que mais registraram suas crianças entre os anos de 1879 a 1884, sendo a maioria registrada em sequência por um mesmo padre. Constam também alguns realizados na sede da Colônia, ou mesmo registrado(a) como nascido(a) “nesta povoação”, freguesia ou vila, o que evidencia o desenvolvimento desse núcleo urbano na Colônia. Desses registros de crianças nascidas na sede da colônia, correspondendo a sete, cinco destes possuíam a informação de que os pais eram naturais da Itália – os outros dois sem informações sobre a naturalidade paterna. Em um

dos registros consta a informação de que os pais eram lavradores e em outro de que os pais eram colonos – sendo os demais sem tais informações.

Em outros registros, que possuíam maiores informações, observa-se a presença de 11 padrinhos moradores desta freguesia ou povoação – apadrinhando 7 crianças nascidas em Boa Vista, 2 em Conde D’Eu, 1 em Linha Figueira de Melo e 1 em Estrada Geral; 37 padrinhos colonos – apadrinhando 19 crianças em Linha Boa Vista, 6 em Estrada Geral, 3 em Linha Santa Clara, 2 em Linha Araújo, 2 em Linha Vitória, 2 em Linha Garibaldi, 2 em Linha Azevedo Castro e 2 em Conde D’Eu; e 1 padrinho caracterizado como negociante – apadrinhando uma criança nascida na Estrada Geral.

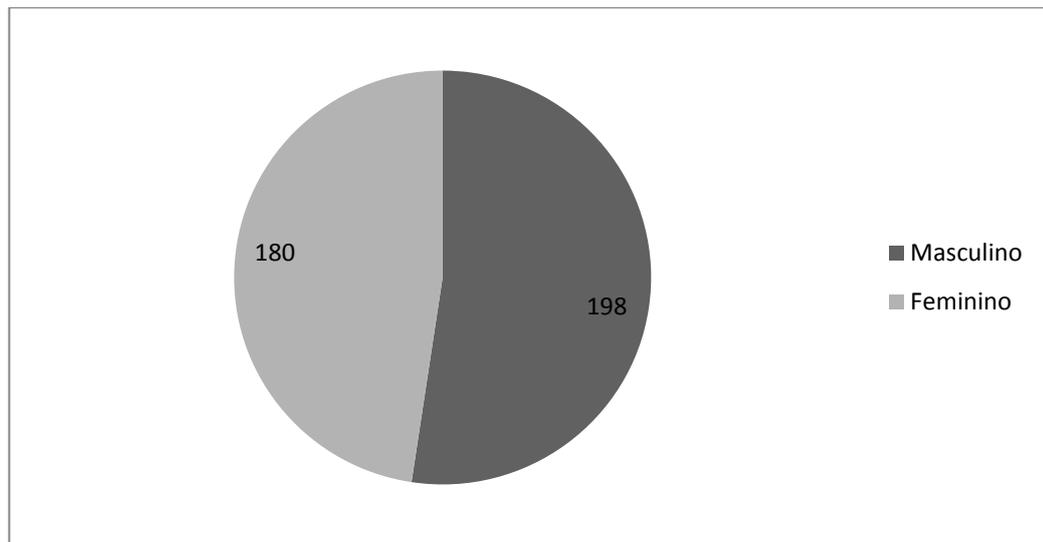
Não constam maiores informações sobre as profissões dos pais das crianças registradas, apenas de alguns dos padrinhos, conforme caracterizado acima e que possibilita analisarmos e entendermos a fixação dos colonos agricultores em áreas mais afastadas do centro urbano, nas chamadas linhas e travessões. Essas famílias se dedicavam sobretudo às atividades agrícolas, constituindo relações com os imigrantes que passam a residir próximos às suas casas.

A maioria dos padrinhos residia na mesma localidade dos pais da criança que estava sendo batizada. Além destes dados, encontram-se informações de 13 padrinhos de crianças serem da colônia Dona Isabel e 1 padrinho sendo da colônia de Caxias o que nos permite avaliar a perspectiva de laços de amizade fora de Conde D’Eu, ou o intuito de fortalecimento das relações sociais e comerciais. Ocorriam casos também de colonos que possuíam laços de parentesco e amizade constituídos ainda na pátria mãe, e que se direcionaram para colônias diversas, mantendo esses vínculos no novo local de residência.

A análise retida nos registros de diferentes padres nos propicia identificar uma corporação encarregada pelas atividades religiosas na colônia Conde D’Eu, uns auxiliando os outros, ou até mesmo, através das análises decorridas, a intercalação entre os padres na realização dos registros em determinados anos, ou até mesmo em determinados locais. A partir de 1884 até 1890, além dos registros realizados pelo Pe Greca, há apenas outro padre que realiza estas atividades nestes anos analisados, sendo ele o Pe Bartholomeu Tiecher. Através desta análise, surge a perspectiva de que os demais padres ou foram transferidos a outras colônias ou permaneceram com outras atividades em Conde D’Eu.

Dentre os 378 registros de batismos nos anos de 1878 a 1884 observa-se um número maior de crianças do gênero masculino em comparação com crianças do gênero feminino. No entanto, a diferença no número de batismos de cada sexo, no total, não é demasiadamente distinta, conforme gráfico representado abaixo:

Gráfico 5 – Registros definidos por gênero de 1878 a 1884



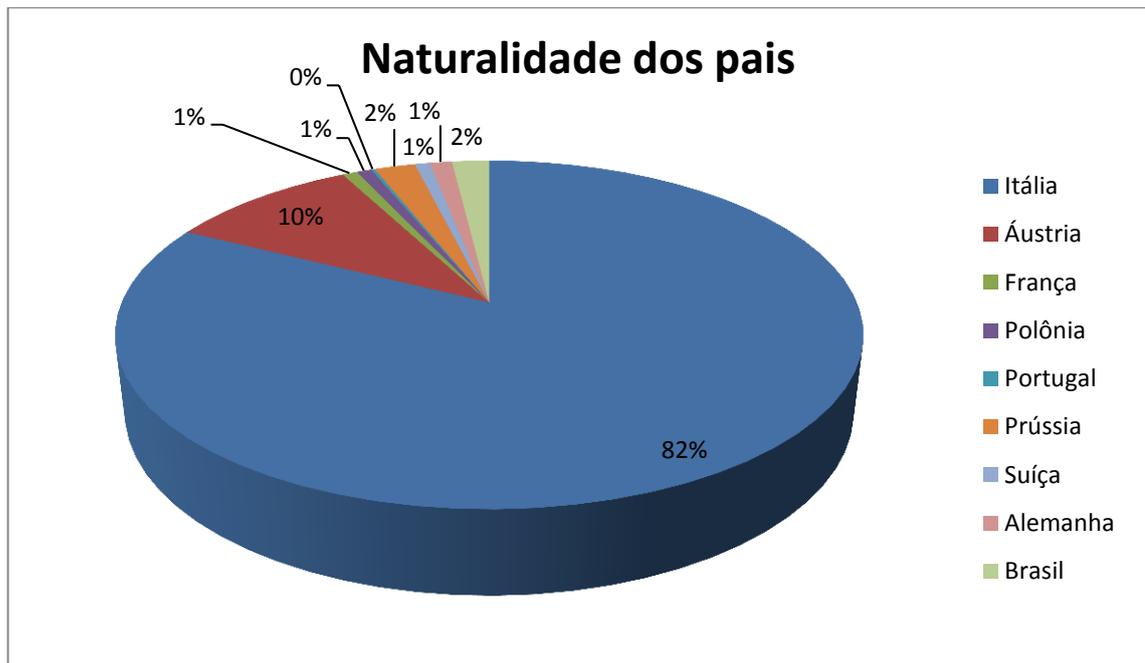
Fonte: Registros de batismos do APSPG.

O nascimento de um número maior de crianças do sexo masculino poderia representar para os colonos a possibilidade de mais mão de obra familiar. Os filhos eram sinônimos de braços para o serviço agrícola ou para ajudar no comércio do pai ou da família, enquanto as meninas se dedicavam ao auxílio diário na casa. Segundo Maíra Cachón⁵⁶, quando os registros tornam-se regulares a partir de 1870, pela Lei de 17 de Junho, muitos ainda, por alguns anos, não registravam os “acontecimentos” – aqui a autora infere sobre batismos e casamentos, pois não possuíam o costume, ou até mesmo não conseguiam ir até as paróquias para realiza-los. Por isso, ocorre a hipótese de que muitas crianças, nos anos analisados através dos livros de batismos do APSPG, não foram devidamente registradas pela despreocupação dos pais em registrar seus filhos, ou a falta de vias para efetua-lo.

⁵⁶ CACHÓN, María Pilar Brel. Comparación de los libros parroquiales y de los registros civiles. Una aportación a la validez de las fuentes demográficas a finales del siglo XIX. In: **Boletín de la Asociación de Demografía Histórica**, XVII, II, 1999, p. 91-114.

Destes 378 registros de batismos do ano de 1879 a 1884, encontram-se dados também referentes à naturalidade dos pais das crianças batizadas, correspondendo a locais como Itália – consistem na grande maioria – Áustria, França, Polônia, Portugal, Prússia, Suíça, Alemanha e Brasil.

Gráfico 6 – Naturalidade dos pais



Fonte: Registros de batismos do APSPG.

De imediato, nos chama a atenção o fato de que 82% dos pais que registravam os seus filhos eram de nacionalidade italiana. Os portugueses e espanhóis já estavam instalados na Colônia Conde D'Eu antes da vinda dos imigrantes italianos, com suas famílias, em pequenas propriedades, desenvolvendo apenas a agricultura de subsistência. Os alemães – aqui incluídos os prussianos, foram os primeiros imigrantes a chegarem a Colônia Conde D'Eu em 1870. Os suíços-franceses iniciaram seu processo de imigração à Colônia por volta de 1874, 1875 e 1876, estabelecendo-se na Linha Santa Clara Baixa. Os poloneses iniciam suas vindas à Colônia em 1875 e 1876, fixando-se na Linha Azevedo Castro (GIRONDI, 2007).

Os italianos adentram a Colônia a partir de 1875, se tornando quase exclusiva a vinda dos mesmos a partir do final do século XIX. Os sírios também migram para Conde D'Eu no final do século XIX e início do século XX, desenvolvendo grande papel no comércio e na

vida social da Vila, sendo até hoje instituída em algumas galerias principais da cidade os nomes de famílias de sírios – os chamados turcos (exemplos são: Antônio Koff (galeria atual), e Nehme (galeria atual Koff e Nehme)).

Segundo a análise dos registros paroquiais, podemos confirmar tais informações referentes à proximidade e fixação de imigrantes vindos de uma mesma região nas mesmas Linhas e Travessões, como, por exemplo, nos lotes sequenciais da Linha Azevedo Castro – segundo registros de batismos – tem-se a informação de que aquele núcleo consistia de famílias de origem polonesa e prussiana (alemães), bem como os portugueses na Linha Boa Vista, os franceses e brasileiros na Estrada Geral, os austríacos na Vila, na Linha Azevedo Castro, Linha Alencar Araripe e Estrada Geral e os italianos espalhados e em maior quantidade por todas as linhas e travessões. Essa estatística segue o preceito de união entre os colonos oriundos de uma mesma região, que constituem o processo étnico/identitário.

Ao receberem os lotes, agregavam-se de acordo com os pertencimentos regionais. [...] Assumem a condição genérica também, numa negociação de alteridades, mas ressaltam suas particularidades orientados, em parte, pelas dinâmicas identitárias da própria Itália que favorece os descendentes de acordo com as regionalidades de origem e estabelece convênios e agenciamentos orientados pelo critério de antecedência do imigrante pioneiro, o antepassado, transformando no iniciador da saga familiar. (SANTOS; ZANINI, 2009, p. 32).

É a partir do estabelecimento destes imigrantes italianos nas várias regiões brasileiras que se inicia o processo de criação de identidade dos mesmos. Vindos de um país recém unificado (Itália), os mesmos não se caracterizavam como italianos, muito menos possuíam orgulho de sua Pátria mãe, devido a todo sofrimento por lá enfrentado. Seus sentimentos estavam ligados às regiões e/ou províncias as quais faziam parte, pois as mesmas eram providas de diferentes características culturais uma das outras, tanto no quesito religião, quanto linguístico. Foram através das mesmas que os imigrantes buscavam se identificar nos países de chegada e a partir de então inicia-se uma (re)construção da identidade étnica.

Ou seja, o processo de instauração da identidade italiana surge no país para onde migrou, o qual em contato com outras culturas e grupos sociais, inicia-se uma denominação para os italianos, a fim de classificarem-se e diferenciarem-se dos outros grupos étnicos imigrantes, bem como dos nativos. “[...] Importa reter que a italianidade a que se faz referência é um sentimento de pertencimento desencadeado pelo próprio fenômeno migratório

a um determinado destino [...]” (TRUZZI, 2013, p. 09). Essa construção identitária surge também devido às categorias globalizantes que classificam grupos semelhantes como um todo, ocultando as diversidades culturais e suas raízes, dificultando a pesquisa dos historiados em reconhecer grupos sociais devido a esse processo contínuo de recriação de identidade, como, por exemplo, judeus-alemães que, perseguidos na Alemanha nazista, foram presos no Brasil por falarem a língua dos inimigos, o alemão (WEBER, 2006).

Nas análises dos registros paroquiais pode-se notar a união de casais vindos de uma mesma região, ou do mesmo país, a fim de manter esse laço cultural e étnico entre as famílias. Percebe-se também os laços de amizades entre pais e padrinhos, que também nos permite afirmar constantes tentativas de unir amigos, familiares ou interesses em comum, firmando laços de apoio e amizade, bem como se observa que em muitas destas famílias os padrinhos também faziam parte da localidade dos pais na colônia. No entanto, há as ressalvas de famílias constituídas a partir de membros de diferentes locais, bem como padrinhos de diferentes nacionalidades, o que vai se tornando gradativamente frequente com o passar dos anos, quando uma diversidade maior de grupos ocupa a colônia e os interesses sociais também se modificam.

Através das análises obtidas com os registros de batismos encontrados no APSPG, podemos concluir que o fluxo imigratório à colônia Conde D’Eu aumentou entre os anos iniciais da constituição da colônia até início do século XX, ocasionando um aumento demográfico considerável, principalmente a partir de 1884. Estes imigrantes eram italianos em sua grande maioria, correspondentes a 82% da análise obtida. Estes mesmos imigrantes se organizavam em linhas e travessões, muitas vezes constituindo laços de amizades e parentescos nos núcleos identificados, bem como se utilizando da estratégia de compadrio entre vizinhos de lotes, que possibilitam um apoio familiar importante.

As estratégias e os laços entre os imigrantes na colônia Conde D’Eu começam a se estruturar a partir da identificação étnica entre si, primordialmente advinda entre imigrantes de uma mesma região, que se consolidam em objetivos de sobrevivência. Foram vínculos importantes no início de sua instalação nos lotes coloniais, bem como estratégias e vínculos que possibilitaram a ascensão política, econômica e social dos mesmos. Muitas destas estratégias estão ligadas ao poder local, à força e mobilização do associativismo e aos laços construídos com diferentes agentes na Colônia.

4 SOCIETÁ ITALIANA DI MÚTUO SOCCORSO STELLA D'ITÁLIA: RELAÇÕES DE ASSOCIATIVISMO E PODER LOCAL

A *Societá Italiana di Mútuo Soccorso Stella D'Itália* foi instituída em 1878 na antiga Colônia Conde D'Eu, atual Município de Garibaldi. Constituída por sócios de nacionalidade italiana, representou um importante espaço de atuação dos imigrantes. Para compreendermos suas características, organizações e funções, tornou-se necessário uma vasta pesquisa englobando associativismos instituídos em diversos países nos quais ocorre a recepção destes imigrantes, bem como em outros que possuíam a política imigratória, além de características identificadas que possam complementar e/ou diferenciar as associações de outras origens.

Entre os anos de 1870 e 1920, ocorre um fluxo migratório crescente no Brasil de italianos, sendo 70% destes destinados ao Estado de São Paulo, em sua maioria encaminhados ao interior para as lavouras cafeeiras. Por isso, tornou-se importante um estudo sobre o associativismo implementado neste Estado, para correlacionarmos com a *Stella D'Itália* instaurada na colônia Conde D'Eu. Além disso, torna-se imprescindível o estudo e discussão a partir da identidade dos imigrantes, e formas de mobilização.

As chamadas redes de parentesco ou amizades, que permearam a vida dos imigrantes na colônia Conde D'Eu, bem como nas demais colônias de imigração italiana, foram essenciais para o estudo do poder local, observado através da instituição da Sociedade *Stella D'Itália*, das redes de compadrio – através dos registros de batismo – e das relações estabelecidas com a política da colônia.

4.1 Associativismo e sua constituição: perspectivas étnicas e sociais

Em São Paulo, as elites cafeeiras instauraram a chamada Sociedade Promotora de Imigração, a fim de impulsionar a vinda dos imigrantes italianos para suas áreas rurais, sempre objetivando núcleos familiares, colaborando com os custos da viagem – ajuda vinda do próprio Estado, o que concretizou uma massa imigratória de italianos de renda baixa. Isso se justifica não somente pelo apoio prestado pelo Estado durante a viagem até suas novas terras, mas também porque aqui – lavouras cafeeiras de São Paulo – as condições de trabalho impostas aos imigrantes eram precárias. O objetivo da elite rural era apenas a substituição de mão de obra⁵⁷, capturando os menos favorecidos tanto no quesito de recursos materiais quanto intelectuais, sendo que a grande maioria dos emigrados eram analfabetos ou não qualificados para o trabalho, de regiões diversas da Itália, como, por exemplo, as do Norte, Vêneto, Campânia, Calábria e Lombardia (TRUZZI, 2013).

No Rio Grande do Sul, e em específico na Colônia Conde D’Eu, através das pesquisas e de estudos realizados, sabe-se que também imigraram italianos da região do Vêneto e da Lombardia em maior escala, sendo a região veneziana a maior em imigração ao Brasil. A intensidade de núcleos familiares em determinadas regiões dar-se-á pelo fato das chamadas redes migratórias envolvendo laços de parentescos, amizades ou até mesmo por regiões.

Outra perspectiva observada para a construção das identidades italianas ocorreu para a diferenciação dos mesmos perante os escravos, pois no início, como ressaltado anteriormente, os mesmos foram tratados precariamente, e estes imigrantes italianos queriam deixar claro a cor de sua pele e a raça “branca”. Além disso, obtiveram ajuda das elites para essa (re)construção de identidade étnica, pois o Brasil possuía a intenção de branquear a população brasileira. “[...] A identificação étnica estaria na ‘essência’ dos agrupamentos humanos, construído, portanto, um laço afetivo” (WEBER, 2006, p. 241). As instituições que corroboraram para esta construção foram as Sociedades fundadas por italianos, as escolas que cultuavam o ensinamento dos dialetos e a cultura, a imprensa e a constituição de elites no grupo social formado com interesses políticos. “Em 1900, com a fundação do primeiro jornal italiano em Belo Horizonte, Um Fiore, a comunidade italiana dava seus primeiros passos na

⁵⁷ Política adotada pelo país, o que vem em contraponto à política adotada nos EUA e na Argentina, em ambos países, tal política não perdurou por muito tempo, sendo nos EUA nunca implantada. Por isso, imigrantes de classe média e alta acabaram por imigrarem a estes países.

formação dos laços identitários” (CAVALIERI, 2009, p. 05). Esta foi uma das formas de união e expansão da comunidade italiana no Brasil, além de veicular notícias de sua Pátria Mãe – principalmente questões políticas, bem como as próprias Sociedades criadas pelos italianos anunciavam seus eventos e atividades nos jornais. No entanto, a maioria dos imigrantes eram analfabetos e/ou não possuíam tempo para ter o contato com jornais, devido a carga horária de trabalho ser extenuante, por isso, muitos jornais italianos não perduraram por muito tempo pela falta de financiamento.

A criação das Sociedades vem exatamente para consolidar os interesses dos imigrantes – tanto os italianos, como os demais imigrantes. No Brasil, as mutuais foram criadas na metade do século XIX, e todas elas deveriam passar pela autorização do delegado de polícia do departamento mais próximo da instituição ou região localizada, sendo tomadas as providências cabíveis para a realização do encontro entre todos os sócios e a diretoria de forma tranquila, e assim mantidas durante as próximas reuniões. Após a criação dos documentos, entre eles os estatutos e atas de assembleias, deveriam ser entregues à Seção dos Negócios do Império do Conselho de Estado, os quais iriam analisar e aprovar a criação da Associação. Sendo assim, o estatuto oficial poderia ser impresso no formato de um pequeno livro pela Tipografia Nacional e finalmente publicado. Estes registros encontram-se no Arquivo Nacional no Rio de Janeiro, mas apenas documentos referentes a associações do próprio Estado foram encontrados, dentre eles destacam-se 50% de associações de mútuo socorro e beneficentes, sendo cerca de 310 registros entre os anos de 1860 e 1889 (JESUS, 2007). Em 1893, com o decreto de número 173 da República, torna-se permitido que as Associações instituídas possuam cunho jurídico, mas somente no ano de 1926 que as mesmas são regulamentadas, a partir do Código Civil do mesmo ano (JÚNIOR, 2010).

As mutuais no Brasil variavam em suas características e interesses, como, por exemplo, as sociedades beneficentes étnicas, sindicais, de ofício ou categorias profissionais, de classe, de empresários e/ou comerciantes, de imigrantes e/ou comemorativas, regionais, filantrópicas, religiosas, as irmandades, as dramáticas/recreativas e desportivas, literárias e de instrução, científicas, seguradoras e cooperativas, previdenciárias e algumas sem classificação (JESUS, 2007). Em sua maioria, eram compostas por sócios homens, como, por exemplo, a *Stella D'Itália* que dos 44 sócios no ano de 1884 apenas 3 eram mulheres, mas também há pesquisas que nos mostram entidades compostas pelo gênero feminino no Rio Grande do Sul, sendo que das 317 associações inventariadas em 1950, 7 delas eram exclusivamente dirigidas

e organizadas por mulheres, todas de caráter beneficente, esportiva e recreativa, que em sua maioria não eram bem vistas pela sociedade (OSWALD, SILVA JR, 2009).

No Brasil, as sociedades eram constituídas, em sua grande maioria, pela classe média e aristocrata operária dos grupos sociais que as criavam, devido a exigência das mesmas no pagamento mensal de seus sócios, excluindo a possibilidade das classes baixas em participarem. Algumas sociedades possuíam modalidades entre os sócios contribuintes: os beneméritos (sócios remidos, que contribuía com uma grande soma no momento da fundação de uma sociedade e ficavam dispensados de pagamentos mensais)⁵⁸ (VISCARDI, 2009), e sócios honorários, no caso da Sociedade Italiana *Stella D'Itália*, que realizavam ações nobres e generosas na Colônia. As Assembleias Gerais eram realizadas pelos sócios a fim de definir a Diretoria que seria responsável pelas tarefas, e em muitas vezes as lideranças permaneciam as mesmas por anos, como uma hierarquia no grupo.

Em unanimidade observada nas pesquisas e estudos, salienta-se que a grande maioria das Sociedades se constituiu em centros urbanos e industriais, de caráter sindical, tornando-se pioneiras do sindicalismo. No entanto, muitos autores desmistificam a ideia das Sociedades Operárias serem as precursoras do sindicalismo e sim, ressaltam a participação de ambas conjuntamente com objetivos parecidos, a fim de apoiar e auxiliar os trabalhadores, pois eram submetidos a condições precárias, congruentes ao desenvolvimento do capitalismo e as questões sociais impostas, mas diferenciadas em outros aspectos, pois as mutuais possibilitavam outros benefícios e objetivos alternados (JESUS, 2007). A perspectiva destas Sociedades de caráter sindical contribuíam com o sistema previdenciário, o que não ocorreu apenas no Brasil, mas em outros países de imigração.

[...] Quando a Lei Eloy Chaves foi promulgada em 1923, a qual é considerada por muitos como o ponto de partida da previdência social no Brasil, trazia não só o despertar do Estado para os problemas sociais, mas em seu texto incorpora vários elementos e práticas há muito já desenvolvidas pelas associações mutualistas. (JÚNIOR, 2010, p. 04).

Nas áreas rurais e de menor população, as mutuais permanecem com características beneficentes e étnicas. Rio de Janeiro e São Paulo foram os polos mais importantes e de maior

⁵⁸ Na Sociedade *Stella D'Itália*, os sócios beneméritos eram os que possuíam diplomas de medicina e direito (abrangendo suas atividades dentro da Sociedade), os que davam donativos maiores que 50 mil réis e os que procuravam crescer dentro da Sociedade, segundo seu Estatuto original.

número de criação de mutuais, observada através dos registros que os autores nos disponibilizam. No entanto, enquanto em São Paulo as mutuais surgem devido às péssimas condições de trabalho que o capitalismo vinha propiciando aos trabalhadores, ou seja, de caráter sindical, no Rio de Janeiro ocorreram “[...] com a crise dos mecanismos políticos e culturais de dominação da classe senhorial escravista [...]” (JESUS, 2007, p. 155). Por volta de 1930-40, devido a implantações de políticas públicas sociais gratuitas, novas formas de lazer – como cinemas e teatros, que passaram a aderir as propostas das instituições mutuais, ocorrendo a decadência e o encerramento de muitas Sociedades. Ademais, a falência das Sociedades ocorre com a má gestão e gerenciamento inadequado por parte da diretoria, pois muitos eram inexperientes, bem como a decadência na identidade italiana, a qual surge através de novas relações entre os imigrantes e seus descendentes com outros grupos sociais, bem como da diminuição do fluxo imigratório italiano no século XX, e devido às diversidades de opiniões e estratégias aderidas pelas mesmas.

Nesse contexto, a vida profissional desses imigrantes esteve diretamente ligada e correlacionada com suas práticas associativas, ao passo que suas experiências profissionais se tornam mais sedimentadas e seguras e suas estratégias diante da coletividade se alternavam. (FURLANETTO, 2007, p. 111).

As comparações das sociedades fundadas por várias regiões do Brasil e em outros países propiciam a compreensão da Sociedade *Stella D'Itália* instituída na colônia Conde D'Eu, que com o pouco material e documentos encontrados nos detalham apenas suas características e objetivos. No entanto, o Estatuto original ainda esta em bom estado e bem conservado, o que nos propicia uma ideia central da constituição dessa Sociedade. Na tese de Patrícia Furlanetto⁵⁹ várias sociedades mutuais italianas são explanadas e caracterizadas, o que nos permite esta comparação com *Stella D'Itália*. Segundo a autora – e diversos outros autores aqui já citados, referenciando sociedades espalhadas por todo país, as sociedades étnicas e beneficentes em geral serviam como ajuda mútua aos menos favorecidos, bem como para o lazer entre seus sócios e corroboravam para a permanência de suas culturas. Para além desta perspectiva, em alguns momentos – raros e entre poucas sociedades – auxiliavam indivíduos e/ou instituições fora do grupo social, mas costumavam criar eventos para a comunidade inteira, para além de seus sócios, com o intuito de promover sua cultura aos

⁵⁹ FURLANETTO, Patrícia Gomes. **Associativismo como estratégia de inserção social:** as práticas sócio-culturais do mutualismo imigrante italiano em Ribeirão Preto (1895- 1920). Tese (Doutorado em História Social), FFLCH, Universidade de São Paulo, 2007.

demais grupos sociais e, principalmente, para arrecadarem dinheiro a fim de manter o auxílio e as atividades constituídas pelas sociedades.

Retomando a caracterização das sociedades de Ribeirão Preto, algumas se erguem através da unificação de outras de cunho menor e do interior, ressaltando a evidência de sociedades constituídas em meios rurais, por mais que fossem de porte pequeno e que suprissem algumas necessidades apenas, mas que comprovam a organização e a responsabilidade as quais os imigrantes italianos possuíam, além da iniciativa de manter viva a cultura e a identidade étnica entre os mesmos, independente do local onde estavam inseridos. Através de pesquisas em documentos das sociedades de pequeno porte e dos interiores, a autora aponta e comprova que os sócios faziam parte da elite do grupo social que constituiu a sociedade, aos quais possuíam diversas atribuições e funções, como, por exemplo, jornalistas, donos de diferentes comércios bem como influentes na política. Havia sociedades que se constituíam devido a interesses políticos, como, por exemplo, as de características anarquistas ou socialistas, outras constituídas a fim de incentivar a cultura entre seus sócios, através da criação de escolas, hino e bandeira própria da sociedade – caso comparado ao da *Stella D'Itália* – além de contribuírem com atendimentos médicos e não apenas aos sócios, mas abertos, em algumas sociedades, para a comunidade em geral. Algumas possuíam além da ligação étnica, interesses tanto econômicos quanto políticos e sociais, enaltecendo a (re)criação destas características dos imigrantes das Sociedades constituídas na Itália, pois na pátria mãe as Sociedades possuíam características e interesses puramente sindicais⁶⁰ (FURLANETTO, 2007).

A principal estratégia de muitos sócios perante suas instituições foram a de relacionar seus nomes às contribuições e eventos tornando o indivíduo parte do chamado “poder político e econômico”, recebendo reconhecimento – identificação com a Sociedade constituída na antiga Colônia Conde D’Eu, na qual alguns nomes importantes para a comunidade estavam relacionados à Sociedade. No meio político nas zonas rurais e de pequena população, os italianos não obtiveram muito sucesso, pois não possuíam tantas condições quanto à elite urbana, bem como estavam isolados e trabalhando em turnos extensos, fazendo-se presentes no sistema político através de colaborações (TRUZZI, 2013). A relação das sociedades do Rio

⁶⁰ Na Itália, o associativismo inicia em meados de 1850 em alguns centros urbanos como Piemonte e Toscana, tendo como inspiração o republicanismo, servindo como socorro mútuo, educação aos trabalhadores e melhores condições trabalhistas. Este era um meio adotado pelos mesmos a fim de interagirem entre as classes operárias (TEIXEIRA, 2011).

Grande do Sul com as elites econômicas ocorriam pelo interesse nas trocas beneficentes e pela proteção do apoio político.

Todas as sociedades possuíam praticamente objetivos muito próximos, tanto as italianas quanto as alemãs e as portuguesas, por exemplo, em Juiz de Fora, a Sociedade portuguesa, que hoje é denominada Associação Cultural Luso-Brasileira⁶¹, possuía um Estatuto muito parecido com os observados das associações italianas. Outra sociedade sobrevivente foi a Sociedade Italiana de Socorro Mútuo Lega Lombarda, fundada em 1897, na cidade de São Paulo, constituída principalmente pela etnia regional da Lombardia. Essa sociedade, além de possuir características étnicas, possuía características de ideários industrialistas e do trabalho urbano⁶², vindas de sua região na Itália, além de contribuir com ajudas mútuas como atendimentos médicos. Em 1907, os propósitos da sociedade eram de manter o vínculo com a Itália e a solidariedade com as associações irmãs, ou seja, no início de sua constituição a Sociedade era aberta apenas aos imigrantes e descendentes provindos da região da Lombardia, após, abrem suas portas para outros imigrantes (BIONDI, 2011). Durante a Segunda Guerra Mundial, assim como ocorreu com a Sociedade *Stella D'Italia*, seus documentos e objetos foram apreendidos.

Há muitas comparações entre as Sociedades constituídas no Brasil, na Argentina e nos Estados Unidos. As Sociedades constituídas no Brasil são mais próximas das constituídas nos EUA, no quesito número de sócios, sendo poucos comparados às associações instaladas na Argentina – esta de proporções maiores. Uma Sociedade Argentina, *Sociedad Italiana Tiro al Segno*, fundada em 1895, possuía 152 sócios fundadores e mais de 300 sócios ordinários (CÓCARO, 2009). No entanto, as características eram as mesmas atribuídas às sociedades constituídas no Brasil. Na Argentina as sociedades também foram fundadas no final do século XIX e início do século XX, com os propósitos seguindo a linha das associações italianas já ressaltadas.

[...] Estas instituciones deberían ocuparse de la protección de los emigrantes así como también de erigirse en focos de “italianidad” en el mundo. Así, bajo la égida de la estructura comular italiana y de una clase dirigente surgida de los sectores más acomodados de las colonias, la masa emigrada sería “retenida” por el país de origen; la identidad italiana entre los emigrados sería mantenida y la atracción ejercida sobre aquélla por parte del anarquismo y socialismo lograría ser

⁶¹ Instituição independente e ativa até os dias atuais (JÚNIOR, 2010).

⁶² Os lombardos eram originários da área rural da Província de Mântova, sendo os primeiros a usufruírem do mutualismo e associativismo rural na pátria mãe, unindo-se ao associativismo urbano (BIONDI, 2011).

contrarrestada. La conexión material y cultural entre Itália y sus colonias de emigrados, cohesionadas y prósperas, redundaria finalmente en beneficios económicos y políticos para la madre pátria. (CÓCARO, 2009, p. 389).

As escolas criadas para educar os italianos imigrantes e seus filhos incentivavam e ensinavam a cultura do grupo social instituído, os dialetos ou a língua da pátria mãe. Após o decreto nº 383, de 14.4.1938, pelo presidente Getúlio Vargas, durante a Segunda Guerra Mundial, que alterava o registro dos estrangeiros no Brasil, proibindo a participação de todos nas atividades das associações, as mesmas, bem como as escolas providas de tais associações, foram decaindo em seus números de adeptos, sócios e contribuintes até o ponto de serem fechadas e as escolas nominadas com outros nomes, aderindo às novas leis que objetivavam a campanha da nacionalização brasileira, incentivando o estudo do português. Aos que não obedeciam o novo decreto, suas instituições eram fechadas e seus pertences/documentos apreendidos – muitos queimados, como no caso da Sociedade Italiana *Stella D'Itália*.

4.2 *Societá Stella D'Itália* e as relações de poder local: as redes de parentesco e amizade, política e a atuação dos agentes consulares

Stella D'Itália fora o nome dado a *Societá Italiana di Mútuo Soccorso* que surgiu no ano de 1878, na Colônia Conde D'Eu, que significa Estrela da Itália. Além do nome, a Sociedade possuía o mesmo símbolo estampado em sua bandeira, consistindo em uma estrela, logotipo adotado como réplica fiel da antiga sociedade, símbolo da unidade italiana, que possuía a cor vermelha como sinônimo de esperança, unidade e fé (ANEXO D).

Inicialmente, a Sociedade se originou em um prédio de madeira, com posterior construção de uma nova sede na frente da antiga, construída de alvenaria e argamassa de barro, composta por um piso apenas, onde se dividia em três alas, uma central e duas laterais, no ano de 1884⁶³ (ANEXO E). O prédio de madeira, neste ano, passou a ser utilizado como cozinha, e fora demolido no ano de 1948, quando a nova sede já possuía seu segundo andar, construído em 1892, com o telhado original – de *scandole*⁶⁴ - sendo substituído por telhas

⁶³ Mesmo ano em que é constituído o Estatuto da Sociedade Operária Italiana de Mútuo Socorro.

⁶⁴ Tábuas ou mais conhecido como tabuinhas.

francesas e posteriormente por uma chapa galvanizada⁶⁵ (ANEXO F). Esse prédio onde a Sociedade colocou em prática suas atividades por um longo período, permanece em pé até hoje, a par de várias situações ocorridas com o mesmo.

Essa Sociedade de Mútuo Socorro era o refúgio dos imigrantes italianos, onde os mesmos podiam cultivar suas crenças, costumes e atividades como, por exemplo, momentos de solidariedade, amizades, lazer, atendimentos médicos, escola, albergue, entre outros. Segundo o *Statuti della Società Operaria Italiana di Mútuo Soccorso Stella D'Itália* (ANEXO G), no capítulo I, em seus sete artigos, sua natureza, metas e justificativas da Sociedade eram: número de sócios limitados; era direito de todos italianos e filhos de italianos naturalizados estrangeiros e os nascidos na Itália pertencerem a Sociedade e seriam submetidos a sócio honorário aqueles que realizassem ações nobres e generosas na Colônia Conde D'Eu.

[...] Diversos estudos empíricos encontram, sim, o desenvolvimento de estratégias públicas por parte de sociedades de socorros mútuos. O problema a ser enfrentado no âmbito de uma definição genérica e metodologicamente adequada sobre o que são as entidades, dispõe, como já dito, sobre a forma de abordá-las: se como grupos sociais que implementam estratégias públicas (e, para tanto, fazem das entidades um recurso na construção de identidades) ou como um conjunto de indivíduos motivados por interesses privados (e desenvolvendo estratégias também privadas) de securitização contra fatores subjetivos de risco no âmbito do trabalho. (SILVA JR, 2004, p. 41).

Analisando o Estatuto, na parte em que determina que seriam sócios honorários os que realizavam ações nobres e generosas na colônia nos propicia entender as dinâmicas e estratégias públicas e privadas desenvolvidas pela Sociedade, procurando desenvolver a construção de identidade, conforme o autor Adhemar da Silva JR salienta. Principalmente pelo fato da Sociedade ser constituída de italianos, bem como o desenvolvimento de relações privadas, as quais permeiam os sócios que desejavam ascensão política, econômica ou social na comunidade, a Sociedade pode ser entendida como esse espaço de reconhecimento social. Em continuação ao capítulo I do Estatuto, os sócios beneméritos eram os que possuíam diplomas em medicina e direito (que abrangiam suas atividades dentro da Sociedade), os sócios que doavam donativos maiores que 50.000 mil réis e os que procuravam crescer dentro

⁶⁵ Informações obtidas através do Informativo Mensal do Acervo Histórico-Cultural do Município de Garibaldi. Ano I. Nº 1. Outubro de 1985.

da mesma; as justificativas incluíam unir, promover, socorrer, ajudar, auxiliar, pagar despesas funerárias e procurar emprego para os sócios.

Segundo Adhemar Lourenço da Silva Jr, as Sociedades “[...] são associações formadas voluntariamente com o objetivo de prover auxílio financeiro a seus membros em caso de necessidade.” (2004, p. 21). Segundo o Estatuto da Sociedade, encontrado no acervo do Arquivo Municipal de Garibaldi, o Capítulo II referencia as receitas da Sociedade, que seriam as extraordinárias e as ordinárias. As ordinárias seriam as joias dos sócios e a mensalidade, as extraordinárias seriam o produto das obras voluntárias, dos concertos e outros benefícios, dos compromissos e negócios dos sócios e os frutos do capital. Esse Capítulo evidencia bem a situação financeira e os objetivos da Sociedade perante as rendas, salientado no artigo 9º, que a administração social poderia empregar no socorro e nas despesas somente a metade da receita ordinária, sendo a outra metade unida ao produto da receita extraordinária para acúmulo a fim de formar um fundo de Capital Social. As receitas anuais da Sociedade ficavam sob responsabilidade do tesoureiro, exposto no artigo 10º do Capítulo II.

No Estatuto da Sociedade, observa-se que há três Capítulos, compondo a maior parte do mesmo, em referência aos sócios. Nestes capítulos, o que mais se evidencia é o valor que os sócios terão de pagar à Sociedade ou a quantidade que a Sociedade irá receber em intermédio de ações dos sócios. Referente a admissão dos mesmos, no Capítulo III do Estatuto foi estipulado os requisitos para os que quisessem tornarem-se sócios, sendo eles: haver completado 10 anos; não estar afetado por enfermidade incurável que não permita trabalhar – evidenciando a possibilidade de ser expulso da Sociedade por não poder contribuir com as mensalidades, pois fica nítida a qualificação em manter as mensalidades em dia perante a Sociedade; não ser culpado e condenado judicialmente e por crime e por infâmia; poderão ser admitidas como sócias, também as senhoras porém sem voto deliberativo⁶⁶; o candidato deveria ser apresentado por um sócio e realizado pedido junto ao Conselho Administrativo que se encarregaria de averiguar os quesitos impostos neste capítulo.

O dever dos sócios perante o pagamento e as cobranças mensais é exposto no Capítulo IV do Estatuto, salientando que: todos sócios fundadores deverão pagar a joia de entrada não

⁶⁶ Neste quesito percebe-se a admissão de sócias mulheres, no entanto sem direitos iguais aos homens, precedendo as condições impostas pela sociedade na época. “O leitor não se deve surpreender quando se constata que o mundo das mutuais é predominantemente um mundo masculino. De um modo geral, as mulheres são admitidas apenas na condição de beneficiárias ou, de qualquer modo, na condição de sócias sem direitos políticos.” (SILVA JR, 2010, p. 02).

menor de 50.000 mil réis; todos sócios admitidos na sociedade após sua inscrição pelos sócios fundadores deverão pagar joia de entrada proporcional a idade além de um rateio mensal de 1.000 mil réis a partir do dia 1º do mês em que forem aceitos; os sócios que não efetuarem o pagamento mensal poderão efetuá-lo dentro de seis meses.

Já no Capítulo V, são expostas as vantagens que os sócios terão perante a Sociedade, seguindo todos preceitos já salientados pelos mesmos: todos sócios gozarão de perfeita igualdade nos direitos e qualquer um poderá ser eleito nos diversos cargos da sociedade; todos sócios doentes e domiciliados em Conde D'Eu receberiam assistência médica⁶⁷, subsídio diário de 800 a 1000 réis, sendo que no caso da doença ser declarada crônica e incurável, a Assembleia Geral encaminharia a liberação que julgaria oportuna; o sócio que residir fora de Conde D'Eu deverá transportar-se até a colônia para os cuidados médicos, caso contrário receberia apenas o auxílio financeiro (quesitos estes impostos apenas aos sócios que estavam associados há mais de 6 anos); o sócio que fazia parte da Sociedade há mais de 10 anos, se inabilitado do trabalho, receberia um subsídio mensal; quando o sócio vier a falecer receberá auxílio de despesas funerárias, não passando as contas de 20.000 réis; sendo uma sociedade de mútuo socorro, os mesmos poderiam socorrer os italianos não sócios e aqueles novos que chegaram a Conde D'Eu e recorreram à Sociedade. Fica mais do que evidente em seu último artigo a militância de permanecer em dia com a mensalidade, caso contrário os auxílios não seriam possíveis.

Sobre a administração da Sociedade, no Capítulo VI do Estatuto, a mesma consistia-se em: Um presidente, um vice-presidente, um 1º secretário, um 2º secretário, um tesoureiro e 12 conselheiros. No próprio Estatuto há a nomeação de 44 sócios, sendo que a nomeação do presidente, vice-presidente, secretários e tesoureiro esta em branco. Os 44 sócios são: Borgaro Domenico, Mariani Ernesto, Darrigo Luigi, Brogiolli Achille, Barsante Luigi, Paganelli Domenico, Mateo Groff, Fiore Domenico, Bimbi Domenico, Mariano Bortolo, D. Domenico Greca Parroco, Varnieri Giuseppe, Cerutti Alessandro, Bonet Stefano, Bonetti Antonio, Segal Antonio, Mosna Bortolo, Branchi Achille, Zuppas Antonio, Gobbi Alessandro, Sgaria Giovanni, Nicola Angelo, Notari Ambrogio, Pezetti Francesco, Catani Francesco, Fauri Andrea, Casacurta Sebastiano, Fiore Gioachino, Piccinini Ginello, Nicolini Giuseppe, Teresa Antonio, Peterlungo Emauele (filho), Ghilardi Battista, Buccolla Bortolo, Malvessi Angelo,

⁶⁷ Característica de algumas mutuais italianas, mas aqui possível – *Società Stella D'Itália*, devido, primordialmente, ao sócio Dr. Júlio Motti, médico estabelecido na comunidade para praticar suas atividades, abarcando a Sociedade.

Fontanive Antonio, Bogo Giuseppe, Bonet Carlo, Senter Luigi, Gobbi Emilio, Darrigo Beatrice, Groff Augusta, Maestri Maria e Barni Emilio (ANEXO H).

Dos sócios acima citados, foram identificados alguns nos registros de batismos analisados no APSPG, correspondendo a apadrinhamentos, bem como registro de nascimento de seus filhos. Através dos mesmos, obtêm-se em alguns momentos, informações sobre a naturalidade dos sócios e suas relações de parentesco, ou estratégias vigentes. Mariani Ernesto aparece apenas como padrinho de Teresina Gallina, filha de Pietro Gallina e Angela que residem na Linha Araripe, sendo ambos italianos da província de Genova. Luigi e Beatrice Darrigo aparecem registrando seu filho Giuseppe em 1884, com informações de residirem na sede da colônia, bem como serem negociantes e naturais da Itália. Para além, aparecem apadrinhando a filha de Pietro e Anna Palaver, que por sua vez eram austríacos e residiam na Estrada Geral. Matteo Grof aparece apadrinhando Elisabetta Cecconi, filha de Giovanni e Agnese Emaly, moradores de Conde D'Eu e naturais da Itália – o pai, e Áustria – a mãe. Fiore Domenico aparece como padrinho de três crianças, sendo as mesmas de Linha Garibaldi, Estrada Geral e Conde D'Eu. Bimbi Domenico apadrinha três crianças, todas nascidas na Estrada Geral, sendo uma delas filha de pais desconhecidos. Cerutti Alessandro aparece registrando dois filhos, Santa e Brino Cerutti, sendo natural de Cremona Itália. Bonetti Antônio e Branchi Achille aparecem como compadres, um apadrinhando o filho do outro, sendo ambos residentes na sede da colônia e ambos naturais de Cremona Itália. Sgaria Giovanni aparece apenas como padrinho de Elisabetta Sbringo. Catani Francesco registra sua filha Luigia em 1880, sendo morador da Estrada Geral na cidade de Dona Isabel, agricultor natural da província de Trento. Fauri Andrea registra seu filho Constante Modesto, em 1884, residente na sede da paróquia, conforme constam os registros de batismos, sendo natural da Itália. O último sócio que foi identificado nas análises dos registros foi Piccinini Ginello, o qual aparece apadrinhando Massimino Piccinini, que nos dá a entender ser tio da criança, além de padrinho, sendo eles moradores da freguesia. Estes são os dados obtidos dos registros analisados que se referem a alguns dos sócios citados no Estatuto original da *Società Stella D'Italia* do ano de 1884.

Pouco se tem sobre os documentos que consistem nas atividades regidas pela Sociedade durante o período de sua existência, a não ser seu Estatuto. Através, por exemplo, do Informativo Mensal do AHMG de 1985, em 1913 o prédio serviu de hospital, tendo sido realizados os atendimentos por um dos sócios da Sociedade de Mútuo Socorro, o Dr. Júlio

Motti⁶⁸ (ANEXO I). Anterior a isto, sabe-se apenas que quando a nova sede – de alvenaria – fora erguida, deram alusão ao próprio Estatuto da Sociedade, que está datado de 10 de março de 1884. Outras fontes angariadas e analisadas nos permitem identificar que a Sociedade passou a alugar suas dependências como moradia. Foram encontrados no AHMG contratos e recibos da *Sociedade Stella D'Itália* de 1901 e 1919 que informam o aluguel de uma parte do prédio da Sociedade a ser alugado ao cidadão Luiz Machado Rosa, pelo preço de 20\$000 mensal, e outra parte ao Sr. Ignacio L. de Azambuja, pelo preço de 30\$000 mensal. Um relatório encontrado, datado de 09/08/1901 relata o atraso do pagamento do aluguel do Sr. Luiz Machado Rosa, devendo-se ser anotado tais observações, solicitando deferimento. Em outros dois recibos, datados de 1901, recebidos estes de pagamentos, nos quais o cidadão Luiz Ferreira Soares efetiva o pagamento de seis meses do aluguel prestado pela Sociedade, correspondendo aos meses de Dezembro, Janeiro, Fevereiro, Março, Abril e Maio. O outro recibo, também datado de 1901, efetiva o pagamento de seis meses de aluguel do cidadão Paulinho da Silva Breton, correspondendo aos meses de Junho, Julho, Agosto, Setembro, Outubro e Novembro.

Uma das famílias que residiram no prédio, na ala direita, foi a família de Abramo Canini (ANEXO J). No entanto, não há informações que expõem o período em que a família Canini residiu no prédio da Sociedade. Abramo Canini nasceu na Itália, com posterior imigração ao Brasil e à Colônia serrana de Conde D'Eu em 1882 onde se torna hóspede de Domenico Covolo, até poder comprar seu próprio terreno. Em 1886, casa-se com Teresa Covolo, principalmente pela afeição criada entre ambos durante os três anos que Abramo permanece hóspede do pai de Teresa, tendo 12 filhos com a mesma. Canini participou de diversos acontecimentos na Colônia e posterior Município, que marcou positivamente o local, desenvolvendo-o, como, por exemplo, a colaboração para trazer energia elétrica à região, ferrovias e a projeção do cinema em Garibaldi (GIRONDI, 2007). Com sua residência situada no prédio onde fora fundada a Sociedade, Abramo Canini e sua família continuaram dando assistência aos italianos e sócios da Sociedade *Stella D'Itália*, praticando as atividades. Em seu falecimento, no dia 27 de abril de 1926, toda a comunidade compareceu ao seu funeral, pelo mesmo ter sido bem conhecido e importante entre a comunidade, com obras e homenagens em seu nome. O funeral aconteceu na própria residência e atual prédio do Museu

⁶⁸ Que também atendia a comunidade da colônia Conde D'Eu, segundo registros e informações salientadas no segundo capítulo, item 3.1.

e AHMG⁶⁹, como de costume antigamente (ANEXO K), bem como evidenciando o auxílio funeral prestado pela *Societá* em favor de seu sócio, que se constituiu na própria sede e moradia do mesmo.

No ano de 1938, sabe-se que a Sociedade funcionava como ponto de reuniões e assistência social até que, devido a II Guerra Mundial em que a Alemanha, a Itália e o Japão estavam contra os outros países do mundo, no período de 1942-45⁷⁰, tanto os descendentes dos imigrantes italianos, bem como a Sociedade de Mútuo Socorro, sofreram inúmeras represálias em suas atividades, sendo as instalações da Sociedade invadidas e todo seu patrimônio apreendido, com grande parte sendo queimado. É devido a este fator que pouco se encontrou sobre a Sociedade no AHMG, e que os Sócios, a fim de preservar as instalações da Sociedade, decidiram doar a mesma – o prédio – para a Itália, através da embaixada italiana no Brasil.

Há documentos que provam essa doação da instalação da Sociedade à Itália, como, por exemplo, um telegrama do *Cancelliere* Ottavio De Magistris, em Porto Alegre, datado de 13 de outubro de 1950, para o prefeito de Garibaldi, Heitor Mazzini. O mesmo escreve sobre o imóvel da Sociedade Italiana de Mútuo Socorro *Stella D'Itália*, que estava em propriedade do Governo Italiano, e que fora destinado para a instalação da sede da Agência Consular Italiana naquela Cidade, permitindo-nos observar que nestes anos o prédio estava sim em poderio italiano. Outra fonte importantíssima é a própria escritura pública de doação que a Itália, já em 1963, faz em prol e devolução ao Município de Garibaldi, sendo este ato tornado público no Município, na presença do prefeito de Garibaldi da época, Antônio Mânica, e o então Cônsul da Itália Sr. Domenico Bocchetto, assinando a escritura pública do imóvel, feito por doação, estipulando que o prédio serviria, a partir de então, apenas para fins culturais, denominando o prédio de “Casa dos Pioneiros Stella D'Itália”. Além do mais, a escritura possuía uma cláusula de reversão caso as atividades ali oferecidas viessem contra o proposto⁷¹.

Sendo assim, a Sociedade é extinta definitivamente do município onde o prédio de sua instalação passou por diversos percursos até então, tendo sido todas atividades de ordem

⁶⁹ Informações obtidas através do trabalho *Breve Histórico de Abramo Canini*, escrito pelo seu neto Enzo Claudio Giulio Ceccon, em 2006.

⁷⁰ CLEMENTE, 1993.

⁷¹ Fonte: recortes de jornais de 10 de agosto de 1963, com a reportagem de Mário Ferreira, intitulada “Recepcionados pelo governo municipal e o povo de Garibaldi o cônsul italiano e sua comitiva”.

cultural. Primeiramente, no ano de 1972, o prédio abrigou a Biblioteca Pública Municipal de Garibaldi, bem como o destacamento da Brigada Militar e Bombeiros, sendo a Biblioteca inaugurada em 29 de outubro daquele ano. Em fevereiro de 1985 o prédio passa por restauração para a inauguração do Museu, no primeiro piso, e do AHMG, no segundo piso, no qual iniciaram-se as atividades de recolhimento de objetos, documentos e demais fontes que compunham os acervos (ANEXO L). Até hoje há o recolhimento destes documentos, bem como dos objetos, com suas posteriores higienizações, catalogações e exposições para o público. A responsável que deu início e permanece com estas atividades é a autora dos livros aqui abordados, Elenita Josebel Girondi, pós-graduada em História da América Latina e bacharelada em Direito, atualmente diretora e responsável pelo Arquivo Histórico.

Através destas análises nos poucos documentos encontrados sobre a *Società Italiana di Mútuo Soccorso Stella D'Itália*, sabe-se inferir que a mesma possuía caráter étnico mutual, sendo erguida com preceitos de cultivar as crenças e a cultura da pátria mãe entre os imigrantes italianos estabelecidos nesta colônia, com momentos de interação e auxílio. Em busca de maiores informações e fontes sobre a instituição desta Sociedade, encontramos nos registros realizados pelo presidente da província, no ano de 1882, informações da constituição de uma sociedade, oficiada por meio do Diretor da colônia Conde D'Eu, que teria como preceito o auxílio à imigrantes, sendo os mesmos acolhidos na sociedade até serem alojados em seus terrenos e casas. Neste relatório⁷², há o destaque dos membros desta Sociedade, que foram: como presidente Giovanni Menegotto – pároco de Conde D'Eu segundo os registros obtidos no APSPG, como vice-presidente José Alvarez de Araújo e Souza – diretor da colônia Conde D'Eu segundo os relatórios pesquisados, como tesoureiro Henrique Finger, como secretário Guilherme Augusto de Mendonça e Brito e os membros Dr. Jose Benetti, Carvalho & Ferreira, Paulo Wentzel, Dante Cavedagni, Letterio Bonarrigo, José Battisti, Lourenço Dexheimer, Broggioli Achile. Não há identificação da Sociedade, nem informações adicionais que possibilitam afirmar se seria a *Società Stella D'Itália* ou se estaria relacionada a outra Sociedade, constituída naquela época, com objetivo de acolhimento aos imigrantes.

Há que se comparar estes membros com os quais o Estatuto dispõe em 1884, permanecendo apenas Broggioli Achile como membro tanto em 1882 quanto em 1884, bem como a percepção da presença dos párocos neste meio da Sociedade, como o Pe. Giovanni Menegotto em 1882 e o Pe. Domenico Greca em 1884. Estas relações propiciam uma análise

⁷² Disponível no site: http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/rio_grande_do_sul.

de estratégias adquiridas pelos membros de tais sociedades em virtude de fortalecer o poder local, através de laços de amizades e até mesmo compadrio. Segundo Maíra Ines Vendrame⁷³, através de estudos dirigidos acerca do Pe. Antônio Sório na colônia de Silveira Martins, o mesmo estabelece estratégias durante sua presença na colônia como vigário, a fim de fortalecer os laços familiares locais, utilizando-se da prática de apadrinhamento que por consequência ampliou seus investimentos econômicos na colônia e seu poder local. Sório desempenhou diversos papéis como liderança religiosa, patrocinou a fundação da Sociedade de Mútuo Socorro, foi agente consular, entre outras atividades relacionadas à colônia. Estes laços que o Pe. Sório estabeleceu mostram a importância das relações sociais com o mecanismo de proteção e solidariedade para as famílias se organizarem nas comunidades. É através desta análise que pode-se conceituar as estratégias dos Padres Giovanni Menegotto e principalmente de Domenico (ou Domingos) Greca, pois através das pesquisas nos registros de batismos do APSPG, percebe-se a presença dos mesmos a partir de 1879, fazendo parte da comunidade como agentes religiosos e criando laços de amizades entre os negociantes e moradores da colônia, que também faziam parte da Sociedade *Stella D'Italia*, objetivando ampliar seus poderes na comunidade.

Essas redes e laços de parentesco e amizades foram primordiais entre os imigrantes italianos quando os mesmos se estabeleceram nos lotes destinados. “No início da colonização europeia, o governo favoreceu a formação de grupos culturalmente homogêneos como forma de fomentar a solidariedade étnica, dispensando uma ajuda maior do governo” (MANFRÓI, 1999, p. 52). Os imigrantes chegados ao Rio Grande do Sul procuraram então seguir o conceito ao qual o próprio governo de início permitia, que era se estabelecer em núcleos com os quais mantinham maior afinidade⁷⁴, como estratégias de organização no espaço e de intervenções às necessidades.

Em Silveira Martins, alguns dos colonos lá encaminhados compravam terras particulares, que muitas vezes eram mais vantajosas, pois as mesmas vinham com estruturas erguidas, plantio em andamento e animais tratados, bem como propiciavam a compra de lotes particulares em núcleos favoráveis, juntamente com pessoas da mesma região da Itália e parentes. Os que não possuíam condições para arrematar um lote já na chegada dos mesmos, pousavam por meses, ou até anos, em casas de amigos ou parentes – como o caso de Abramo

⁷³ VENDRAME, Maíra Ines. **O poder da aldeia**: redes sociais, honra familiar e práticas de justiça entre camponeses e italianos (Brasil-Itália). São Leopoldo: Oikos, Porto Alegre: ANPUH-RS, 2016.

⁷⁴ Núcleos compostos por parentes ou amigos vindos da mesma região.

Canini na colônia Conde D'Eu, antes de se estabelecerem nas terras destinadas aos mesmos. “[...] Aos poucos [...] as autoridades rio-grandenses começaram a desconfiar e temer esses grupos de estrangeiros que falavam outra língua e viviam num outro universo cultural [...]” (MANFRÓI, 1999, p. 52). Por isso, na maioria das vezes, tais lotes eram afastados um dos outros, a fim de impedir os laços entre grupos étnicos, que mantinham-se fortes e o governo previa embaraços. Com o aguardo no estabelecimento de casas de amigos e/ou parentes, os imigrantes conseguiam juntar o suficiente para então comprar as terras particulares perto dos núcleos desejados. Muitas vezes mais de uma família arrematavam lotes e pagavam conjuntamente, dividindo suas terras entre cada família posteriormente, o que facilitava os trabalhos, como, por exemplo, na abertura de estradas (VENDRAME, 2016).

Os laços étnicos, por interesses ou de amizades instituídos, também estão explícitos durante o apadrinhamento das crianças nascidas nas colônias. Segundo pesquisas nos registros de batismos do APSPG, há as relações entre vizinhos compadres, principalmente nos interiores da colônia, ou entre pais e padrinhos vindos da mesma região da Pátria Mãe. Com os sócios da Sociedade *Stella D'Itália*, há as mesmas relações de apadrinhamento, como por exemplo, Darrigo Luigi e sua esposa Beatrice Darrigo, ambos sócios da *Stella D'Itália*, e segundo o registro analisado, negociantes da colônia, escolheram como padrinhos de seu filho Giuseppe Darrigo, Matheu e Augusta Groff, sendo Augusta também sócia, segundo o Estatuto de 1884. Bonetti Antonio, morador da freguesia Conde D'Eu, segundo os registros, foi compadre de Branchi Achille, ambos sócios de *Stella D'Itália*, sendo seus filhos apadrinhados um pelo outro. Essas relações de laços de compadrio nos mostram as estratégias entre os sócios em manter firmes laços que poderiam vir a tornarem-se necessários entre os mesmos, bem como propiciar influências na sociedade ou para a família.

Em relação ao poder local e aos sócios da Sociedade de Mútuo Socorro, Adhemar Lourenço da Silva Jr.⁷⁵ em sua tese ressalta que “[...] o padrão dos associados estaria tipicamente interessado nos benefícios materiais oferecidos pelas sociedades de socorros mútuos, ao passo que as lideranças estariam nos recursos espirituais e/ou políticos” (2004, p. 06). Esses interesses estão explícitos no Capítulo V do Estatuto da Sociedade *Stella D'Itália*, quando no artigo 29º é exposto que todos os sócios gozarão de perfeita igualdade nos direitos e qualquer um poderá ser eleito nos diversos cargos da sociedade. O que de certa forma

⁷⁵ SILVA JR, Adhemar Lourenço da. **As sociedades de Socorros Mútuos: estratégias privadas e públicas** (Estudo Centrado no Rio Grande do Sul-Brasil 1854-1940). Tese (Pós-Graduação em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

ocorreu, como, por exemplo, em 1882, com os relatórios ao presidente provincial, referente a constituição de uma Sociedade em que o vice-presidente seria o diretor da colônia, e o presidente o pároco, e em 1884 um dos membros também ser um pároco da comunidade, além de possuir membros coligados aos assuntos políticos da colônia, sendo eles Abramo Canini e Achile Brogioli que, juntamente com outros cidadãos da comunidade, trabalharam intensamente pela emancipação e conseqüente municipalização da antiga colônia Conde D'Eu, impondo seu poder local.

Além desta perspectiva, Abramo Canini também fora nomeado o primeiro Agente Consular do Reino da Itália, em Conde D'Eu, através da visita do Vice Cônsul Conde Agiolo Dall'Aste Brandolini, do Vice Consulado com sede em Pelotas, e grande amigo de Abramo Canini. Durante 30 anos, Canini exerce seu cargo de cônsul, intermediando os pedidos dos imigrantes italianos da colônia à Pátria Mãe e às suas famílias, principalmente através de cartas escritas pelo mesmo e enviadas à Itália⁷⁶. No trabalho de pesquisa histórica de seu neto, encontramos as informações obtidas através da história oral, de que o cônsul Regente Luigi Petrocchi também fora grande amigo de Abramo Canini, o que nos propicia a ligação das redes de amizade de Abramo Canini como influentes para seu crescimento político e ascensão na comunidade.

Como já salientado no primeiro Capítulo, a ação dos cônsules se torna produtiva para o Estado italiano através da obtenção das informações das atividades produtivas do país de colonização, com os relatórios sendo publicados no *Bollettino del Ministero degli Affari Esteri*, em Roma, como incentivo ao Estado para sua produção interna. No entanto, haviam classificações entre esses cônsules, pois a Itália, para diminuir os gastos com seus cônsules enviados aos países de emigração, denominam os mesmos em duas categorias, os *cônsules missi*, de carreira ou enviado, e os *cônsules electi*, honorários ou locais (IOTTI, 2010, p. 91). Os primeiros eram nomeados pelo Rei e recebiam um salário, indenizações e aposentadoria, os segundos não prestavam concurso como os primeiros e eram escolhidos entre os que possuíam distinção na sociedade – como no caso de Abramo Canini, sem direito a salários, mas que propiciava a ascensão social na comunidade. Os chamados *cônsules electi* foram os designados ao Brasil e ao Rio Grande do Sul, pois segundo o governo da Itália, o Brasil não possuía interesses econômicos que favorecessem a Itália, e por isso, no Rio Grande do Sul

⁷⁶ CECCON, Enzo Claudio Giulio. **Breve histórico de Abramo Canini**. Pesquisa histórica encontrada no Arquivo Histórico Municipal de Garibaldi, 2006.

foram nomeados muitos agentes consulares, pois os mesmos não recebiam salário, possuindo sempre outras funções profissionais⁷⁷.

[...] A rede consular italiana no estado [Rio Grande do Sul], de 1875 a 1914, contou com um consulado, sediado em Porto Alegre, que tinha sob sua jurisdição os territórios do Rio grande do Sul, de Mato Grosso e Santa Catarina. Foram instaladas agências consulares nas cidades de Bagé, Rio Grande, Pelotas, Uruguaiana, Bento Gonçalves e Alfredo Chaves. (IOTTI, 2010, p. 96).

A relação entre os imigrantes e os cônsules nem sempre eram recíprocas, devido as diferenças econômicas, sociais e culturais existente entre eles (IOTTI, 2010). No entanto, ocorriam muitos laços de amizade entre os imigrantes e os agentes consulares, pois estes eram escolhidos entre os próprios imigrantes, a fim de mediar suas necessidades, como o exemplo de Abramo Canini na colônia Conde D'Eu. "Financiar um agente procurador foi um dos mecanismos usados pelos imigrantes para mobilizar a concretização dos propósitos da nova realidade" (VENDRAME, 2016, p. 98). Os primeiros registros sobre a imigração italiana no Rio Grande do Sul vieram de Vitaloni, Perrod e Corte, que segundo Iotti (2010), em novembro de 1876, enviam para Roma o primeiro relatório sobre as colônias italianas do Rio Grande do Sul, com informações sobre relevo, clima, localização, população, atividades e comércio local, ou seja, aspectos básicos. Perrod foi o primeiro cônsul a visitar as colônias Conde D'Eu e Dona Isabel, em janeiro de 1883, relatando os aspectos físicos, econômicos e administrativos da região. Além desta perspectiva, Iotti nos proporciona informações de que Perrod foi o primeiro cônsul a registrar pontos positivos da imigração ao Brasil e ao Rio Grande do Sul, bem como ressalta a importância da qualidade do trabalho dos imigrantes para este país.

Os cônsules italianos no Rio Grande do Sul, de 1875 a 1914, que pertenciam à nobreza e escreveram relatórios sobre a imigração italiana no estado, foram: Antonio Greppi, Giovanni Battista Beverini, Edoardo Compans di Brichanteau, Angiolo Dall'Aste Brondolini, Francesco De Velutiis, Angelo Legrenzi e Gherardo Pio di Savoia (IOTTI, 2010, p. 112).

⁷⁷ Iotti ressalta que Luigi Petrocchi, por exemplo, amigo de Abramo Canini, foi exceção aos agentes que pouco relataram sobre as colônias que jaziam como agentes consulares, demonstrando a falta do interesse perante este exercício, pelos mesmo não serem remunerados, e por possuírem outras funções e profissões. Petrocchi, no entanto, fora enviado como agente consular e professor remunerado, o que propiciou um maior interesse nos relatórios inferidos por ele (2010).

Esses relatórios dos cônsules foram esporádicos e poucos, pois as visitas às colônias eram restritas e breves, a qual observa-se poucos trabalhos relatados pelos mesmos⁷⁸, ressaltando a discussão realizada por Iotti de que tais agentes consulares estariam mais envolvidos em suas atividades profissionais do que as angariadas à eles como agentes. Outro cônsul a visitar Conde D'Eu foi Greppi, que publicou seu relatório no *Bollettino Consolare* na Itália, em 1884, criticando o governo brasileiro e provincial pelo abandono das colônias italianas como Conde D'Eu e Dona Isabel, não acusando em momento algum o governo italiano pelo descaso destes imigrantes. Com essas análises percebe-se a grande diferença entre os cônsules e os agentes consulares, pois apesar dos agentes consulares não relatarem muitos acontecimentos, devido a não remuneração do serviço e o pouco tempo disponível para tal, eram empenhados e faziam o seu melhor quando possível sendo escolhidos entre a sua comunidade, provando o afeto que o povo possuía com os mesmos, bem como seu poder local. Já os cônsules não intervinham diretamente nas colônias, e quando o faziam eram restritos, devido principalmente a repugnância que possuíam de início a estes imigrantes, considerados a pedra no sapato do governo italiano que fora jogada fora.

O poder local, através de laços e redes de parentesco, amizades ou negócios, evidencia-se durante as referências apresentadas, principalmente entre os imigrantes italianos abordados, os quais faziam parte da Sociedade de Mútuo Socorro *Stella D'Itália*, os agentes consulares e cônsules. O estabelecimento de tais redes sociais propícias aos imigrantes se condicionou, primordialmente, pela sobrevivência dos mesmos em uma colônia para a qual foram conduzidos e instalados, para adquirirem suas terras e se inserirem socialmente.

⁷⁸ “O Estado italiano, mais por uma razão financeira do que por motivos técnicos e administrativos, optou pela implantação de agências consulares e pela nomeação de agentes locais nas áreas consideradas, inicialmente, de pouco interesse econômico.” (IOTTI, 2001b, p. 61) caso este presente no Brasil, consequentemente no Rio Grande do Sul, pela América não desenvolver, de forma satisfatória, o comércio com a Itália, sendo suas porcentagens muito inferiores às obtidas entre o comércio da Itália com a Europa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho foi contextualizar a imigração italiana, desde seus primórdios na antiga colônia Conde D'Eu, atual município de Garibaldi, no Rio Grande do Sul, e as relações e laços estabelecidos entre os imigrantes perante a política local, prestígios sociais e econômicos, bem como as redes de amizades e parentescos. Para tal estudo, foi necessária uma explanação abrangente do processo emigratório na Itália, após sua reunificação e seus ideais capitalistas industriais estarem em alta, até a política imigratória adotada pelo Brasil e pela província do Rio Grande do Sul, com suas terras devolutas para a fundação das colônias, como a serrana Conde D'Eu. A partir de registros de batismos obtêm-se análises comparativas para um estudo demográfico da colônia, entre os anos de 1879 a 1890, dispostos nos registros do APSPG, que conduzem a uma percepção de crescimento populacional na colônia, e laços de parentescos e de amizades estabelecidos entre os colonos, para constituição da ascensão social ou econômica entre os mesmos, bem como prestígios políticos que foram sendo estabelecidos, como, por exemplo, através da *Società Italiana di Mútuo Soccorso Stella D'Itália*, que propunha auxílio aos imigrantes e seus descendentes, entre outros objetivos almejados principalmente pelos sócios fundadores.

Inicialmente, o processo emigratório italiano fora intensificado, entre os anos de 1886 a 1913, devido sua unificação e seu processo de industrialização, como a solução para a economia local e social, passando por diversas modificações e intervenções, seguindo os interesses capitalistas e do Ministério dos Negócios Exteriores, responsável pelo processo migratório no início de sua movimentação. Na primeira fase desta política emigratória, os emigrantes significavam uma ameaça aos interesses do Estado italiano, devido principalmente aos relatos obtidos dos cônsules italianos que relatavam suas atividades, alegando que tais emigrantes eram trabalhadores pobres e inferiores, sem preceitos suficientes de engrandecer a

Pátria Mãe no exterior. No entanto, na segunda fase da política emigratória, os olhares para com seus emigrantes se alteram, com uma valorização sobre a política emigratória, através das elites italianas. Já na terceira fase, a valorização se torna realidade, com instituições de proteção e auxílio aos seus emigrantes nas colônias estabelecidas, objetivando manter laços fortes dos mesmos com a pátria mãe, para render bons frutos, como, por exemplo, perspectivas melhores e maiores para a economia interna a partir da remessa de valores enviadas pelos imigrantes.

No Brasil o processo imigratório surge com a intenção de povoar terras inabitadas, principalmente as que estavam nas fronteiras, com o intuito de proteção, incentivando imigrantes europeus, para branquear a população brasileira, substituindo o trabalho escravo pelo trabalho livre e essencialmente agrícola. A partir de 1869 que a imigração italiana intensifica-se ao Brasil, através de diversas fases instituídas, principalmente de políticas e leis alternadas, sendo algumas não cumpridas, desfavorecendo o Brasil como ponto para a imigração europeia, mas com avanços e promessas que foram aceleradas e modificadas, para suprir a falta de imigrantes ao país. Somente após o cumprimento das promessas aos imigrantes aqui instalados, que o fluxo imigratório tornou-se cada vez mais intenso, e a economia interna daria um salto, equiparada aos anos anteriores. Os italianos vindos e estabelecidos nas colônias na província do Rio Grande do Sul, a partir de 1870, em maior fluxo em 1875 na colônia Conde D'Eu, objetivavam conquistar suas próprias terras e se constituírem nas colônias estabelecidas, consolidando a política imigratória da província, de importar mão de obra europeia e vender as terras devolutas do Império, contribuindo com o aumento populacional e a economia agrícola interna.

As relações que foram se estabelecendo entre os imigrantes surgem com o intuito de sobrevivência em terras desconhecidas – e na colônia Conde D'Eu, terras com matas virgens e inconstantes – através de laços entre parentes e amigos – muitos da mesma região, que possibilitaram manter a cultura regional de cada imigrante, bem como suas crenças religiosas. As sociedades instauradas nas regiões colonizadoras de italianos surgem com intuitos diversos, que abrangem desde a elite local até os pobres imigrantes da Itália. Na colônia Conde D'Eu foi constituída a *Società Italiana di Mútuo Soccorso Stella D'Itália*, que através dos estudos direcionados com as fontes do AHMG, propiciam concluir que a organização dessa Sociedade dar-se-á pelas más condições encontradas na colônia, possibilitando um canal de mobilização dos imigrantes e de garantia das condições básicas de vida, abarcando as questões culturais, sociais e financeiras, constituindo-se como uma proposta de ajuda mútua

entre os imigrantes dos núcleos coloniais, bem como incorporando relações entre as lideranças políticas e da sociedade, objetivando prestígios políticos, econômicos e sociais na comunidade.

Os registros do APSPG analisados consolidam as formações de estratégias através de laços de compadrio, bem como nos permite avaliar o crescimento demográfico da colônia em relação aos primeiros anos de colonização, com algumas ressalvas e oscilações, que permitem concluir em fatores de perda de registros referente a determinados anos, como, por exemplo, o ano de 1883 o qual possui poucos registros, além de estratégias entre os próprios padres que realizavam as atividades religiosas da cidade. A conclusão dos registros dar-se-á através da perspectiva dos laços estabelecidos entre as famílias e moradores da colônia Conde D'Eu, os quais permitem inferir sobre o assentamento de determinados grupos étnicos nas mesmas linhas e/ou travessões, tornando-se compadres uns dos outros, por afinidade regional, parentesco, amizades e até mesmo interesses econômicos e prestígio social.

A *Società Italiana di Mútuo Soccorso Stella D'Itália* também contribuiu para estratégias públicas e privadas entre seus sócios, através de atividades para com a comunidade, objetivando prestígio social e político. As relações entre os sócios e a comunidade garantiam confiança para eleger os mesmos a cargos importantes da vila, como, por exemplo, Abramo Canini, que fora nomeado agente consular por dois principais fatores, sendo eles o prestígio social que possuía na comunidade e os laços de amizades constituídos com outros agentes consulares e mesmo cônsules do Rio Grande do Sul, inferindo na ascensão de seu poder local. Além das estratégias públicas, a Sociedade colaborou com os imigrantes que vieram a se estabelecer na colônia, de forma propícia para o assentamento dos mesmos e inserção social, concretizada em seu caráter étnico mutual na sociedade da colônia Conde D'Eu.

REFERÊNCIAS

BIBLIOGRÁFICAS

AMORIM, Maria Norberta. Linha clássica da demografia histórica: uma perspectiva otimista sobre sua evolução. In: **Boletín de la Asociación de Demografía Histórica**, XVIII, ISSN 0213-1145. 2:18 (2000) 89-104. Disponível em: <<http://www.adeh.org/?q=es/system/files/Revista/2000%2C%20MN%20Amorim%2C%20XVIII%2C%20II%2C%202000%2C%20pp%2089-104.pdf>> . Acesso em: 26 de outubro de 2016.

BALLESTER, Guadalupe Anahi. Asociativismo y poder local: el caso de la Asociación Italiana de Ayuda y Socorros Mutuos Fraternidad y Unión en General Sarmiento durante la última ditadura. In: Primeiras Jornadas de Historia Reciente del Conurbano Bonaerense Norte y Nordeste, *Universidad Nacional de General Sarmiento. Artigos... Buenos Aires: Universidad Nacional de General Sarmiento, 2013. Disponível em: <http://www.ungs.edu.ar/ms_idh/wp-content/uploads/2014/02/12-PONENCIA-BALLESTER.pdf> . Acesso em 27 de julho de 2016.*

BERTANTE, Rafael de Souza. O associativismo italiano em Juiz de Fora: memória e sociabilidade. In: XXVIII Simpósio Nacional de História: velhos e novos desafios, 27 a 31 de julho de 2015, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: ANPUH, 2015. Disponível em: <http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1439316571_ARQUIVO_R.Bertante-OASSOCIATIVISMOITALIANOEMJUIZDEFORA_MEMORIAESOCIABILIDADE.pdf> . Acesso em 26 de julho de 2016.

BERTONHA, João Fábio. **Os italianos**. Brasil: Contexto, 2005. Disponível em: <<https://books.google.com.br>>. Acesso em: 08 de novembro de 2015.

BIONDI, Luigi. “**Mãos unidas, corações divididos. As sociedades italianas de socorro mútuo em São Paulo na Primeira República: sua formação, suas lutas, suas festas**”, In: Revista Tempo. Revista Eletrônica do Departamento de História da UFF, nº 33, Dossiê: História do Trabalho e dos Trabalhadores: novas abordagens, Rio de Janeiro: 2013, p. 75-104. Disponível em <<http://www.historia.uff.br/tempo/site/wp-content/uploads/2013/01/v16n33a04.pdf>>.

_____. Aventuras e desventuras da Sociedade Italiana de Socorro Mútuo ‘Lega Lombarda’. In: XXVI Simpósio Nacional de História: ANPUH, 17 e 22 de julho de 2011, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2011. Disponível em: < <http://www.snh2011.anpuh.org/conteudo>>. Acesso em 25 de julho de 2016.

BOTT, Elizabeth. **Família e Rede Social**; tradução de Mário Guerreiro, revisão técnica de Alba Zalar Guimarães, prefácio de Max Gluckman. Rio de Janeiro, F. Alves, 1976.

CACHÓN, María Pilar Brel. Comparación de los libros parroquiales y de los registros civiles. Una aportación a la validez de las fuentes demográficas a finales del siglo XIX. In: **Boletín de la Asociación de Demografía Histórica**, XVII, II, 1999, p. 91-114.

CAVALIERI, Daniel Gonçalves. Associativismo e imprensa na formação da comunidade italiana em Belo Horizonte (1897-1937): um balanço historiográfico. In: 3º Seminário Nacional de História da Historiografia: aprender com a história? **Anais...** Ouro Preto: Edufop, 2009. Disponível em < http://www.seminariodehistoria.ufop.br/t/daniel_goncalves_cavaliere.pdf>. Acesso em 28 de julho de 2016.

CECCON, Enzo Claudio Giulio. **Breve Histórico de Abramo Canini**. Pesquisa histórica, Arquivo Histórico Municipal de Garibaldi: 24 de julho de 2006.

CHEMIN, Beatris F. **Manual da Univates para trabalhos acadêmicos**: planejamento, elaboração e apresentação. 2. ed. Lajeado: Univates, 2012. E-book. Disponível em: <www.univates.br>. Acesso em: 08 de novembro de 2015.

CLEMENTE, Elvo; UNGARETTI, Maura. **História de Garibaldi: 1870-1993**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1993.

CÓCARO, Patricio Alberto. El asociacionismo de la emigración italiana desde una perspectiva comparada: París y Buenos Aires, 1871-1914. In: AMEZTOY, María Virginia (Cord). **Buenos Aires Italiana**. 1ª ed. Buenos Aires: Comisión para la Preservación del Patrimonio Cultural de la Ciudad Autónoma de Buenos Aires, 2009. p. 387-408.

CORRÊA, Marcelo Armellini. **Dos alpes do Tirol à serra gaúcha**: a questão da identidade dos imigrantes trentinos no Rio Grande do Sul (1875-1918). Dissertação (Mestrado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2014.

COSTA, Rovílio; DE BONI, Luis Alberto. **Os Italianos do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes; Caxias do Sul, Universidade de Caxias, 1979.

_____ et al. **As colônias italianas Dona Isabel e Conde D’Eu**. Porto Alegre: EST, 1992.

DE BONI, Luis Alberto. O catolicismo da imigração: do triunfo à crise. In: LANDO, Aldair Marli; DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sergius (Orgs.). **RS: Imigração e colonização**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1992.

DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri; TRUZZI, Oswaldo (Orgs.). **Estudos Migratórios**: perspectivas metodológicas. São Carlos: EdUFSCar, 2005.

FARÍAS, Ruy. El asociacionismo gallego en Buenos Aires y las posibilidades que ofrece para el estudio de la integración de los migrantes: un análisis a partir del archivo de la FAGA-MEGA. In: 5º Encuentro de Bibliotecas de Colectividades, Buenos Aires.

Antíteses... Buenos Aires, 2010, v. 4, n. 7, p. 151-171, jan./jun. 2011. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses>> . Acesso em: 27 de julho de 2016.

FAVARO, Gleci Eulalia. Os “italianos”: entre a realidade e o discurso. In: **História Geral do Rio Grande do Sul - Império**. Passo Fundo; Porto Alegre: Méritos, PPGH-UPF, Uergs, 2006. P. 301-319.

FAVERO, Bettina Alejandra. **La última inmigración: Italiano en Mar del Prata (1945-1960)**. 1ª ed. Buenos Aires: Imago Mundi, 2013.

FÉLIX, Rafael Fernandes; FARIA, Fernanda; SANTOS, Maribel Yasmina; HENRIQUES, Pedro Rangel. XML na demografia histórica: anotação de registos paroquiais. In: **Conferência da Associação Portuguesa de Sistemas de Informação**. Coimbra: Associação Portuguesa de Sistemas de Informação, 2002. Disponível em: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/2335/1/CAPSI2002_XML_RFF_FF_MYS_PRH.pdf> . Acesso em: 25 de outubro de 2016.

FRIGHETTO, Frei Hilário. **Italianos no Borghetto em Garibaldi e no RS**. Porto Alegre: Edições EST, 2007.

FURLANETTO, Patrícia Gomes. **O Associativismo como estratégia de inserção social**. Tese (Doutorado em História) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

GIRONDI, Elenita. **Garibaldi: a cidade e o herói** / Elenita Girondi; Elma Sant’Ana. Caxias do Sul: Ed. Maneco, 2007.

GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. **Poder Político e Administração na Formação do Complexo Atlântico Português (1645-1808)**. Rio de Janeiro, Universidade Federal Fluminense, janeiro/junho de 2004. Disponível em: <<http://lisa.international.pitt.edu/Lasa2001/GouveaMariadeFatima.pdf>>. Acesso em: 12 de outubro de 2015.

HERÉDIA, Vania. A imigração europeia no século passado: o programa de colonização no Rio Grande do Sul. **Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, Universidad de Barcelona, nº 94, 1 de agosto de 2001. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/sn-94-10.htm>>. Acesso em: 14 de novembro de 2016.

_____. Os imigrantes italianos na formação econômica regional no Rio Grande do Sul. In: TEDESCO, João Carlos; ZANINI, Maria Catarina C. (Orgs.). **Migrantes ao sul do Brasil**. Santa Maria: UFSM, 2010.

IOTTI, Luiz Horn. **Imigração e Colonização**. Artigo recebido em 13.01.2003

_____. (Org.). **Imigração e Colonização: legislação de 1747 a 1915**. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do RS. – Caxias do Sul: EDUCS, 2001a.

_____. **Imigração e Poder:** a palavra oficial sobre os imigrantes italianos no Rio Grande do Sul (1875-1914). Caxias do Sul, RS: EDUCS, 2010.

_____. **O olhar do poder:** a imigração italiana no Rio Grande do Sul, de 1875 a 1914, através dos relatórios consulares. 2 ed. Caxias do Sul, EDUCS, 2001b.

JESUS, Ronaldo Pereira de. Associativismo no Brasil do século XIX: repertório crítico dos registros de sociedades no Conselho de Estado (1860-1889). **Revista Locus**, Juiz de Fora, v. 13, nº 1, p. 144-170, 2007.

_____. Cultura Associativa no século XIX: atualização do repertório crítico dos registros de sociedade na cidade do Rio de Janeiro (1841-1889). In: XXVII Simpósio Nacional de História: Conhecimento histórico e diálogo social, 22 e 23 de junho de 2013, Natal – RN. **Anais...** Natal: ANPUH, 2013. Disponível em: <<http://www.snh2013.anpuh.org/site/anaiscomplementares>>. Acesso em 27 de julho de 2016.

JÚNIOR, Antonio Gasparetto. **Associações de Socorro Mútuo:** estratégias dos trabalhadores imigrantes na Primeira República. In: Seminário Cultura e Política na Primeira República: Campanha Civilista na Bahia. Ilhéus: UESC, 2010. Disponível em: <<http://www.uesc.br/eventos/culturaepolitica/anais/antoniogasporetto.pdf>>. Acesso em 25 de julho de 2016.

KOFF, Elenita Josebel Girondi. **Os primórdios da colonização de Garibaldi:** Conde D’Eu 1870 1875. Bento Gonçalves: Grafite, 1995.

MAESTRI, Mário. **Os Senhores da Serra:** a colonização italiana no Rio Grande do Sul (1875-1914). Passo Fundo: UPF, 2000.

_____. A região colonial italiana no Rio Grande do Sul: a construção da memória. In: TEDESCO, João Carlos; ZANINI, Maria Catarina C. (Orgs.). **Migrantes ao sul do Brasil.** Santa Maria: UFSM, 2010.

MANFRÓI, Olívio. **A colonização italiana no Rio Grande do Sul:** implicações econômicas, políticas e sociais. Porto Alegre: Grafosul, Instituto Estadual do Livro, 1975.

_____. Imigração e nacionalismo. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE A IMIGRAÇÃO ITALIANA, 1996, Caxias do Sul. **Anais...** Caxias do Sul: EDUCS, 1999. p. 44-54.

MASCHIO, Elaine Cátia Falcade. **A escolarização dos imigrantes e de seus descendentes nas colônias italianas de Curitiba, entre táticas e estratégias (1875-1930).** Tese (Pós-Graduação em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

MESQUITA, Maria Hermínia Moraes. A reconstituição de paróquias e o estudo dos comportamentos demográficos. O exemplo de uma paróquia açoriana: criação velha (1801-1993). In: **Boletín de la Asociación de Demografía Histórica**, 1998, v. XVI, n. 1, p. 243-274. Disponível em: <http://www.adeh.org/pdfs/B_1998_XVI_1_12.pdf>. Acesso em: 25 de outubro de 2016.

MOTTA, José Flávio. A demografia histórica no Brasil: contribuições à historiografia. **Anais... IX Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, Caxambu, MG, outubro de 1994.

NADALIN, Sérgio Odilon. **Gestão e análise da população: por uma história demográfica dos contatos culturais em Curitiba (1866-1939)**. Projeto de Pesquisa – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), 1995.

_____. **História e demografia: elementos para um diálogo**. Campinas: Associação Brasileira de Estudos Populacionais – ABEP, 2004.

OSWALD, Tamara; SILVA JR, Adhemar Lourenço da. O associativismo no Rio Grande do Sul (1920-1950) Inventário, caracterização preliminar e notas sobre a participação feminina no associativismo voluntário no Rio Grande do Sul (1950). In: X Salão de Iniciação Científica, PUCRS. **Anais...** Porto Alegre: PUCRS, 2009, p.1742-1744. Disponível em: <http://www.pucrs.br/edipucrs/XSalaoIC/Ciencias_Humanas/Hist%C3%B3ria/70570-TAMARAOSWALD.pdf>. Acesso em: 28 de julho de 2016.

PAZUCH, Giovane. **Imigração italiana na colônia de Antônio Prado – RS: catolicismo e sociabilidades (1885-1945)**. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2015.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História do Rio Grande do Sul**. 3ª Ed., Porto Alegre: Mercado Aberto, 1984.

POLETTI, Darci. **Primeiras pedras...** Bento Gonçalves: 2ª edição revisada e atualizada pelo autor, 2004.

RABAIOLI, Patricia. **Garibaldi em 1904: Ofícios e Profissões**. Relatório do Estágio em Acervos. Centro de Memória e Documentação da UNIVATES. Lajeado, 2015.

RENAN, Ernest. “**O que é uma nação?**” In Maria Helena Rouanet (org). Nacionalidade em questão. UERJ: Instituto de Letras, 1997. pp. 12-43 (Cadernos da Pós/Letras, nº 19). Disponível em: <<http://www.unicamp.br/~aulas/VOLUME01/ernest.pdf>>. Acesso em: 08 de novembro de 2015

RIETH, Ricardo Willy. Associativismo e protestantismo na imigração e colonização: o caso da Associação Gustavo Adolfo. **Periódicos Estudos Teológicos**, v. 47, nº 2, 2007, p. 27-43. Disponível em: <http://periodicos.est.edu.br/index.php/estudos_teologicos/article/view/445/408>. Acesso em 28 de julho de 2016.

SANTOS, Miriam de Oliveira. A colonização italiana para o Rio Grande do Sul. In: TEDESCO, João Carlos; ZANINI, Maria Catarina C. (Orgs.). **Migrantes ao sul do Brasil**. Santa Maria: UFSM, 2010.

SANTOS, Miriam de Oliveira; ZANINI, Maria Catarina Chitolina. Especificidades da identidade de descendentes de italianos no sul do Brasil: breve análise das regiões de Caxias do Sul e Santa Maria. **Revista Contemporânea de Antropologia**, Niterói, n. 27, p. 21-41, 2009.

SCOTT, Ana Silvia Volpí. A contribuição da Demografia Histórica para a História da População e da Família no Brasil. In: **Boletín de la Asociación de Demografía Histórica**, 1998, v. XVI, n. 1, p. 297-353. Disponível em: <http://www.adeh.org/pdfs/B_1998_XVI_1_12.pdf>. Acesso em: 25 de outubro de 2016.

SILVA JR, Adhemar Lourenço da. **As sociedades de Socorros Mútuos: estratégias privadas e públicas (Estudo Centrado no Rio Grande do Sul-Brasil 1854-1940)**. Tese (Pós-Graduação em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

_____. Sexo e gênero nas sociedades de socorros mútuos. **Anais...** Seminário Internacional Fazendo Gênero 9: Diásporas, diversidades, deslocamentos. Universidade Federal de Santa Catarina, 23 a 26 de agosto de 2010. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278378974_ARQUIVO_Sexoegeneronassociedadesdesocorrosmutuos.pdf>. Acesso em 17 de novembro de 2016.

SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE IMIGRAÇÃO ITALIANA, 1996, Caxias do Sul. **Anais...** Caxias do Sul: EDUCS, 1999.

TEIXEIRA, Rosane Siqueira. **Associações italianas no interior paulista num espaço partilhado. Nacionalismo e italianidade sob a perspectiva da história local**. Tese (Pós-Graduação em História) – Universidade Federal de São Carlos, São Paulo, 2011.

TRUZZI, Oswaldo. Identidade étnica entre italianos no mundo rural paulista. In: XXVII Simpósio Nacional de História: Conhecimento histórico e diálogo social, 22 e 23 de junho de 2013, Natal – RN. **Anais...** Natal: ANPUH, 2013. Disponível em: <<http://www.snh2013.anpuh.org/site/anaiscomplementares>>. Acesso em 25 de julho de 2016.

VENDRAME, Maíra Ines. **O poder da aldeia: redes sociais, honra familiar e práticas de justiça entre camponeses e italianos (Brasil-Itália)**. São Leopoldo: Oikos, Porto Alegre: ANPUH-RS, 2016.

VISCARDI, Claudia. Estratégias populares de sobrevivência: o mutualismo no Rio de Janeiro Republicano. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 29, nº 58, p. 291-315, 2009.

WEBER, Regina. Imigração e identidade étnica: temáticas historiográficas e conceituações. **Revista Dimensões**, Espírito Santo, v. 18, p. 236-250, 2006.

FONTES

- **Arquivo Histórico Municipal de Garibaldi**

Ata dell' Assemblée Generale Ordinaria para votação do Consiglio Amministrativo da Società Italiana di Mútuo Soccorso Stella D'Itália, de 27 de abril de 1925.

Contrato de aluguel das dependências da *Società Italiana di Mutuo Soccorso Stella D'Itália* ao cidadão Luiz Machado Rosa e ao Sr. Ignacio de Azambuja, datado de 14/06/1912, remetendo ao Ilmo. Sr. Sub-intendente em exercício da Villa Garibaldi.

Documento enviado ao Ilmo. Sr. Intendente Municipal da Villa de Garibaldi, datado de 09/08/1912, referente a ordem de que seja feita a necessária observação no lançamento em relação ao atraso do pagamento das mensalidades das dependências da *Società Italiana de Mútuo Soccorso Stella D'Itália*, em detrimento do Sr. Luiz Machado Rosa, solicitado deferimento pelo Sr. Groff.

Escritura Pública de Rogério Fava Sobrinho - 1º Tabelião de Garibaldi, referente a doação da *Società Italiana di Mútuo Soccorso Stella D'Itália*. Livro nº 3, número de ordem 725, folhas 104, 10 de agosto de 1963.

Informativo Mensal do Acervo Histórico-Cultural do Município de Garibaldi. Ano I. Nº 1. Outubro de 1985.

Ofício do Registro de Imóveis de Garibaldi referente a apresentação do terreno urbano da *Società Italiana de Mútuo Soccorso Stella D'Itália*, em propriedade da República da Itália, datado de 13/08/1986. Fls, 01, matrícula 8.177, livro nº 2 – registro geral.

Recibos de pagamentos da mensalidade das dependências da *Società Italiana di Mútuo Soccorso Stella D'Itália*, sendo o primeiro datado de 31/05/1901 referente ao pagamento de seis meses do cidadão Lucio Ferreira Soares, e o outro datado de 31/12/1901 referente ao pagamento de seis meses do cidadão Paulinho da Silva Breton.

Recortes de jornais (não identificado) com a reportagem de Mário Ferreira, sobre a visita do Cônsul Italiano e sua comitiva para Garibaldi, com a realização pública da doação do prédio da antiga *Società Italiana di Mutuo Soccorso Stella D'Itália* ao município.

Statuti dela Società Operaria Italiana di Mutuo Soccorso Stella D'Itália. Porto Alegre: *Stamperiadi Gundlach e Comp.*, 1884.

Telegrama do *Cancelliere* ao Prefeito de Garibaldi. Republica Italiana, *Consolato Generale D'Itália*. Porto Alegre, 13 de outubro de 1950.

- **Arquivo da Paróquia São Pedro de Garibaldi**

Registros paroquiais. Livros de registros de batismos – 1879 a 1890.

SITES

Center for Research Libraries. Global Resources Network. Provincial Presidential Reports (1830-1930): Rio Grande do Sul. Disponível em: http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/rio_grande_do_sul.

Centro de Memória – Câmara Municipal de Caxias do Sul. Disponível em: <http://liquid.camaracaxias.rs.gov.br/portalliquid/Pasta/SubPastas/15>.

ANEXOS

ANEXO A – Conde D’Eu em 1884



Fonte: GIRONDI, Elenita. **Garibaldi: a cidade e o herói** / Elenita Girondi; Elma Sant’Ana. Caxias do Sul: Ed. Maneco, 2007.

ANEXO B – Conde D’Eu por volta de 1900



Fonte: GIRONDI, Elenita. **Garibaldi: a cidade e o herói** / Elenita Girondi; Elma Sant’Ana. Caxias do Sul: Ed. Maneco, 2007.

ANEXO C – Procissão na Rua Júlio de Castilhos em 1908



Fonte: GIRONDI, Elenita. **Garibaldi: a cidade e o herói** / Elenita Girondi; Elma Sant’Ana. Caxias do Sul: Ed. Maneco, 2007.

ANEXO D – *Società Italiana di Mútuo Soccorso Stella D'Itália* em 1878



Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Garibaldi.

ANEXO E – 1º piso da *Società Stella D'Itália* construído de alvenaria e argamassa de barro



Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Garibaldi.

ANEXO F – 2º piso da *Società Stella D'Italia*



Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Garibaldi.

ANEXO G – Estatuto original da *Società Stella D'Italia*

Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Garibaldi.

ANEXO H – Nomeação dos 44 sócios no Estatuto original, datado de 1884

— 18 —

una copia. Unito ad essi vi sarà un foglio portante il documento d'iscrizione firmato dal Presidente, Segretario e Tesoriere. Ogni socio riceverà pure un diploma pagandone l'importo che verrà stabilito dal Consiglio Amministrativo.

Art. 83.º — I presenti statuti non potranno essere modificati se non per deliberazione dell'Assemblea Generale. Sarà però necessario per qualunque modificazione di statuti, una votazione di un Numero tale di soci, che corrisponda alla metà degli iscritti più uno.

Art. 84.º — I soci iscritti che non avranno pagata la gioia d'entrata fino all'epoca delle elezioni del Consiglio Amministrativo non potranno più far parte della Società se non pagando una multa corrispondente alla gioia indicata.

Approvati per acclamazione nella seduta Generale tenuta il gñ. 10 Marzo 1884.

Elenco dei Soci fondatori.

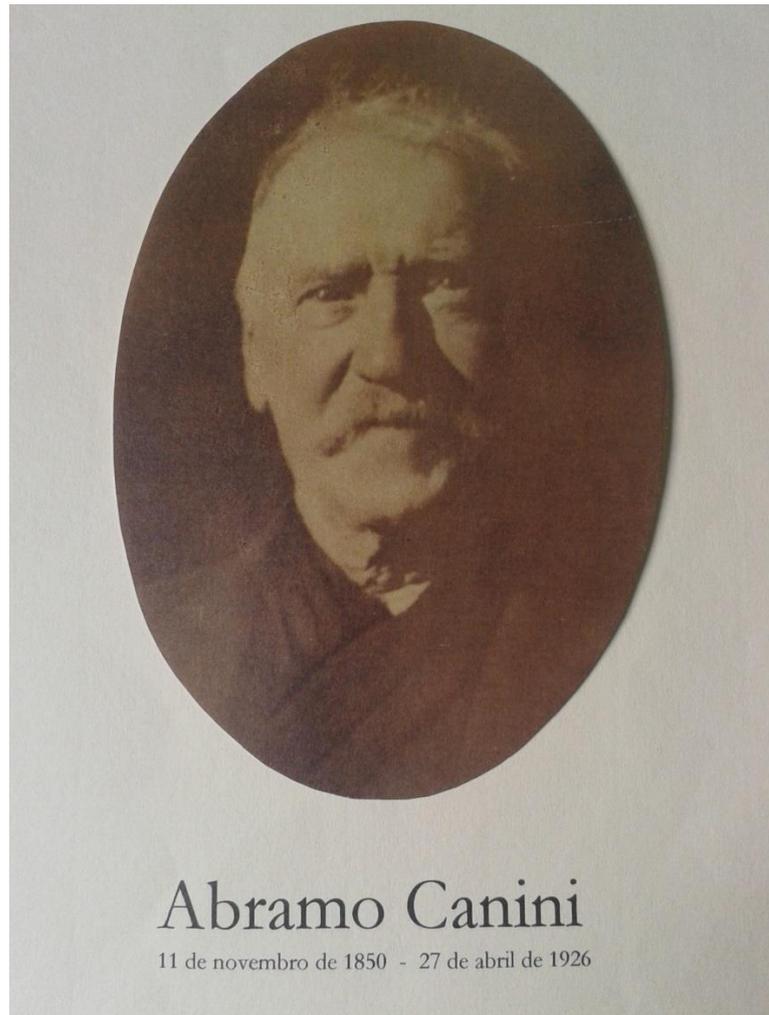
- | | |
|------------------------------------|---------------------------------------|
| 1.º Borgaro Domenico | 23.º Notari Ambrogio. |
| 2.º Mariani Ernesto. | 24.º Pezetti Francesco. |
| 3.º Darrigo Luigi. | 25.º Catani Francesco. |
| 4.º Brogioli Achille. ✓ | 26.º Fauri Andrea. |
| 5.º Barsante Luigi. | 27.º Casacurta Sebastiano. |
| 6.º Paganelli Domencio. | 28.º Fiore Gioachino. |
| 7.º Matteo Groff. | 29.º Piccinini Ginello. |
| 8.º Fiore Domencio. | 30.º Nicolini Giuseppe. |
| 9.º Bimbi Domencio. ✓ | 31.º Tesera Antonio. |
| 10.º Mariano Bortolo. | 32.º Peterlungo Emanuele
(figlio). |
| 11.º D. Domenico Greca
Parroco. | 33.º Ghilardi Battista. |
| 12.º Varnieri Giuseppe. | 34.º Buccolla Bortolo. |
| 13.º Cerutti Alessandro. | 35.º Malvessi Angelo. |
| 14.º Bonet Stefano. | 36.º Fontanive Antonio. |
| 15.º Bonetti Antonio. | 37.º Bogo Giuseppe. |
| 16.º Sega Antonio. | 38.º Bonet Carlo. |
| 17.º Mosna Bortolo. | 39.º Senter Lnigi. |
| 18.º Branchi Achille. | 40.º Gobbi Emilio. |
| 19.º Zuppas Antonio. | 41.º Darrigo Beatrice. |
| 20.º Gobbi Allessandro. | 42.º Groff. Augusta. |
| 21.º Sgaria Giovanni. | 43.º Maestri Maria. |
| 22.º Nicola Angelo. | 44.º Barni Emilio. |

ANEXO I – Dr. Júlio Motti



Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Garibaldi.

ANEXO J – Abramo Canini



Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Garibaldi.

ANEXO K – Velório de Abramo Canini



Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Garibaldi.

ANEXO L – Atual prédio da Sociedade, abrigando o Museu e o Arquivo Histórico do Município de Garibaldi



Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Garibaldi.